



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da MP que cria o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e institui a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude**

**Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado Federal,  
Minha querida companheira Marisa,

Meu querido companheiro José Dirceu, ministro da Casa Civil,

Meus queridos ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; Roberto Rodrigues, da Agricultura; Fernando Haddad, interino da Educação; Ricardo Berzoini, do Trabalho e Emprego; Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Nelson Machado, do Planejamento; Agnelo Queiroz, do Esporte; Humberto Costa, da Saúde; Walfrido Mares Guia, do Turismo; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral; Jorge Armando Félix, do gabinete de Segurança Institucional,

Secretários de Estado,

Meu companheiro Nilmário Miranda, secretário dos Direitos Humanos,  
Jaques Wagner, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,  
Douglas Martins de Souza, interino de Políticas de Promoção da Igualdade Social,

Eu não posso ler todos os deputados, porque tem uma lista muito grande, aqui.

Meus queridos companheiros e companheiras deputados que tanto participaram,

Meu querido ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,



Meu querido companheiro Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Meus companheiros representantes de organismos internacionais,

Nossa querida Janaína,

Meu querido MV Bill,

Meus queridos representantes do Movimento de Inclusão dos Jovens,

Meus queridos companheiros de todo o Brasil,

A nominata está muito grande e eu posso levar um tempo enorme.

Hoje, na verdade, a minha vontade é de um improvizozinho, aqui, meu caro Marinho, mas como eu tenho que falar de uma espécie do ser humano da qual eu já pertenci, há pelo menos 40 anos, eu vou me atualizar aqui no discurso que está mais correto.

Tenho certeza de que ninguém no Brasil é indiferente à situação e ao destino da nossa juventude.

Mais do que isto: há muito que um verdadeiro clamor atravessa a sociedade, buscando criar um espaço no governo federal que funcione como canal de expressão, de debate e de novas oportunidades para a grande maioria dos jovens brasileiros.

Acredito que hoje é um dia feliz para todo mundo que é jovem no Brasil. Mas não só para os jovens de idade: eu, por exemplo, como pai, avô e Presidente da República, estou também muito feliz de estar aqui realizando um sonho que é compartilhado por tanta gente.

Trabalhamos duro, com intensa participação de entidades da sociedade civil e da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados, para elaborar conjuntamente uma política nacional para a juventude. E eu não queria, aqui, esquecer o extraordinário trabalho que fez, não apenas a Câmara dos Deputados, mas o Instituto Cidadania, um instituto que eu presidi antes de ser Presidente da República e que sob a coordenação do companheiro Paulo



Vanucchi, do dr. Camargo e sob a coordenação da Regina Novaes, possivelmente tenha elaborado a mais profunda pesquisa sobre a situação da juventude no Brasil que eu espero que, ao constituirmos a Secretaria e o Conselho, cada conselheiro da juventude tenha um livro daqueles para que tenha noção do patamar em que ele começou a ser membro do Conselho, e depois ele me diga, quando deixar o Conselho, o que nós conseguimos avançar no âmbito das conquistas da juventude.

O que significa isso? De um lado, significa tudo aquilo que o governo deve fazer pelo jovem, articulando e racionalizando cada vez mais os programas e ações ministeriais já existentes e, quando necessário, criando novos. De outro, significa criar condições para que os jovens possam fazer por si mesmos, pela sociedade e pelo Brasil o melhor que puderem, utilizando sua extrema vitalidade, alegria, criatividade, senso de justiça, irreverência e coragem.

Para concretizar tudo isso, formamos um grupo interministerial, que cumpriu dedicadamente suas funções, e hoje estamos aqui, criando a Secretaria Nacional da Juventude que, como disse o Dulci, ficará vinculada a ele próprio.

Tenho certeza de que esta nova Secretaria vai funcionar como um canal verdadeiramente ecumênico de interlocução entre governo e sociedade.

Um canal destinado a engajar os diferentes Ministérios e variados movimentos de jovens e de entidades que trabalham com as questões dos jovens no Brasil.

É também por este motivo que estamos criando o Conselho Nacional da Juventude, que reforçará ainda mais essas parcerias, aprofundando, avaliando e enriquecendo tanto a formulação como a execução de uma tarefa que é de todos.

Meus queridos jovens,

Meus queridos jovens do Brasil,



O Brasil nunca teve tanta juventude como agora. Embora nossa taxa de natalidade esteja em declínio, a verdade é que temos 34 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos – portanto, mais que o dobro da população idosa atual.

Entre 20 e 24 anos, são quase 18 milhões de moços e moças, o que significa que nunca houve na vida nacional outra geração jovem tão populosa quanto esta de 2005.

É como se o equivalente à população de uma Argentina inteira, somente formada de jovens, estivesse se lançando, de uma só vez, nessa travessia de vida aqui no Brasil. Muita coisa está em jogo no país diante de um quadro de tal dimensão.

Nós sabemos que a sociedade humana sempre vislumbra o futuro com esperança. E que a janela mais luminosa que nos impulsiona para a frente é a da juventude.

Aquilo que somos e aquilo que poderemos ser, nossas carências e causas, fundamentam-se no rosto de cada jovem e de cada nova geração.

Muitas são as incertezas no destino de um povo. Mas uma coisa é sempre certa: quando ele se dissocia da sua juventude é porque um distúrbio grave está em curso – e isso, mais cedo ou mais tarde, acaba comprometendo o futuro de toda a sociedade. Foi um pouco o que aconteceu no Brasil no passado recente.

Em 1989, existiam 6,9 milhões de jovens empregados com carteira assinada no país. Dez anos depois, restavam 4,9 milhões de jovens empregados.

De cada cem jovens brasileiros, vinte ingressaram no século XXI desempregados.

Formou-se assim um enorme sumidouro de sonhos equivalente a 48% do desemprego nacional. O resultado é tragicamente conhecido.

Com inquietante freqüência, a sociedade brasileira passou a se informar



sobre muitos dos nossos jovens pelo noticiário policial.

Um dado resume todos os demais: a idade mais radiosa da existência, aquela em torno dos vinte anos, tornou-se o epicentro da violência brasileira.

O total de mortes por arma de fogo, nessa faixa, cresceu 134% na década de 90. A Unesco coloca o Brasil como o quinto país do mundo em assassinato de jovens.

A verdade é que, durante muito tempo, o Brasil tratou a sua juventude como uma terra devoluta. Como uma fronteira abandonada, esquecida, sem proteção e sem destino.

Meus amigos e minhas amigas,

O Estado deve ser o indutor da esperança e não o agente da desilusão na vida de um povo e de sua juventude. Para isso, entretanto, é preciso inscrever o futuro nas políticas do presente.

Foi o que nós procuramos fazer nestes últimos dois anos, num esforço concentrado para reconciliar a economia com as demandas sociais acumuladas na sociedade brasileira.

Corrigimos a fratura entre os meios e os fins: o país voltou a crescer e o desemprego está caindo.

Não vou cansar vocês com muitos números. Mas é preciso lembrar que nossas exportações aumentaram muito e o saldo em conta corrente chegou a US\$ 14 bilhões de dólares em apenas dois anos.

Criaram-se dois milhões de novos empregos nesse período. O rumo consolidou-se e o horizonte se abriu: a esperança, de novo, é nossa aliada.

Nós conseguimos retomar o crescimento do país e colocá-lo numa rota de desenvolvimento sustentado, apesar das dificuldades que encontramos e vencemos juntos.

Estamos também fazendo um esforço dirigido, concentrado, persistente para que as ações diretas do Estado, juntamente com a sociedade, resgatem cada vez mais os valores da convivência, superando anos de cumplicidade



entre o privilégio e a segregação.

Quando se pergunta porque a droga ocupou o espaço do sonho na vida de tantas pessoas, é preciso indagar: qual foi o espaço reservado aos sonhos e às mudanças nas últimas décadas?

Nossa resposta traduz a competência da qual nos orgulhamos, a que está a serviço do bem do país e da justiça social.

Meus amigos e minhas amigas,

A Política Nacional da Juventude é parte desse enorme esforço para dotar o desenvolvimento brasileiro de um projeto social que o conduza e garanta assim, cada vez mais, a destinação humana da economia e do nosso progresso.

Ela se dirige a todos os jovens que terão aí seu espaço para se expressar e agir. Mas há uma prioridade que não pode ser adiada nem mais um dia. Falo de uma parte da nossa juventude, com idade entre 18 e 24 anos, que não está em lugar nenhum. Não está na escola, não está no trabalho, e muitas vezes, lamentavelmente, talvez não esteja sequer no abrigo de sua família.

Para estes jovens, que estão entregues à própria sorte, repito, estamos criando hoje uma nova oportunidade: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que constituirá um dos eixos da Política Nacional da Juventude.

A meta do ProJovem, o Dulci já disse, é trazer essa parcela de moços e moças de volta à escolaridade, para que possam concluir seu ensino fundamental e seguir estudando ou incorporar-se ao mercado de trabalho. Além disso, a gostosa tarefa de prestar serviços comunitários.

Os jovens incluídos no Programa receberão do governo federal um incentivo no valor de 100 reais por mês e participarão, durante 1.200 horas, de cursos de formação organizados em parceria com as prefeituras conveniadas.

O ProJovem será dirigido conjuntamente pelo Ministro da Educação, Secretaria-Geral, Ministro do Trabalho e Ministro do Desenvolvimento Social e



Combate à Fome.

Temos certeza de que a juventude brasileira quer fazer muito por si mesma e pelo Brasil. Grandes conquistas neste país foram feitas com a mobilização dos jovens. A disponibilidade para a ação, o sentimento de entrega e a busca de justiça, tudo isso é inesgotável nos nossos jovens.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Já disse que o Brasil vive um momento muito especial com sentimentos e buscas à flor da pele. Temos uma energia fabulosa que clama por florescer. Ignorar tamanha oferta e tão abundante safra de talentos seria renunciar à própria renovação histórica do nosso povo.

Temos, portanto, desde o início do nosso governo, procurado nos empenhar para resolver os principais problemas da juventude.

O ProJovem vem se somar a diversos programas e ações do governo que estão sendo executados como o ProUni, o Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes; o Programa Primeiro Emprego, Escola de Fábrica que, logo, logo vai ser introduzido. Já tem 600 empresas conveniadas com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho. E um dos programas que mais me deu orgulho foi participar, sexta-feira, ou melhor, quinta-feira, em São Paulo, da entrega da bolsa do Programa ProUni. O ProUni foi o resultado de uma inquietação que, desde o começo do governo, eu pedia para vários ministros, inclusive o companheiro Walfrido, do Turismo, que está aqui, que é dono de uma escola particular, e eu dizia que era preciso a gente encontrar uma saída para garantir aos estudantes que não pudessem entrar nas universidades públicas, um jeito deles terem bolsa de estudo para estudar, mesmo que numa escola privada.

Foi com criatividade que os nossos companheiros Tarso Genro, Fernando Haddad e outros companheiros criaram o ProUni, numa parceria com as escolas filantrópicas, com as entidades de ensino privadas. Com uma certa isenção de impostos do governo e por conta dessa isenção, as universidades



nos deram as vagas no valor do custo da isenção.

Tivemos o gostoso prazer de anunciar 112 mil novas vagas nas universidades brasileiras para atender um público de classe média que, muitas vezes, não pode pagar; para atender ao público da escola pública, muitas vezes, da periferia, que não podem pagar; para atender a uma parcela significativa da comunidade de jovens negros do nosso país e para atender a uma quantidade enorme de jovens indígenas que também sempre foram segregados. Ora, é pouco diante do que nós precisamos. Mas é muito se nós olharmos o que tinha sido feito antes do Programa.

Temos também realizado um enorme esforço de alfabetização e feito investimentos maciços no ensino médio e profissionalizante; e já estamos avançando nos debates em torno da necessária reforma universitária.

Fico muito feliz ainda com a garantia de formação profissional e de cidadania, que está sendo dada pelas nossas Forças Armadas a mais 30 mil recrutas no projeto Soldado Cidadão. Esse é importante explicar para a juventude. O ano passado, no mês de junho, as Forças Armadas brasileira recrutaram 30 mil jovens a mais do que recrutaram nos últimos 15 anos. E recrutaram esses jovens não apenas com o intuito desses jovens servirem às Forças Armadas, mas para que esses jovens, no tempo em que estivessem servindo às Forças Armadas, aprendessem uma formação profissional. E eu tive a oportunidade de visitar agora jovens aprendendo computação, jovens aprendendo a pintar carro, aprendendo a mexer com a parte elétrica do carro, aprendendo a fazer casa, aprendendo a fazer cisterna, jovens da agricultura familiar aprendendo a cuidar de pequenos animais, numa demonstração extraordinária de que o projeto é um sucesso e que ele pode ir crescendo de acordo com as possibilidades financeiras do próprio governo.

E também a questão do Projeto Rondon. Quando nós falamos do Projeto Rondon, que começou pela Amazônia, muita gente pensa que é apenas o jovem que vai para a Amazônia ensinar. É verdade que a gente está pegando



jovens já com uma boa formação e está mandando para algumas regiões mais carentes do país. E esse jovem vai poder ensinar muita coisa à população de lá. Mas, certamente, esse jovem vai aprender mais do que ensinar, porque ele vai ter uma dimensão do que é o Brasil e de quanto heterogêneo, do ponto de vista cultural, é este nosso país.

E agora, com a criação da Secretaria e do Conselho Nacional da Juventude estamos dando um forte salto qualitativo nas políticas públicas brasileiras voltadas para os jovens. Vamos intensificar uma ampla e profunda sementeira em favor da juventude brasileira.

Tenham certeza de que o Brasil já começa a colher os frutos dessa mudança, e continuará colhendo-os, de forma extraordinária, muito mais cedo do que possamos imaginar.

Eu queria dizer a vocês, por último, que vai ser um trabalho árduo entre criar a Secretaria, entre assinar a Medida Provisória que vai para o Congresso para ser votada, passa pela Câmara, depois passa pelo Senado. Se tiver mudança, volta para a Câmara. Sessenta dias para que a gente crie o Conselho. E aí é que vocês vão começar a perceber a diferença entre estar próximo da água e aprender a nadar, ou seja, aí é que vocês vão construir, a partir da Secretaria e a partir do Conselho, a força e as políticas públicas que vocês precisam construir.

E como é o trabalho, na minha visão? Vocês podem trazer a juventude brasileira para dentro do governo, proposta de políticas públicas e fazer com que cada ministro passe a ter em vocês uma referência das boas políticas que o Brasil precisa para a juventude. E, ao mesmo tempo, vocês poderão levar do governo para a sociedade, as boas políticas públicas que estamos fazendo para a própria juventude.

Essa integração entre o Estado e a sociedade, entre governo e juventude é que vai garantir que a gente possa ter, daqui a alguns anos, é importante dizer, daqui a alguns anos, porque vocês perceberam que o Dulci



foi muito realista ao dizer 200 mil jovens para este ano, num país com uma quantidade enorme de jovens, mas a gente quer começar de forma sólida. Me dizia um ministro esses dias: “é melhor começar pequeno para que a gente possa terminar grande.

Nós não vamos começar este Programa sem o cuidado de que a criação de uma Secretaria, que é uma reivindicação histórica da juventude, a criação de um Conselho, que é uma reivindicação histórica da juventude, sejam atropelados pela pressa.

Nós, do governo, eu, por exemplo, tenho menos de dois anos de mandato, mas, vocês, com essas caras de 20 anos aí, vocês têm a vida inteira para transformar esse Conselho num instrumento institucional que possa fazer valer para sempre uma política de juventude no Brasil. Ah, mas poderia entrar um outro governo e mexer com isso. Poderia, se vocês não estiverem organizados. Se estiverem organizados, qualquer um que entrar vai ter que levar em conta a organização de vocês.

A juventude, ela é uma inquietação minha, acho que é uma inquietação de vocês, acho que todos os dias vocês levantam inquietos, porque no tempo em que eu tinha a idade de vocês o mundo era menos perverso, a gente não vivia subordinado ao clima de violência, era um mundo em que a gente tinha mais possibilidades de ter uma oportunidade de trabalho, portanto, as esperanças iam acontecendo, se concretizando a cada tempo. Hoje, pelos números que vocês viram aqui, vocês percebem que está cada vez mais difícil um jovem arrumar um emprego. Se ele não tem emprego, se ele não consegue fazer uma universidade, se ele não tem nenhuma expectativa e vive em função do grau de empobrecimento da sua própria família, em função das condições de vida que ele leva, nem sempre morando em situações adequadas, esse jovem passa a andar no fio da navalha. De um lado, ser um cidadão de bem, de outro lado, cair na marginalidade.

E muitas vezes, eu quero dizer isto, aqui, Dulci, porque é importante: nós



não queremos substituir a família, nós queremos apenas ser uma espécie de prumo, porque o que nós precisamos garantir neste país é que a juventude tenha na sua família a grande referência para que discuta os problemas e para que possa encontrar as soluções.

O Estado não substitui o afeto da mãe ou do pai, o Estado não substitui o carinho e o amor do pai e da mãe. E nós sabemos que, na medida em que o Brasil comece a dar mais certo ainda, na medida em que a economia começa a crescer mais ainda, pais e mães estarão podendo trabalhar e, certamente, vocês terão dentro de casa mais condições até do que o Estado pode oferecer para vocês.

Portando, meus queridos companheiros, que vão assumir este Conselho, que eu não sei quem é; que vão assumir este trabalho imenso com a juventude, o que nós estamos fazendo para vocês na verdade é o seguinte: é transferindo a boa carga de responsabilidade; transferindo, não, repartindo a boa carga de responsabilidade entre governo, juventude e a própria família, para ver se todos nós juntos, sonhamos que, daqui a alguns anos, a nossa juventude terá conquistado, definitivamente, a alegria e o prazer de ser jovem.

Muito obrigado, boa sorte e vamos à luta meus queridos!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de Abertura do Ano Judiciário  
Brasília-DF, 01 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senhor ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Excelentíssimo senhor José Sarney, presidente do Senado Federal,

Excelentíssimo senhor deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Ministro Sepúlveda Pertence, presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

Ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Almirante-de-Esquadra José Júlio Pedrosa, presidente do Superior Tribunal Militar,

Ministro Vantuil Abdala, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,

Senhores ministros de Estado,

Senhor Cláudio Lemos Fonteles, procurador-geral da República,

Senhor Adylson Martins Motta, presidente do Tribunal de Contas da União,

Senhoras e senhores parlamentares,

Senhores presidentes dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho e dos Tribunais de Justiça e de Alçada e Militares dos estados,

Senhor presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Antonio Busato,

Senhoras e senhores representantes de entidades de classe da magistratura.

Senhoras e senhores jornalistas,

Advogados, advogadas,



Meus amigos e minhas amigas,

Vivemos um momento singular na história da nação. A consciência de que é necessário prosseguir com as reformas necessárias para a conquista da justiça social está presente em diversos setores da sociedade civil e do Estado.

Para que tais reformas sejam efetivadas, aprofundando cada vez mais as instituições democráticas no nosso país, é preciso manter um diálogo constante e produtivo.

É exatamente por esse motivo que fiz questão de aceitar o convite do presidente da Suprema Corte, o ministro Nelson Jobim, de vir até aqui participar da abertura do Ano Judiciário.

Não estou cumprindo uma mera formalidade. Estou, isto sim, reconhecendo a importância da relação harmoniosa e produtiva que existe entre os Poderes da República. Relação que só foi conquistada graças ao fato de termos em comum os ideais de justiça social e a consciência de nossa responsabilidade no grande processo que está mudando a nação. O Poder Judiciário tem um papel fundamental nessas mudanças.

No dia 8 de dezembro do ano passado, após 12 anos de tramitação, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 45, mais conhecida como a Reforma do Poder Judiciário.

Trata-se da alteração mais profunda realizada na estrutura do Poder Judiciário, desde que a Constituição de 1988 entrou em vigor.

Essa reforma não nasceu de nenhuma iniciativa individual. Não é uma proposta inteiramente do governo, dos juízes nem dos advogados. É, sim, um projeto democrático, cuja paternidade deve ser atribuída a todos que participaram do longo processo de tramitação legislativa, aos parlamentares diretamente envolvidos, ao conjunto dos operadores do Direito e às suas associações de classe.

É o resultado do amadurecimento que nosso país alcançou. É, também, o fruto do reconhecimento pela sociedade, e pelo próprio Judiciário, de que



este Poder precisa se modernizar.

São evidentes as inovações que fazem parte do novo texto constitucional. Dentre elas destacam-se a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, a súmula vinculante, a autonomia das defensorias públicas e a quarentena para que o juiz ou promotor afastado não possa advogar perante o tribunal no qual exercia suas funções pelo prazo de 3 anos.

A Reforma também contempla a federalização dos crimes contra direitos humanos, a ampliação da competência da Justiça do Trabalho, a exigência de período mínimo de atividade jurídica para os candidatos às carreiras de juiz e promotor e o fim das férias coletivas nos órgãos judiciais.

Devemos reconhecer, no entanto, que os avanços obtidos com a promulgação da emenda constitucional não esgotam, por si, a Reforma do Judiciário. Outros passos precisam ser dados para a construção de um sistema judicial mais transparente, democrático, acessível à população e adequado ao nosso tempo, acompanhando, assim, a demanda social por um sistema mais justo.

Por essa razão, no dia 15 de dezembro, uma semana após a promulgação da reforma constitucional, nos reunimos, os chefes dos três Poderes, o ministro Nelson Jobim, o senador José Sarney, eu, e juntos, assinamos o “Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano”. Naquele ato assumimos o compromisso público de unir nossos melhores esforços para viabilizar a implementação da reforma e das suas medidas complementares.

Isso significa que vamos fortalecer as defensorias públicas, modernizar a gestão do Poder Judiciário, produzir dados e indicadores estatísticos que auxiliem o planejamento de políticas judiciais e estimular a aplicação de penas alternativas.

Todos sabemos da necessidade de tornar mais amplo o acesso à



Justiça e mais ágil a prestação jurisdicional. Por essa razão, é muito importante o nosso pacto pela rápida aprovação, no Congresso Nacional, dos projetos de lei que propõem alterações nos Códigos de Processo Civil, de Processo Penal e do Processo Trabalhista.

Minhas senhoras e meus senhores,

Ainda neste primeiro semestre de 2005, como determina a mudança constitucional, deverão entrar em funcionamento os mecanismos concebidos para tornar o Judiciário mais moderno e próximo do cidadão. E o mais significativo desses mecanismos é, sem dúvida, o Conselho Nacional de Justiça.

O órgão será composto, na sua maioria, por juízes, mas também terá assentos para promotores, advogados e representantes da sociedade civil. Sua finalidade essencial será planejar o funcionamento do Judiciário e fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados.

É grande a expectativa em relação ao papel a ser cumprido por ele. Sabemos que o Conselho, sozinho, não será capaz de remover todos os entraves que impedem o Judiciário de atender plenamente a demanda social por mais justiça.

Mas confiamos que sua consolidação se dará de acordo com os interesses da sociedade, expressos nas lutas por esse Conselho desde a Constituinte.

E confiamos também que isso significa um avanço importante na perspectiva da construção de uma instituição mais forte e cada vez mais acreditada pela população.

Por essa razão, a sua instalação e o início efetivo do exercício de suas atribuições neste primeiro semestre é requisito essencial para que adquira a desejável credibilidade.

Minhas senhoras e meus senhores,

O ano de 2004 foi marcante para o Poder Judiciário devido à aprovação



da Emenda. Estamos todos comprometidos em trabalhar duro para que o ano de 2005 seja lembrado, no futuro, pela implementação da reforma e do cumprimento dos compromissos assumidos pelos três Poderes.

A criação do Conselho Nacional de Justiça é a concretização de um projeto, construído durante muitos anos, de todos que acreditam na necessidade de fortalecimento do Poder Judiciário para a consolidação das nossas instituições democráticas. Esse órgão deverá ser capaz de demonstrar que o controle social sobre o serviço público de qualquer um dos três Poderes pode ser realizado com o respeito estrito aos princípios e atribuições constitucionais.

Para todos nós, aqui reunidos, comprometidos com a luta dos brasileiros e brasileiras pela democracia, este momento é especialmente importante. Com o próprio Poder Judiciário à frente, estamos concretizando o sonho de ter no nosso país uma Justiça mais inclusiva, moderna e ágil.

Nós poderemos fazer do século XXI o século do Brasil. O Brasil perdeu oportunidades, mas pode olhar para trás e perceber que se o século XIX foi o grande século da Europa, se o século XX foi o grande século dos Estados Unidos, as reformas que estamos implantando no Poder Judiciário e as mudanças que podem acontecer, neste século, no Brasil, podem certamente transformar o século XXI no século em que o Brasil passará definitivamente para a história dos países economicamente avançados, do ponto de vista judiciário, moderno, e do ponto de vista social, justo com o seu povo.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de entrega de cartões do programa Bolsa Família**

**Guarulhos-SP, 02 de fevereiro de 2005**

Meu querido companheiro Elói Pietá, prefeito de Guarulhos, e sua esposa Janete Pietá,

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu querido companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Meu querido companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Minha querida esposa Marisa,

Meu querido companheiro, senador Aloízio Mercadante,

Meus companheiros deputados federais Orlando Fantasini e Roberto Gouveia,

Meus queridos e queridas companheiros e companheiras prefeitos da região,

Prefeito de Arujá, engenheiro Genésio Severino da Silva,

Prefeito de São Lourenço da Serra, José Merli; de Santa Isabel, Hélio Buscarioli; de Taboão da Serra, dr. Evilásio Farias; de Itapevi, dra. Maria Ruth Banholzer; de Jandira, Miro Taxi, prefeito em exercício; de Osasco, Emídio Pereira de Souza; Embu das Artes, nosso querido companheiro Geraldinho; de Itaquaquecetuba, Armando Tavares Filho; Diadema, meu companheiro José di Filippe; de Ferraz de Vasconcelos, Jorge Abissamra;

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meus queridos deputados estaduais,

Meus queridos secretários municipais,



Vereadores,

Meus amigos e minhas amigas,

No ano de 2000, o companheiro Elói era candidato a prefeito desta cidade. E eu vim uma noite fazer um comício, aqui, com o Elói. Nem ele era prefeito, nem eu era Presidente da República. E nós fomos visitar um bairro chamado Bairro dos Pimentas. E no Bairro dos Pimentas, o companheiro Elói me contava do sofrimento das pessoas e, sobretudo, me falava da necessidade de se construir um hospital no Bairro dos Pimentas.

Depois, o Elói ganhou as eleições, tomou posse. E todas as vezes que eu encontrei o Elói, eu perguntava, cadê o hospital do Bairro dos Pimentas, porque eu vi a promessa que ele fez e vi o carinho com que o povo recebeu a idéia do hospital.

O Elói, nos dois primeiros anos de governo, não pôde construir o hospital, até porque quem tinha que financiar o hospital era o governo federal. Em 2002, nós ganhamos as eleições e começamos, em 2003, a plantar o alicerce do cumprimento da promessa mas, sobretudo, da concretização de um sonho do povo de Guarulhos e do Bairro dos Pimentas, de construir um hospital. E quero dizer para o companheiro Elói, e dizer ao meu ministro Humberto Costa – porque daqui nós vamos visitar o hospital, que já está no quinto piso, e é um hospital para 100 leitos – que, se Deus quiser, no começo do ano que vem, estaremos de volta a Guarulhos para inaugurar o tão sonhado hospital da cidade de Guarulhos e do povo do Bairro dos Pimentas.

Mas também estou aqui com o ministro das Cidades, o companheiro Olívio Dutra, com o companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal, com o nosso companheiro Jorge Hereda, do Ministério das Cidades. E eu estou vendo aqui muita gente da Caixa Econômica Federal porque também nós vamos lá no Parque Jurema. Tem um programa do PAR, onde nós vamos visitar 400 apartamentos que estão sendo construídos. E



esses 400 apartamentos são para as pessoas que têm renda até 6 salários mínimos. Mas também lá vai ser assinado um outro acordo: a Caixa Econômica vai começar a construir, através do Ministério das Cidades, 1.200 apartamentos para as pessoas que ganham até 3 salários mínimos.

E, possivelmente, eu quero dizer aos prefeitos da região. E o prefeito que eu não citei, foi porque não estava na minha agenda. Eu nem vi. Cadê o nosso companheiro Caetano, de Suzano? O Marcelo Cândido, de Suzano. Então levanta aí, porque não estava na minha nominata, no começo.

Bem, então esta vinda hoje a Guarulhos é uma vinda um pouco demorada porque já faz dois anos que eu ganhei as eleições, mas eu também precisaria aproveitar a oportunidade para vir fazer não apenas uma coisa, mas vir fazer algumas coisas. Então, hoje, além dessa extraordinária organização da prefeitura com o Bolsa Família, nós vamos visitar o hospital e vamos visitar o conjunto habitacional.

E quero dizer aos prefeitos aqui presentes que, certamente, se os companheiros são novos e não apresentaram ainda as demandas que precisam apresentar ao ministro da Saúde, ao ministro das Cidades, ao ministro do Desenvolvimento Social, a qualquer ministro, não se faça de rogado, porque quando alguém vai a Brasília para conversar, nós não perguntamos de que partido a pessoa é, a que religião a pessoa pertence e para que time de futebol a pessoa torce. Nós só queremos saber se a pessoa está falando em nome da cidade e se as reivindicações da cidade são justas.

Por fim, eu queria dizer ao companheiro Elói e dizer ao povo de Guarulhos que o Programa Fome Zero, no qual está incluído o Bolsa Família, é possivelmente o maior programa de transferência de renda que se tenha notícia na América Latina. Eu não vejo nisso uma vantagem muito grande, porque ter um programa Fome Zero dentro de um país como o Brasil, significa dizer que durante muitos e muitos anos os governantes deste país esqueceram uma parcela da população que, por conta do esquecimento, foi ficando pobre,



porque o meu sonho, como brasileiro, o meu sonho como chefe de família, o meu sonho como presidente da República, não é distribuir cartão de programa de governo para ajudar as pessoas mais pobres. O meu sonho é que um dia e, se Deus quiser, isso vai acontecer logo, porque a economia começou a crescer – só nos primeiros dois anos foram mais de 2 milhões de empregos com carteira profissional assinada – o meu desejo é que um dia todo mundo tenha um trabalho e, por conta do seu trabalho, a pessoa receba um salário e possa viver dignamente, sem precisar receber cartão do governo.

Mas acontece que deixaram para nós, ao longo de muitos e muitos anos, uma dívida social quase que impagável, tão grande quanto a dívida pública interna que nós herdamos, tão grande como a dívida externa que nós herdamos. E se nós assumimos o compromisso de honrar contratos com relação às nossas dívidas, não poderíamos deixar de assumir o compromisso e honrar muito mais do que um contrato, honrar a nossa origem, honrar o nosso compromisso de que combater a fome e a miséria tem que ser prioridade do nosso governo, doa a quem doer.

Lógico que quando nós criamos um programa como esse, pode ter equívocos, pode ter erros. Esse Programa é para ajudar a parte mais pobre da população. Na verdade, o que nós estamos dando é uma isca para a pessoa colocar no anzol e pegar um grande peixe, porque o desejo é que todo mundo, depois, saiba pescar. O que nós estamos dando é a iniciação para que uma senhora que tem dois ou três filhos e é muito pobre, tenha a obrigação de colocar os seus filhos na escola, tenha a obrigação de levar os seus filhos para tomar vacina. Se for uma jovem que esteja grávida e precise do Bolsa Família, ela tem a obrigação de fazer todos os exames que o pré-natal indica que devam ser feitos. O Programa, além de dar o dinheiro, educa a pessoa, porque levar o filho para a escola, fazer a vacinação na molecada, na verdade, são benefícios a mais que nós estamos incentivando essa pessoa a ter.



E aqui eu quero fazer justiça, meu companheiro Patrus, meu companheiro Elói, e agradecer o comportamento da imprensa brasileira. De vez em quando a imprensa brasileira demonstra que há uma pessoa inscrita no Programa que não deveria estar, uma pessoa que tem outra fonte de recebimento, uma pessoa que é aposentada, uma pessoa cujo marido trabalha ou que estava desempregado e passou a trabalhar. Muitas vezes, a imprensa mostra isso para a população e muitas vezes nós ficamos zangados e chateados. Mas eu penso que a imprensa está cumprindo o seu papel de informar a sociedade e, ao mesmo tempo, alertar o governo de que nós precisamos agir, como você tem agido, companheiro Patrus, com o acordo que você fez com o Ministério Público e com a Controladoria Geral da União para que a gente exija maior seriedade no cadastramento das pessoas. Só pode receber o Bolsa Família, quem realmente precisa do Bolsa Família, quem não precisa tem que dar o lugar para outra pessoa receber.

Portanto, nós queremos que a sociedade fique alerta, porque se conhecer alguém que está recebendo e não tem direito de receber, nós temos que ser avisados, porque é preciso cortar o recebimento dessa pessoa e dar para outra que não está recebendo que, possivelmente, precise mais do que ela.

Esse não é um Programa para resolver o problema salarial das pessoas, é um Programa para ajudar na alimentação básica da sociedade brasileira que não tem acesso às calorias e às proteínas necessárias. E por isso nós somos exigentes, por isso nós queremos que as crianças estejam na escola, porque quando as crianças estiverem na escola, certamente a gente terá a oportunidade de acreditar que essa criança não vai cair na marginalidade, de que essa criança não vai, amanhã, cair no desvio, porque tem muita gente que acha que nós gastamos muito dinheiro com o Bolsa Família.



Primeiro, quero dizer para vocês que o valor do Bolsa Família é muito barato. É, em média, 80 reais por pessoa. Se eu pudesse, daria mais. E quem sabe, um dia, daremos mais.

Quando for diminuindo o número de pessoas que recebem, possivelmente a gente possa aumentar o dinheiro das pessoas que estão recebendo. Mas pode ficar certo, meu companheiro Patrus, pode ficar certo de que o que nós gastamos com o Bolsa Família, o que nós gastamos com os programas sociais brasileiros, tudo junto, é mais barato do que o que Estado brasileiro gasta com um preso, por mês, neste país. É mais barato do que a gente gasta para cuidar de determinados tipos de bandido, em que somos obrigados a colocar carro-forte para transportá-los, com dez ou 12 policiais atrás, e helicóptero para cima e para baixo. Se a gente for levar em conta o salário de tudo que está envolvido, vai perceber que daria para atender a dez ou 15 famílias por cada preso que está nas delegacias de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, e assim por diante. Portanto, investir em política social, hoje, é permitir que a gente não tenha que construir cadeia amanhã; investir na nossa criança, hoje, é permitir que essa criança não se transforme num delinqüente amanhã. E investir na criança significa investir na família, significa saber como é que está a família, como é que está o pai e a mãe dentro de casa, porque se a estrutura da família estiver boa, se o pai e a mãe tiverem uma boa formação, eles podem ser pobres, mas se eles tiverem o mínimo para comer, eles vão ser criados, os filhos vão ser criados com muita decência e com muita dignidade.

E eu quero aproveitar e dar o meu exemplo. Eu sou filho de uma mulher que criou oito filhos sozinha. Teve 12, mas quatro morreram. Não foram poucas as vezes em que a gente não tinha o que comer dentro de casa; morávamos em oito, mais quatro primos dentro de um quarto e cozinha. Não foram poucas as noites em que a gente não teve o que comer, mas por conta da formação moral da minha mãe, por conta da formação religiosa da minha mãe e por



conta dos compromissos que ela tinha com seus filhos, ela criou os oito filhos, todos aprenderam uma profissão, todos casaram e um chegou até a presidente da República deste país.

Eu estou dizendo, companheiro Patrus, porque é muito importante a gente dar o Bolsa Família, é muito importante a gente dar todos os programas sociais que nós fazemos, mas é muito importante a gente começar a olhar como é que estão as famílias dentro de casa. Quando a gente vê uma criança na rua, o Estado tem até política para cuidar daquela criança de rua; quando a gente vê um jovem delinqüente cometer um ato de delinqüência, o Estado tem até como cuidar desse delinqüente, mas o Estado não tem como cuidar da família, ele não sabe como é que está a mãe dentro de casa, ele não sabe como é que está a relação entre a família dentro de casa, porque muitas vezes os problemas que a gente vê na rua, acontecem dentro da casa da gente, não acontecem fora, eles acontecem na nossa casa, na nossa sala, na nossa cozinha. E nós precisamos, então, ter uma política para cuidar disso.

Cuidar da família brasileira, que é a estrutura básica da formação da nossa sociedade, é condição fundamental para que a gente possa sonhar e ter uma sociedade mais harmoniosa, eticamente mais bem formada e que as pessoas possam viver em paz e em tranqüilidade.

Uma vez, o governador Mário Covas ainda era vivo, e ele me disse que gastava 2 mil reais para cuidar de uma criança na Febem, por mês. E eu fiquei imaginando: como é possível recuperar uma criança na Febem, sem recuperar antes o pai ou a mãe? Como é possível colocar assistente social para cuidar daquele jovem separado do pai, da mãe ou da família? Quem sabe, ao invés de gastar 2 mil reais com o jovem, fosse melhor gastar 300 reais com a família, colocar assistente social e fazer com que a família participasse ativamente da recuperação daquela criança, porque tem palavras-chave que não estão no manual da Polícia, tem palavras-chave que não estão no manual daqueles que



são carcereiros da Febem, palavras chamadas “amor, paciência e carinho”, já que pai e mãe são insubstituíveis no tratamento da própria família.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu estou mais um dia feliz na minha vida. Eu me levanto todo dia agradecendo a Deus por ter vivido o dia anterior e sempre achando que o novo dia vai ser melhor que o dia que passou

E eu estou convencido de que nós estamos vivendo um momento bom no nosso país. É só olhar as estatísticas da economia, é só ver as estatísticas de emprego.

Ontem eu ouvi mais uma notícia boa, meu querido senador Aloízio Mercadante, a arrecadação do Fundo de Garantia, em 2004, foi recorde histórico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Isso porque demonstrou o crescimento do emprego.

Mas nós só temos dois anos de governo, ainda temos mais dois e vamos fazer muito mais para que o povo brasileiro, para que as mulheres e as crianças deste país possam acordar todo dia sorrindo porque nenhuma criança foi dormir com fome, porque nenhuma criança acordou e não teve um copo de café com leite e um pão com manteiga para comer. E se a gente realizar isso pode dormir tranqüilo, porque o essencial está garantido, o resto a gente vai à luta e consegue.

Meus parabéns, felicidades a vocês e que Deus abençoe o povo de Guarulhos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita às novas unidades habitacionais do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) no Conjunto Habitacional Parque Jurema**

**Guarulhos-SP, 02 de fevereiro de 2005**

Eu quero cumprimentar os meus companheiros ministros que estão aqui,  
O companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

O companheiro Olívio Dutra, que acabou de falar com vocês,

A minha querida companheira Marisa, que está aqui do meu lado,

O nosso querido senador e líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante,

O nosso querido prefeito de Guarulhos, o companheiro Elói Pietá,

O nosso querido prefeito de Osasco, recém-eleito, tomou posse agora, o companheiro Emídio,

O nosso companheiro Fantasini, que no primeiro comício que eu fiz aqui, em 2000, no Bairro dos Pimentas, eu o chamei de Tomasini, e até agora muita gente pensa que ele é Tomasini, e não Fantasini,

Meu querido companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meu companheiro Guiba, que eu vi por aqui, é o delegado regional de São Paulo,

Meu companheiro Almeida, deputado estadual,

Vereadores aqui presentes

Trabalhadores,

Moradores,



Empresários da construção civil,  
Jornalistas,  
Meus companheiros e companheiras,

Se eu achasse meus óculos seria tão bom...

Primeiro, eu quero dizer uma coisa para a juventude de Guarulhos e para aqueles companheiros que estão lá, com uma bandeira amarela escrita chapa 2. Tem muita gente jovem aqui. A minha relação com Guarulhos é uma relação muito antiga.

Eu estava comentando com o Elói Pietá que na primeira vez que eu vim a Guarulhos eu era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e vim aqui apoiar uma chapa em que a companheira Jane era a candidata a presidente ou membro da chapa, ou era a articuladora da chapa. E, naquele tempo, a eleição sindical era uma verdadeira guerra, aqui, na cidade de Guarulhos. Depois, eu participei de muitas outras atividades, ainda no movimento sindical, nas greves de 1979, de 1980. Depois eu comecei, já a partir de 1982, a voltar a Guarulhos já por conta das eleições.

E foi com muito orgulho que, em 2000, o companheiro Elói era candidato a prefeito, eu vim aqui, ao Bairro dos Pimentas, na Vila Marcos Freire, sei que era no Bairro dos Pimentas, não sei se era Marcos Freire, Paulo Freire, eu sei que era no Bairro dos Pimentas. E naquele comício estava o Fantasini e outros companheiros do PT e dos partidos coligados. E o Elói me falava muito da situação do Bairro dos Pimentas. Ele falava que era um bairro que tinha quase 500 mil habitantes e que tinha problema habitacional, tinha problema de saúde, tinha problema de cultura, as pessoas tinham difícil acesso às coisas, porque era muito distante do centro de Guarulhos. E, naquele comício, o Elói assumiu o compromisso de fazer um hospital aqui.

Foi por isso que eu fiz questão de passar no hospital, porque embora o Elói tenha sido eleito prefeito em 2000, a verdade é que o hospital só começou



a ser feito quando eu fui eleito presidente da República, e viemos fazer parceria, aqui, e construir esse hospital, que quando estiver pronto, vai ter até 200 leitos. É um hospital que vai atender ao conjunto da população desta região e é um hospital padrão, de Primeiro Mundo, pela qualidade da obra que tem lá.

Nós conversamos com os empresários agora, conversei com o Ministro da Saúde, estava previsto entregar o hospital em maio. Acontece que maio é muito tarde, eu nem sei se vou estar vivo em maio. Então, eu mandei que a gente antecipasse a construção do hospital para ver se, pelo menos em dezembro deste ano, o hospital esteja pronto e o pessoal do Pimentas possa viver melhor.

A segunda coisa que nós viemos fazer em Guarulhos, hoje, foi participar de um evento com as pessoas que receberam o cartão Bolsa Família, ou seja, Guarulhos completou hoje 23 mil pessoas – que ganham abaixo da linha da pobreza e que têm muito pouco recurso – que estão recebendo o Bolsa Família, e Guarulhos chega a 23 mil pessoas, 80% das pessoas que, pelas estatísticas, estão abaixo da linha da pobreza.

Mas eu fiquei muito mais feliz também, porque na quinta-feira passada, no centro de São Paulo, eu fui lançar o programa ProUni, um Programa que conseguiu um verdadeiro milagre, uma engenharia muito criativa do pessoal da Educação e dos diretores das escolas privadas do Brasil, quando nós conseguimos em apenas um ano, 112 mil bolsas de estudos para as pessoas que estudam em escolas públicas deste país.

E fiquei sabendo, Elói, que só de Guarulhos, 500 jovens conseguiram a bolsa no ProUni para estudar de graça este ano. E nós pretendemos, Elói, o projeto do ProUni que, em quatro anos, a gente possa atender 450 mil jovens da escola pública com bolsa de estudo total ou parcial, mas a maioria com bolsa total, incluindo aí uma cota especial para as comunidades indígenas e também para a comunidade negra brasileira, que esteve marginalizada tanto e



tanto tempo.

Mas fico mais feliz ainda, Elói, de perceber o quanto você trabalhou em quatro anos. Eu tenho algumas cidades que marcam a minha vida: Guarulhos é uma, Diadema é outra, porque foram cidades que eu conheci em processo muito incipiente de desenvolvimento, cidades que cresceram economicamente, mas que tinham uma periferia muito empobrecida. E eu percebo que Guarulhos está tendo uma evolução extraordinária e, aí, eu fico lembrando: é por isso que o povo te elegeu no primeiro turno, outra vez, nessas eleições de 2004, porque é o reconhecimento pelo trabalho que você fez.

Mas, companheiro Olívio Dutra, para vocês entenderem um pouco deste conjunto habitacional, chamado Jurema I, que é onde nós estamos, estes 200 apartamentos, mais 200 do lado de lá que já estão praticamente prontos, eu espero que sejam entregues logo, porque também fazer e ficar sem entregar é prejuízo para todo mundo.

Mas, Olívio Dutra, eu pensei que você ia falar no seu discurso e, para economizar palavras, você não falou. Mas veja, nós temos em Guarulhos outros conjuntos habitacionais. Temos Araucárias e Jurema II com 200 casas, cada um; Topázio, com 118 moradias; Ametistas, com 138 moradias e Maria Dirce I e III, com 140 e 180 unidades habitacionais, respectivamente. Ao todo, o governo destinou, neste primeiro momento, 32 milhões. Além desses, outros dois conjuntos estão em andamento no município: Turmalina I, com 200 casas e Venâncio Aires C, com 140 unidades, que somados aos 32 milhões, totalizam os 47 milhões que o companheiro Jorge Mattoso falou.

E nós assinamos aqui – em uma solenidade essa coisa não fica bem clara porque o locutor fala muito grosso, parece que comeu um pavão esta noite, fala muito grosso, nem eu escutei o número que ele falou. Eu vou corrigir o Elias, agora, e vou dizer o seguinte: o protocolo que foi assinado, aqui, entre o Presidente da Caixa Econômica Federal e o Prefeito vai permitir a construção de mais nove conjuntos habitacionais do PAR, com moradias para 1.464



famílias e um investimento de 42 milhões.

Agora, uma coisa importante que o Olívio Dutra, por humildade, não falou, que é importante o povo de Guarulhos, a imprensa e o prefeito saberem é que, nos dois primeiros anos do nosso governo, o Ministério das Cidades destinou 150 milhões para obras e serviços de habitação em Guarulhos. Esses recursos estão sendo aplicados em benefício de 8.360 famílias na compra, reforma e ampliação de casas, na urbanização de assentamentos precários e na reabilitação de imóveis com a finalidade de virarem moradias.

Isso aqui é apenas uma demonstração de que nós terminamos o nosso segundo ano de governo cumprindo as coisas que nós dizíamos que iríamos cumprir. E os números que vocês viram, aqui, de aplicação de recursos do dinheiro do Fundo de Garantia, ora para habitação, ora para saneamento básico, além dos recursos do Orçamento da União, não só porque o povo precisa de habitação e de saneamento básico, mas também porque a construção civil é uma das atividades econômicas que mais geram empregos neste país. E os empresários ligados à construção civil sabem perfeitamente bem que nos últimos dez anos a construção civil veio perdendo, em média, 7% de emprego neste país, porque não havia financiamento e, não tendo financiamento, não havia investimento.

No ano passado nós conseguimos, através do trabalho extraordinário do Congresso Nacional e, volto a repetir aqui, da Câmara dos Deputados, onde está o companheiro Fantasini, e do Senado, onde o companheiro Aloízio Mercadante é um gigante em defesa dos projetos que o governo manda, nós conseguimos aprovar a Lei de Afetação – não sei se os empresários estão preparados para tanto – que coloca no mercado, este ano, praticamente 13 bilhões de reais para financiamento da construção civil, através do sistema financeiro privado, coisa que não existia até o ano passado.

E nós fizemos isso porque acreditamos que o emprego continua sendo uma obsessão do Presidente da República, uma obsessão dos meus ministros



e, sobretudo, uma obsessão de quem está desempregado, porque precisa do emprego para sustentar a sua família com dignidade.

É como se fosse um jogo de futebol, meus companheiros, terminou meio tempo, nós fomos para o vestiário, “que é o Natal”, e agora começa o segundo tempo, muito mais promissor do que o primeiro. Nós sofremos muito em 2003, vocês acompanharam o sofrimento, porque pegamos a casa depois de um vendaval como aquele que deu na Ásia e tivemos que consertar; 2004 já foi um ano em que a economia cresceu 5%, já geramos 2 milhões de empregos com carteira profissional assinada; fizemos o maior programa de agricultura familiar já feito neste país; dobramos o dinheiro do Pronaf.

E uma coisa muito interessante, fizemos não só a bancarização de milhões de brasileiros que nunca tinham entrado num banco, como criamos uma coisa chamada empréstimo com desconto em folha, e isso já colocou no mercado, praticamente, 12 bilhões de reais no ano passado. E no ano passado, também, já tinha sido feito o acordo entre os trabalhadores e os bancos privados, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil; este ano, entram os aposentados, porque a lei também já foi aprovada, que garante aos aposentados irem num banco e fazer um empréstimo para pagar em 24, 36, 12 meses, mas não podem fazer uma prestação maior do que 30% do seu salário, porque, antigamente, o servidor público podia tomar dinheiro emprestado para descontar na folha de pagamento. Acontece que tinha servidor público que contraía uma dívida superior ao seu pagamento. E nós encontramos casos em que a pessoa não recebia pagamento no final do mês porque estava todo comprometido com a prestação. Então, nós mudamos a lei, estendemos para todos os trabalhadores e não permitimos que o trabalhador comprometa, com uma prestação, mais de 30% do seu salário. O aposentado que tomar dinheiro emprestado vai ter o desconto na folha quando receber o seu benefício da Previdência Social.



Isso está colocando muito dinheiro no mercado, está colocando um potencial de consumo na sociedade e todo mundo sabe o que significa isso. Quando o povo pode comprar, a loja pode vender, a indústria pode produzir e os empregos vão sendo disseminados em toda a sociedade brasileira. É por isso que nós começamos este ano já sabendo que o desemprego está apenas em um dígito, pela primeira vez em muitos anos. Este é um dado muito importante e eu estou muito otimista para 2005.

Eu me levanto todo dia, podem acreditar, com a certeza absoluta de que 2005 será um ano extraordinário para o desenvolvimento deste país, para o crescimento econômico, para a geração de riqueza, para a geração de empregos e distribuição de renda. De vez em quando aparece um ou outro pessimista, porque sempre tem pessimista. Tem gente que vai no campo, o time está ganhando de 5 a 1 e ele ainda fica com medo: “será que vai ganhar? Será que não vai deixar empatar?” Eu digo sempre o seguinte: não há por que a gente não fazer mais e melhor do que já foi feito neste país, nós temos o que existe de melhor neste país, temos toda disposição política, temos viajado o mundo para vender os produtos brasileiros.

Acabou aquele tempo em que o Brasil se comportava como se fosse um país de Terceiro Mundo, pobrezinho, dependendo dos Estados Unidos ou da União Européia. Nós levantamos a cabeça, somos um grande país, temos capacidade de produzir em igualdade de condições com eles. E é por isso que nós batemos recordes de exportação, chegamos a 96 bilhões de dólares; é por isso que nós batemos recordes de superávit comercial, 33,6 bilhões de dólares; e é por isso que a gente fez até um bom superávit de conta corrente. Ou seja, entre aquilo que a gente deve e aquilo que a gente tem, nós, hoje, temos um superávit de conta corrente de 14 bilhões de dólares. A situação do Brasil está tranqüila, a credibilidade do Brasil está muito boa lá fora. E eu digo sempre: respeito é bom, eu gosto de dar e adoro receber. É por isso que nós viajamos o mundo para dizer: o Brasil quer competir em igualdade de condições em todos



os fóruns internacionais.

É por isso, companheiro Elói, que estou muito otimista com a perspectiva deste ano e do ano que vem. E estamos fazendo isso com muita alegria, estamos fazendo isso com muita tranqüilidade. Nós sabemos que cuidar de um país com 180 milhões de filhos é como cuidar de uma família muito grande. Nós sabemos que tem problemas, sabemos que nunca vamos contentar todo mundo, sabemos que vai ter sempre alguém em um canto, resmungando, mas o que a gente tem que fazer é o seguinte: primeiro, nós temos que determinar qual o público-alvo e nós temos uma dívida social.

Vocês estão lembrados de que na minha campanha eu fiz uma Carta ao Povo Brasileiro e assumi o compromisso de honrar os contratos que o Brasil tinha, e estamos honrando, porque honrar contratos significa poder andar de cabeça erguida neste país.

Mas tem uma outra dívida que o Brasil tem, um outro contrato, que nós temos uma obrigação ainda maior de resolver, que é acabar com a miséria e com a fome neste país. Este é um compromisso muito mais sério e, certamente, nós vamos acabar, estamos trabalhando para isso. Eu, particularmente, durmo todo os dias com a consciência tranqüila de que se não fiz tudo o que queria, já fiz o que era possível fazer e tem muito mais para fazer ainda, Guarulhos é um exemplo disso. O que este companheiro Elói Pietá... vocês que moram aqui há muito tempo, que conheceram outros prefeitos, sabem qual é a diferença deste companheiro para os outros prefeitos. E logo, logo, vocês também vão ter consciência do que é a diferença de quatro anos nossos.

O Olívio Dutra não falou, mas só em saneamento básico, em dois anos de governo, nós já investimos 14 vezes mais do que o governo anterior. Quatorze vezes mais. Não foi uma, nem duas, foram 14 vezes mais em saneamento básico. E vamos continuar investindo muito mais porque nós temos consciência de que cada centavo que a gente colocar para tratar água,



para coletar e tratar esgoto é dinheiro que a gente não precisa gastar na saúde. Dizem que para cada real aplicado no saneamento básico a gente economiza quatro reais na saúde e isso é uma coisa maravilhosa, porque nós precisamos fazer a tal da saúde preventiva, tentar evitar que as pessoas fiquem doentes.

Por isso, Elói querido, eu estou feliz, estou pagando uma dívida com você, de vir ao Bairro dos Pimentas e, certamente, virei no começo do ano que vem inaugurar o hospital do Bairro dos Pimentas.

Muito obrigado, meus companheiros, boa sorte. E eu espero que a Caixa e o Prefeito entreguem logo a casa para vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação para o Canal  
Internacional – TV Brasil**

**Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2005**

Meu caro amigo, senador José Sarney, presidente do Senado Federal,  
Meu caro companheiro João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos  
Deputados,

Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, presidente em exercício do  
Supremo Tribunal Federal,

Meu querido Eugênio Bucci,

Meu caro José Alencar,

Ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Meu caro Gushiken,

Waldir Pires,

Meu caro Álvaro Eunício,

Meu caro Renan Calheiros, senador da República,

Senador Sérgio Zambiasi,

Senador Luiz Otávio,

Deputado José Borba,

Meus amigos e minhas amigas,

Não se impressione, Gushiken, que eu não vou ler o discurso aqui. Eu  
não vou ler o discurso porque eu queria apenas retratar aos nossos queridos  
convidados o simbolismo que tem este gesto de hoje. E precisava ser feito  
hoje, presidente Sarney, presidente João Paulo, eu diria, para homenagear



vocês. Precisava ser feito porque terá eleição no Senado no dia 15 e, na Câmara, no dia 14. E eu penso que outros assumirão a Câmara e o Senado e, certamente, terão gestos que merecerão atos como este. Mas este, de configuração e criação de uma TV internacional, com a participação dos três Poderes, teria que ter a assinatura de vocês porque foram mentores, cúmplices e parceiros, desde o primeiro momento em que essa idéia foi ventilada.

E esse gesto, meu querido Eugênio Bucci, é apenas o começo de uma empreitada que pode ser longa, porque sabem os comunicadores e os homens de imprensa que estão aqui que não basta a vontade dos três Poderes, não basta ter dinheiro para criar um instrumento de comunicação. É preciso saber se nós vamos ter competência para fazer uma programação capaz de fazer com que o nosso público-alvo assista e nos dê razão de termos criado essa televisão.

Como eu, particularmente, acredito piamente que o processo de integração é uma coisa irreversível no mundo e, sobretudo, na América do Sul, acho que não basta apenas a integração comercial, é preciso que haja integração física, é preciso que haja integração cultural, é preciso que haja a integração social.

E nenhum instrumento será mais eficaz para a integração do que a comunicação. Por ser o Brasil o país economicamente mais forte e geograficamente maior, do ponto de vista populacional, com maior número de habitantes, o que tem o maior PIB, isso demonstra que nós temos que ter mais responsabilidade e muita generosidade na construção de um projeto dessa magnitude.

Primeiro, porque precisamos repartir o que nós temos com os outros que não têm o que temos. Um projeto como este, para dar certo, não pode ser visto pelos países da América do Sul como uma intromissão de um país que quer ter hegemonia sobre os demais países. Muito cuidado, porque isso tem que ser visto e recebido, pelos governantes e pelo povo, como um instrumento a mais



no processo de integração solidária que nós queremos fazer na América do Sul e na América Latina.

Nós precisamos ter uma programação que seja, ao mesmo tempo, muito plural. Portanto, é muito importante. Eu queria aqui a compreensão dos meus companheiros da imprensa: não é um canal de televisão do governo, pelo contrário, é um canal de televisão do Estado brasileiro, portanto ele perpassa os presidentes do Supremo Tribunal, da Câmara e do Senado, porque é um instrumento em que o Estado brasileiro vai tentar estabelecer e engrandecer as suas parcerias com uma parte do mundo que é interligada a nós por obra de Deus e pela natureza.

A segunda coisa que eu acho extremamente importante a gente dizer aqui, presidente Sarney: isso não começou comigo. Na verdade isso começou quando Vossa Excelência era Presidente, porque eu acho que a história vai marcar o papel importante que teve a sua passagem pela Presidência, a do presidente Alfonsín, na construção do primeiro embrião, de verdade, de integração da América do Sul, porque até então o que acontecia com muitas autoridades, e ainda hoje tem muitas que ainda pensam assim, é que não temos que dar muita importância para a América do Sul: Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador. Nós temos que olhar para os Estados Unidos e olhar a Europa, que nós queremos olhar sempre, mas não queremos ser hipócritas de olhar para os Estados Unidos sem ver que, antes de chegar lá, nós temos um imenso Continente que está mais próximo de nós e que precisamos fazer alguma coisa para que eles tenham a chance de um dia serem países desenvolvidos.

Nós não podemos olhar para a Europa e fingir que não existe o Continente Africano na nossa frente. Nós temos que olhar e perceber que tipo de gente mora ali, até um tipo de gente que tem responsabilidade pela nossa cultura, pela nossa cor, pelo nosso biotipo. Vocês percebem que eu tenho a cara um pouco misturada.



Mas eu acho que é isso que dá dimensão a um país; é reconhecer valores que, muitas vezes, a aristocracia elitista de um país não quer ver, porque para alguns o Brasil ainda é colonizado. Alguns ainda agem como se o Brasil fosse colonizado e dependesse apenas de uma parte do mundo, quando, na verdade, o Brasil tem um papel extremamente importante, exatamente pela pluralidade das políticas que temos colocado em prática no nosso país.

É muito importante que o mundo da América do Sul conheça a nossa cultura plena, mas é muito importante que a gente tenha humildade de conhecer a deles. É muito importante que eles conheçam como funciona o nosso Poder Judiciário, mas é muito importante que a gente conheça como funciona o deles; é muito importante que eles saibam os lugares bonitos que nós temos para as pessoas tirarem férias, mas é muito importante que nós também conheçamos os deles; é muito importante que eles conheçam o funcionamento do nosso Congresso Nacional, mas é importante que a gente conheça o deles. Por aí, sim, nós estaremos estabelecendo uma relação de confiança tal que não haverá mais dúvida, como houve no passado, quando fomos construir Itaipu e alguns militares argentinos achavam que Itaipu era uma espécie de instrumento para inundar a Argentina, em caso de guerra, e começaram a pensar em criar a bomba atômica. Este tipo de coisa não pode mais existir se houver uma relação política sadia. E por isso nós acreditamos e trabalhamos, arduamente, para a integração.

Estou viajando domingo, à noite, presidente Sarney, meu querido José Alencar, João Paulo, para uma reunião que é muito importante para nós. Eu e vários ministros, junto com vários empresários, estamos estabelecendo um processo de integração de parcerias com a Venezuela na área de mineração, na área de gás, na área de petróleo, na área de diamante, em várias áreas em que o Brasil tem potencial de investimento, mas, sobretudo, tem potencial para fazer parcerias com empresas venezuelanas. Vamos fazer o mesmo com a Colômbia e fazer o mesmo com todos os países, para que a integração deixe



de ser uma peça de discurso em época de campanha eleitoral e seja uma ação cotidiana nossa. E ainda mais se a gente tiver um instrumento de comunicação para que essas coisas possam chegar a muita gente ao mesmo tempo.

Por isso, eu penso que o dia de hoje é um dia marcante. Possivelmente, nem nós mesmos tenhamos noção da importância. Quem sabe, daqui a 30 ou 40 anos estarão aqui outro presidente e outros senadores, outros deputados, outros jornalistas, que estarão recordando a importância que o dia de hoje teve para a consagração da integração da América do Sul.

A única coisa que eu queria pedir aos companheiros e companheiras que vão cuidar disso: em relação política, humildade não faz mal a ninguém. Se num projeto como este vocês não tiverem o cuidado de não deixar parecer que o Brasil quer impor a sua cultura aos outros, o projeto poderá ser um daqueles canais de televisão que existem, todo mundo aqui tem, mas que ninguém assiste.

E nós estamos fazendo um canal não para ocupar uma onda de satélite, nós queremos um canal para que determinados setores da sociedade se sintam na obrigação de tomar conhecimento do que acontece na América do Sul e na América Latina, porque, hoje, a verdade é que nós temos muito mais notícias de qualquer outro país do mundo do que da própria América do Sul. Nós temos pouquíssimas notícias da América do Sul, é preciso ter uma coisa muito grave para que saia aqui, no Brasil. Então, eu acho que esse potencial de transitar informações entre os países é uma coisa consagrada para a integração com que, eu acredito, todos nós sonhamos.

E, prestem atenção, nós estamos lançando isso no dia 10 de fevereiro, dia em que nasceu o meu Partido. E eu tenho dito que o século XXI será o século do Brasil e da América do Sul. Não consigo visualizar o mundo futuro sem que essa parte do mundo, que ainda tem tudo por explorar e que tem um povo fantasticamente generoso, não tenha a oportunidade.



Nós vamos levar em conta que Deus pode não ter nascido no Brasil, como nós, brasileiros, queremos. Mas que, certamente, ele passou por aqui, passou, muito tempo.

E eu acho que nós temos apenas que, junto com os nossos parceiros, não jogar fora essa chance que nós estamos tendo. E a comunicação – não apenas um canal de televisão, mas outros instrumentos que a gente pode utilizar – é a consagração desse processo histórico, da chance que vai ter a nossa querida América do Sul e, dentro da América do Sul, o nosso querido Brasil.

Portanto, meus parabéns. Acho que o gesto da Câmara, do Senado, do Poder Judiciário e da nossa querida Radiobrás, é um gesto significativo de um país que, finalmente, se descobriu para respeitar e ser respeitado no mundo inteiro.

Meus parabéns e boa sorte ao novo canal de televisão.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Clínica Asa Branca, do Programa Brasil Sorridente**

**Caruaru-PE, 11 de fevereiro de 2005**

Deixem-me dizer uma coisa para vocês, até porque eu não venho aqui todo dia, nem toda hora, e quero aproveitar que estou aqui para dizer algumas coisas para vocês.

Obviamente que nós, políticos, estamos habituados e calejados de fazer política em lugares os mais diversos possíveis. Agora, é muito importante o seguinte: acabou de ter uma disputa eleitoral em Caruaru, há um resultado, tem gente que não aceita o resultado e, portanto, protesta, com as mais diferentes razões – não discuto aqui se certas ou erradas, porque não é nem o meu papel, não sou nem juiz eleitoral. Há o Prefeito que tomou posse, há o Governador do estado. Pode ter gente contra ou a favor, e há personalidades representadas pelo povo desta cidade e da região.

Então, o que é importante lembrar a vocês é o seguinte – eu vou dizer isso porque isso vai ser uma tônica, daqui para a frente, nos lugares em que eu for: eu fui, uma vez, a uma cidade chamada Pirapora, três dias depois das eleições, e o povo me chamou para uma manifestação contra o prefeito que tinha sido eleito. Eu falei: “Mas eu não posso ir, porque faz três dias que o rapaz ganhou as eleições, como é que eu posso ir a uma manifestação contra o rapaz? Se tem algum problema, vai para a Justiça, a Justiça julga, apura, vê o que é. Não tem problema”.

Agora, eu queria dizer para vocês que em política tem muitos momentos em que a gente tem que pensar como agir. Eu, como presidente da República,



e acho que os ministros também, e qualquer um... É sempre muito desagradável quando você vem para uma inauguração que não tem uma disputa política e uma autoridade, as pessoas – merecido ou não, não tem problema – não conseguem fazer um ato, e dá para a imprensa o pretexto de, amanhã, ao invés de sair a manchete da faculdade para Caruaru ou a inauguração, sair que o Prefeito foi vaiado, que o Governador foi vaiado, que o Presidente foi vaiado ou que o Ministro foi vaiado. E aquilo que é a coisa mais importante, muitas vezes, não sai na imprensa.

Eu estou dizendo isso porque daqui para a frente é importante que cada um de nós cuide bem disso, porque eu tive uma experiência, agora, no Fórum Social Mundial, em que, num lugar que tinha 12 mil pessoas tinha, lá, 60 ou 70 pessoas de um partido recém-saído do PT, e o que a imprensa deu de destaque foi a vaia, quando poderia ter dado que 12 mil aplaudiram e 100 vaiaram. Mas não deu.

Eu também penso que vaia e aplauso são a mesma coisa, um se faz com a mão e o outro se faz com a boca, mas é uma demonstração de exercício democrático da população, que a gente também tem que aprender a conviver com ela, sem achar ruim.

Como eu tenho muitos anos... Vocês não sabem o que foi vaia na fundação da CUT, na Praia Grande. Tinha metade que não queria criar a CUT e metade que queria criar, e eu tive que falar por uma hora embaixo de vaia da metade que não queria criar a CUT. Os ouvidos é que têm que se acostumar, tem que preparar os ouvidos para as duas coisas, que a gente termina fazendo as coisas bem.

Eu queria cumprimentar o Governador,

Cumprimentar os ministros, aqui presentes,

Dizer para vocês que é uma alegria imensa estar aqui, junto com nosso querido bispo Dino Marchiό, bispo de Caruaru,

O nosso bispo Irineu Scherer, bispo de Garanhuns,



Os nossos ilustres visitantes de fora,  
Nosso prefeito João Paulo e outros prefeitos de cidades vizinhas que estão aqui,

Os meus queridos prefeitos,

Os nossos queridos deputados federais,

Deputados estaduais que estão aqui,

O nosso querido Coordenador do Projeto Asa Branca,

Os alunos e o povo de Caruaru,

Os vereadores aqui presentes,

Os professores,

Os estudantes,

O nosso querido Reitor da Universidade Federal de Pernambuco,

Nossos deputados estaduais,

Eu estou vendo até o Nelson, de Mirandiba, aqui,

Nossos deputados federais,

Eu quero dizer uma coisa para vocês: este Programa Brasil Sorridente é para mim uma coisa sagrada. E por que o Programa Brasil Sorridente é uma coisa sagrada? É porque, historicamente, no Brasil, a boca nunca foi tratada como uma questão de saúde pública; a orelha é tratada como uma questão de saúde pública; a língua é tratada como uma questão de saúde pública. Em qualquer convênio médico entre uma entidade, entre um sindicato, uma entidade qualquer com uma empresa prestadora de assistência médica, o corpo humano todo é tratado como uma questão de saúde pública, os dentes, não. Não há o compromisso com a saúde bucal neste país. Não havia, pelo menos, compromisso com a saúde bucal neste país.

E é por uma brincadeira que eu faço sempre, ou seja, é porque quem tem dor de dente é pobre; rico não tem dor de dente, porque rico tem tratamento odontológico ao seu alcance do dia em que nasce ao dia em que



morre, o pobre não tem. Na medida em que o poder público não oferece saúde bucal para a população... Uma menina de 14, 15, 16, 17, 18, 19 anos, mulheres lindas com 20, 25, 30 anos, já estão sem dentes na frente. Às vezes você vai num ato público e pergunta: aquela pessoa não sorri? Aquela pessoa não abre a boca? Aquela pessoa não fala? É porque a pessoa tem vergonha de mostrar a “janela”. Aquilo que é bonito numa criança de seis anos de idade, quando está trocando os dentes, fica feio num adolescente ou num adulto. Então, as pessoas não sorriem. E quem não sorri não pode ser feliz, gente.

Não há nada mais bonito num ser humano do que um sorriso. No sorriso a gente transmite 99% das emoções e das coisas que nós estamos sentindo. Além de que, para namorar, é mais fácil com alguém que tenha todos os dentes da boca tratados direitinho, homem e mulher.

Então, o companheiro Humberto Costa sabe da nossa determinação logo que ganhamos as eleições. Saúde bucal tem que ser tratada como uma questão prioritária neste país. Nós não podemos achar normal, em época de eleição, um político-mau caráter dar uma dentadura para um pobre colocar na boca. Esse pobre não foi ao dentista nenhuma vez, não foi ao protético nenhuma vez, não fez nenhum teste e, de repente, sai com uma dentadura que não cabe na boca dele, porque é grande ou é pequena demais. Isso acontece em todos os estados deste país e, sobretudo, nas regiões mais empobrecidas.

O coitado do pobre, quando tem um buraco no dente, manda arrancar porque não tem dinheiro para fazer um tratamento de canal, e o poder público não oferece. A gente só vê filho de rico com correção nos dentes. Por que o filho do pobre não pode ter também?

Então, o que nós estamos fazendo com o programa de Saúde Bucal é tornar a sociedade brasileira, pelo menos no que diz respeito à saúde, uma sociedade equânime; uma sociedade tratada em igualdade de condições, uma sociedade em que todos possam receber o mesmo tratamento. Não é possível que isso não possa acontecer num país da dimensão do Brasil.



Então, eu acho que nós estamos apenas cumprindo uma função, eu diria, que não é nem de político, mas de cristão, de garantir o direito sagrado de uma pessoa de 60 anos de idade poder ter uma prótese bonita, e não como tinha antigamente, naquelas clínicas populares, quem está lembrado? As tais das clínicas populares, em que o cidadão ia lá, não fazia nem prótese, não fazia modelo, não fazia nada. Chegava lá e tacavam uma dentadura na boca dele. O coitado andava com a boca desse tamanho. Não. Isso é respeito, vocês vão perceber. Quem está vindo se tratar aqui é tratado como se tivesse no Primeiro Mundo, é tratado igual.

Se alguém aqui, em Caruaru, for num dentista particular e for tratado melhor do que aqui ou se o serviço que o dentista particular oferecer for melhor do que o daqui, pode telefonar para o Ministério, porque algo está errado. Pode telefonar.

Aqui é para dar tratamento de qualidade. Aqui é para utilizar material de primeira, aqui é para utilizar material que as pessoas tenham orgulho, e não é para pobre, não. Não é para pobre. Aqui pode vir o rico de Caruaru, que ele vai saber que vai ser bem tratado, pode vir a classe média, que vai perceber que o material é de primeiríssima qualidade. E, às vezes, o que ele vai fazer de graça, aqui, ele pagaria alguns milhares de reais aí fora.

Este é o objetivo deste Centro de Saúde Bucal. Cada centro desses vai atender a uma população de mais ou menos 500 mil pessoas. Por isso é que serão 400 centros espalhados pelo Brasil.

Eu tive a oportunidade de inaugurar o primeiro, na terra do nosso querido Ciro Gomes, lá em Sobral. Estamos inaugurando este aqui e mais 16 no dia de hoje. E vamos, se Deus quiser, terminar este ano inaugurando os 400 centros de Saúde Bucal neste país, em que as pessoas vão marcar consulta por telefone. Ninguém vai ter que chegar aqui às 5 horas da manhã e ficar esperando para saber que não tem vaga às 2 horas da tarde. As pessoas podem marcar por telefone, vir aqui, pegar o ônibus no horário, serem tratadas



e voltar. Se não estiver acontecendo assim, alguma coisa está errada, por favor, nós precisamos saber. Nós precisamos saber, porque isso foi feito para funcionar da forma mais decente possível. Senão, não vale a pena a gente dar tanta importância, como a gente está dando, nessa questão de saúde bucal.

Mas, também, não foi só por isso que eu vim aqui. Nós fomos a Surubim inaugurar a Adutora Jucazinho, uma coisa que estava há muitos e muitos anos funcionando à meia-boca. Eu sei que já teve até inauguração dela, um tempo atrás, porque neste país, também, em época de eleição se inaugura um monte de obras que não estão prontas. Em época de eleição é uma desgraça.

Eu fui, no mês passado, lá em Osório, no Rio Grande do Sul. Fui dar ordem de serviço para a BR-101 Sul, que é uma estrada importantíssima para a integração do Mercosul. Cheguei lá e encontrei o operário que recebeu da mão do governo passado, num ato igualzinho ao que eu fiz, a carta de serviço. Aí, o empregado me devolveu a carta de serviço, porque a ordem de serviço foi dada em junho de 2002, fez-se uma festa lá, muito rojão, muito foguetório, muito “trolólo”, como é de hábito. Aí, acabou o ato, foi todo mundo embora e não moveram um palito. Então, dois anos depois, nós fomos lá dar a ordem de serviço para a obra funcionar.

Aqui em Jucazinho é a mesma coisa. Aqui em Jucazinho, é verdade que o governo do estado colocou dinheiro, quando faltou do governo federal, é verdade, e é assim que a gente faz parceria. Mas é verdade, também, que a gente vinha inaugurá-la no ano passado e aconteceu que a água, por conta da região, ficou salobra e nós não pudemos vir inaugurar. E, hoje, fomos inaugurar e, certamente, vai resolver grande parte do problema da falta de água da cidade de Caruaru, vai resolver parte do problema.

Mas outra coisa importante que nós viemos fazer aqui, hoje, é a questão da universidade. Vejam, era um desejo que agora começa a se tornar realidade, fazer com que as duas grandes universidades públicas do estado de Pernambuco, as federais, tanto a rural quanto a federal, pudessem estender-se



para o interior.

Nós, então, estamos levando a universidade rural para a região de Garanhuns e estamos trazendo a federal para a região de Caruaru, para que a juventude possa sonhar. E, no nosso prognóstico, agora no mês de junho já pode até ter vestibular. E a gente pretende ter, quando estiver tudo funcionando aqui, no mínimo, 2.400 alunos estudando, e um bom time de professores, porque isso vai ajudar muito a dinamizar o crescimento desta região, o crescimento desta cidade e, porque não dizer, o crescimento do estado de Pernambuco.

Mas, mais importante ainda, gente, é importante vocês saberem: nós temos grandes projetos para o Nordeste brasileiro, grandes e bons projetos. O Programa de Biodiesel, que nós já lançamos e em junho, em várias regiões do Nordeste já estará produzindo; eu vejo nele a possibilidade de dar ao Nordeste brasileiro a segunda grande chance de se desenvolver.

A primeira foi a criação da Sudene, que funcionou bem até um certo tempo. Mas, depois, as idéias de Juscelino foram jogadas na gaveta por outros, e a Sudene teve que ser fechada por denúncia de corrupção. O ministro Ciro Gomes reabriu a Sudene e, agora, estamos arrumando dinheiro para que a Sudene possa atender o projeto de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro.

O Programa de Biodiesel pode mudar a matriz energética, no que diz respeito a combustível, para o nosso país, porque o biodiesel é menos poluente do que o diesel, gera muito mais emprego do que o diesel e pode resolver grande parte do problema dos países pobres do mundo, porque não vale apenas para o Brasil, vale para países africanos também, e para outros países da América do Sul.

E o mundo desenvolvido, que é responsável por 70% da poluição do planeta Terra, se não quiser fechar as suas fábricas, comece a produzir carros a biodiesel e a comprar biodiesel dos países pobres, o que ajudará a



desenvolver os países pobres. Todos nós sabemos que o petróleo tem limitação, um dia ele vai acabar, e o Brasil não vai ser pego de calça curta. Quando ele acabar, nós teremos biodiesel para vender, não apenas para o Brasil, mas para o mundo. Este é um grande Programa.

O segundo grande programa, que eu pretendo, agora, em março, ou no começo de abril, vir dar a ordem de serviço, é a duplicação da BR-101 Nordeste, a começar no Rio Grande do Norte. Nós vamos dar a ordem de serviço para os trechos no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Pernambuco, até Palmares, porque essa é uma rodovia que na hora em que a gente concluir em Alagoas, Sergipe, até Salvador, vamos estar construindo, possivelmente, um dos maiores corredores de turismo do mundo. São praticamente sete estados da Federação em que as pessoas vão poder transitar de carro, próximas às praias, portanto, podem desenvolver de forma extraordinária o setor turístico do Nordeste brasileiro.

E o terceiro é a revitalização do rio São Francisco, que é uma obra que foi sonhada desde 1846 por Dom Pedro II. É uma obra que tem muita controvérsia, nenhuma científica, mas muita paixão, muita coisinha: “Ah, porque a água é da Bahia, não pode sair da Bahia; porque a água é de Petrolina, não pode sair de Petrolina”. Agora, o que eu quero saber: quem é que vai dizer que 10 ou 15 milhões de nordestinos devem continuar morrendo de sede, porque a gente não pode tirar um pouquinho d’água do Nordeste para trazer para cá?

Normalmente, quem é contra mora numa casa com água encanada e ainda pode comprar água de garrafa para pôr na geladeira, porque não é possível alguém querer negar um copo d’água, um balde d’água ou um tanque d’água para que uma família... como eu fui, aqui perto, – Humberto Costa, meus companheiros de Pernambuco – em Afogados de Ingazeiro, à casa da mulher no aeroporto. Na casa daquela mulher, eu cheguei lá, um dia, e fazia



três dias que as crianças não iam para a escola porque não tinha água para tomar banho e nem para lavar roupa. E tem gente que acha que tem que continuar assim. Não vai continuar assim.

É por isso que o companheiro Ciro Gomes, que eu coloquei como ministro para cuidar deste projeto, está disposto a debater onde quiserem debater; podem convidar para debater onde quiserem, nós vamos debater. Vamos debater, porque só sabe o que é a seca quem vive na seca; só sabe o que é a fome quem já passou fome. E este país não vai continuar brincando. E eu estou muito à vontade, Ciro, porque nunca prometi fazer a transposição, nunca. Já fui xingado em muitos estados, durante a campanha, porque me recusava, mas vou fazer. Vou fazer porque sei o que é ir buscar água num açude e ficar separando cocô da água, cocô de cavalo, cocô de cabrito, para pegar água numa canequinha, colocar num pote, deixar assentar, para depois, no dia seguinte, tomar um metro de barro dentro da água com caramujo. Eu sei, porque eu já bebi; sei porque já fui buscar água em açude. E nós não vamos permitir que o Nordeste brasileiro, sobretudo o semi-árido nordestino, continue sendo pobre para enricar dono de caminhão-pipa, para enricar determinados políticos em época de eleição. Não vamos permitir, portanto, nós vamos fazer.

E vamos fazer mais coisas ainda. Eu disse ao Tarso Genro e disse ao Reitor: vamos fazer a reforma universitária. Este país precisa de uma reforma. Outro dia eu fui a Alagoas, Tarso, e tinha um grupo lá, que eu não vou dizer quem era, me chamando de traidor por causa da reforma. Eu nem tinha recebido o projeto ainda, nem tinha começado o debate, e eles já eram contra.

Ora, eu disse ao Reitor, esses dias: essa reforma não é minha, eu não sou estudante, não sou professor universitário, não sou dono de universidade, não sou reitor e não vou entrar mais na faculdade, porque não tenho mais tempo para isso. Essa reforma tem que ser de interesse das universidades brasileiras e da sociedade brasileira. Portanto, vocês tratem de se entender e



fazer um projeto que atenda aos interesses soberanos do povo brasileiro para que a gente aprove essa reforma. Porque tem gente que não aceita nenhuma reforma, nem da casa ele aceita reforma. E eu acho que nós precisamos fazer.

O Humberto Costa falou do remédio, o remédio vendido em avulso. Vejam que absurdo: alguém se levanta com dor de cabeça de manhã. Você, tomou um “goró” a mais e se levantou com dor de cabeça. Aí, quer tomar um comprimido. Ora, vai à farmácia e fala: “me dá um comprimido”. Não vou dizer o nome aqui, para não fazer merchandising, mas qualquer um desses analgésicos. Você tem que chegar lá e comprar um envelope com quatro ou com oito, toma um e o resto fica para uma cesta. Toda casa, aqui, tem uma cesta de remédios que vão ficando lá, e vão ficando vencidos.

Um dia, eu chamei o Humberto e falei: “Humberto, eu fui ao médico e ele me deu dois envelopes de dez comprimidos. Eu tomei dois e sarei. O que eu faço com os outros?”. Tem gente que se machuca e todos nós pensamos que somos médicos. A gente pode estar numa rodinha como essa aqui, num bar, aí chega alguém e fala: “Puxa vida, meu vizinho está doente”. Já está o cara do lado falando assim: “Eu tomei tal coisa e sarei, dá para ele”. Como se a reação do corpo humano fosse a mesma.

Nós precisamos, os laboratórios vão brigar conosco, não tem problema, essa é uma briga justa e as brigas justas e boas nós não temos que temê-las, o povo tem que ir à farmácia e comprar apenas o remédio que ele tem que tomar, ele não tem que ter “arquivo morto” para remédio, o farmacêutico é quem tem que ter. Então, essa é uma briga boa que nós vamos ter que comprar, porque em outros países do mundo é assim e nós vamos continuar assim.

Por último, meus companheiros, eu quero dizer para vocês que estou extremamente feliz. Nós temos apenas dois anos de governo, e o Tarso Genro não pôde falar aqui, porque falou lá dentro. Mas eu tinha uma angústia com a questão da bolsa de estudos. Chegamos a discutir mil formas até que o Tarso



trouxe a proposta do ProUni. O que era o ProUni? Era, praticamente, criarmos um novo modelo, ou seja, pegar as universidades filantrópicas, as particulares, e discutir uma parte da isenção do imposto e transformar aquilo em bolsa de estudo.

Ora, chamamos a UNE para discutir; a UNE discutiu conosco, participou ativamente. Conclusão: nós criamos 112 mil novas vagas nas universidades privadas brasileiras para os nossos jovens. E aqui, no Nordeste, são praticamente 36 mil jovens que pegaram bolsa, ou seja, nós achamos que em quatro anos é possível chegar a 450 mil bolsas. Certamente será o maior programa que este país já conheceu nestes 500 anos de história.

Mas, mais feliz ainda eu estou porque as coisas começam a acontecer e a fluir. Eu sempre uso muito o futebol para mostrar as coisas, porque todo mundo conhece um pouco de futebol. Sabe, tem gente que, às vezes, vai com muita pressa para marcar o gol e toma um gol. E eu sempre achei que a política tem muita coisa a ver com o futebol. Nós temos que atacar, mas com cuidado, para o adversário não marcar um gol na gente, porque, a cada gol que ele marcar, fica mais difícil a gente tirar vantagem.

E vocês sabem da obsessão que nós tínhamos para fazer a economia brasileira ir se ordenando. Difícil. Difícil porque, quando você pega um paciente na UTI, é muito mais difícil do que se você conseguisse pegá-lo ainda no quarto, antes dele sair para a UTI. Pegamos o Brasil numa situação extremamente delicada e, hoje, eu posso dizer para vocês...

Aliás, Ciro, eu não te falei: neste mês de março, se Deus quiser, nós vamos ultrapassar os 100 bilhões de dólares de exportação. É um marco que muita gente jamais imaginou que pudesse acontecer. Em 2002, o Brasil tinha um déficit de conta de 32 bilhões. Hoje, o Brasil tem um superávit de 14 bilhões de dólares. Nós saímos de 32 negativos para 14 positivos, o que é uma revolução na economia brasileira.

E este ano, de 2005, eu estou mais otimista ainda. Cada ministro já está



mais consciente, mais maduro, o grau de confiança é muito grande, a auto-estima do povo brasileiro está à flor da pele. Nós estamos acreditando que somos bonitos, que sabemos carnaval, que sabemos futebol, que sabemos trabalhar e que não temos medo de disputar com nenhum povo, de nenhum país do mundo, em nível de qualidade, estamos preparados para crescer.

E hoje eu achei mais fantástico ainda, porque peguei – oh, Bruno Maranhão, você que mora em São Paulo, de vez em quando faz o seguinte... – todas as manchetes dos jornais: “Produção industrial é a maior desde 1986.” Portanto, é o maior crescimento da produção industrial brasileira desde 1986. Eu acho que as coisas estão acontecendo e vão acontecer. E vão acontecer da forma que têm que acontecer.

Eu aprendi, desde pequeno, por ter nascido em Garanhuns e muito miserável, a não rasgar nem nota de um real, quanto mais nota de 100. Os passos serão dados na medida certa, com o equilíbrio que me fez chegar à Presidência da República. Não pensem que eu cheguei de graça e que foi fácil, não. Eu tive paciência para perder três eleições. E, a cada uma que eu perdia, eu voltava para casa e falava: vou ganhar a próxima. Disputei mais duas e não ganhei. Para ganhar eu sei o que nós tivemos que fazer. E podem ficar certos que eu não jogarei fora esta oportunidade extraordinária, não de ser Presidente, mas de mostrar que a elite brasileira governou este país de forma equivocada durante muitos anos, e que pode se governar este país fazendo as coisas prioritárias para a parte mais pobre da população, fazendo a economia crescer sem que se precise prejudicar ninguém.

E eu estou convencido de que nós vamos chegar no final mandato, todo mundo que acreditou, com a consciência tranquila de que não foi feito tudo, porque em quatro anos a gente não consegue fazer tudo e nós não conseguimos fazer. Mas o que é importante é que cada um que acreditou, cada um que trabalhou vai poder deitar a cabeça no travesseiro e dizer: nós não fizemos tudo, mas fizemos o máximo que podíamos no tempo que tivemos



para fazer.

Muito obrigado, gente. Boa sorte a vocês e até outro dia, se Deus quiser.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de inauguração do Projeto de Abastecimento do Jucazinho**

**Surubim-PE, 11 de fevereiro de 2005**

Meu caro Mendonça Filho, governador em exercício do estado de Pernambuco,

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Humberto Costa, ministro da Saúde,

Meu querido companheiro Eduardo Campos, ministro da Ciência e Tecnologia,

Meu querido companheiro Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional,

Meu querido companheiro Jaques Wagner, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

Meu caro Flávio Nóbrega, prefeito de Surubim,

Meu querido companheiro João Paulo, prefeito de Recife,

Meus queridos prefeitos, Luiz Heráclio, de Limoeiro; Eliseu João de Souza, de Santa Maria do Cambucá; Gilmar Alves Assunção, de Frei Miguelinho; João Barbosa Neto, de Casinhas; Joaquim Neto de Andrade Silva, de Gravatá; Luis Antonio de Araújo, de Salgadinho; Marcone Lima Borba, de Bezerros; Mário da Mota Limeira Filho, de Riacho das Almas; Miguel Gomes de Freitas, de Passira; Romero Leal Ferreira, de Vertentes; Gonçalves de Lima, de Cumaru; e a nossa companheira prefeita Welita Walquíria, de Vertente do Lério, é a única prefeita mulher aqui presente,

Meus queridos deputados Gonzaga Patriota, Maurício Rands, prefeito Lira, do Bom Jardim. Eu só posso ler os nomes que estão aqui, se não tem aqui...



Meu caro Gonzaga Patriota, (inaudível) Maurício Rands, Paulo Rubem, Fernando Ferro, deputados federais,

Meu querido companheiro Eudoro Valter de Santana, diretor-geral do Dnocs,

Meus queridos moradores da região de Surubim,

Meus amigos e minhas amigas,

Mulheres, homens, crianças do meu Brasil,

Primeiro, a alegria de estar numa região nordestina num dia de chuva. Alguém que vem de São Paulo ou do Rio de Janeiro, ou alguém que vem de uma capital do Sul não tem noção do que significa uma nuvem de chuva para nós, que nascemos aqui. E num dia gostosamente chuvoso, a gente vai inaugurar uma obra da magnitude da adutora de Jucazinho, nesta querida Surubim. Surubim, que já foi uma região próspera, grande produtora de algodão e que, depois do bicudo, sofreu a amargura do descenso na pirâmide do desenvolvimento do nosso país.

Mas nós estamos aqui hoje, para cumprir uma sinalização. A todos os ministros que assumiram no meu governo eu disse uma única coisa: montem os seus Ministérios, escolham as pessoas que vocês entenderem que são da confiança de vocês, mas as pessoas têm que ter duas condições básicas para serem contratadas: têm que ter competência e têm que ser honestas para poder fazer o trabalho. E por favor, não comecem nenhuma obra nova antes de a gente concluir o que está para ser feito no Brasil, porque ao longo de muitos e muitos anos uma das deficiências do Brasil, dos estados e dos municípios era exatamente essa: um prefeito, um governador ou um presidente da República tomava posse e, se tivesse uma obra em andamento, do seu adversário, ele paralisava aquela obra e ia começar uma dele. Ele não conseguia terminar a obra dele, o outro que entrava também não dava continuidade, e começava outra obra.

Às vezes, nós chegamos num estado ou numa cidade, tem três, quatro



obras paralisadas e, muitas vezes, o administrador fazendo uma obra nova, porque no Brasil se criou a cultura de que é preciso deixar a cara do governante na obra. E isso faz com que, muitas vezes, a gente tenha lido na imprensa brasileira o cemitério de obras paralisadas no nosso país.

E o que disse ao companheiro Ciro Gomes, eu disse ao companheiro Humberto Costa, quando assumiu a Saúde: “Eu não quero um hospital novo, sem antes a gente estar fazendo funcionar todos aqueles que já existem no país”, porque nós sabemos que o problema da saúde, no Brasil, não é a construção de um ou dois hospitais novos. Muitas vezes, é o atendimento das pessoas, muitas vezes o carinho com que a gente trata a pessoa, na recepção de um hospital, vale mais do que a própria consulta.

Então, essas coisas é que nós estamos colocando em prática, quebrando velhos tabus, quebrando velhos hábitos, quebrando costumes históricos. E vocês sabem que é muito difícil. Toda vez que a gente quer fazer uma coisa nova tem sempre muita gente... Tem gente que inaugura uma obra sem nenhuma responsabilidade. Vai lá, inaugura a obra, faz uma placa, se não funcionou não tem problema, não vai voltar mais lá. Deixa para lá, o povo foi lá, ouviu o discurso, aplaudiu, já votou, teve eleição mesmo, acabou, daqui a quatro anos é outra conversa. Vocês já viram isso aqui também? Isso, a gente vê no Brasil inteiro.

Aliás, eu me lembro de uma vez, eu morava num lugar, em São Paulo, chamado Parque Bristol, um lugar muito pobre, já perto de São Bernardo do Campo. Era uma barreira desgraçada, daquela que você levantava para ir trabalhar de manhã, carregava 10 quilos de barro vermelho na sola de cada sapato. Eu andava com uma galocha embrulhada num jornal e, quando chegava na padaria, tirava o sapato cheio de barro, ou melhor, tirava a galocha, embrulhava a galocha num jornal, botava embaixo do braço, entrava no ônibus, ia trabalhar, lá eu lavava a minha galocha e voltava limpa.

Por que eu estou contando isso? Porque, uma vez, era eleição, em



1968, Ciro Gomes, se não me falha a memória, ou 1972. Eu me lembro que era um sábado à tarde, eu estava sentado perto de um campo de futebol e veio um caminhão da prefeitura, trazendo poste, fechando aqui de meio fio, trazendo guia, sarjeta, poste e cano, e jogando por tudo quanto é rua, e “não-sei-das-quantas”... Eu sei até o nome do candidato, não vou nem falar quem é. Mas eu sei, é vivo, até tenho uma boa relação com ele, hoje. Foi lá, encheu o Parque Bristol de poste, de cano d’água, de guia de sarjeta. E dali a um mês e pouco teve a eleição, e o cara ganhou as eleições. Eu me lembro como se fosse hoje: uma semana depois recolheram tudo que colocaram na rua e nós ficamos “chupando o dedo” mais seis anos, para que viesse uma coisa para lá.

Então, no Brasil isso acontece. Isso acontece, às vezes, pela pressão de um prefeito, que fala para o presidente: “Não, tem que inaugurar porque tem eleição, Presidente. Inaugura que o resto eu tomo conta”. Tem pressão de governador, tem pressão de deputado, tem pressão do povo, ou seja, o que não falta é “demoniozinho” para pedir para você fazer uma coisa precipitada e errada.

Agora, quando você chega à Presidência da República, o grau de responsabilidade que você tem é de tal magnitude que às vezes é melhor você parar, contar até 10, pensar e fazer, do que você fazer de forma precipitada, porque um presidente da República não tem estado. Eu tenho que gostar do Acre o tanto que eu gosto de São Paulo, o tanto que eu gosto de Pernambuco, o tanto que eu gosto do Amazonas, o tanto que eu gosto do Ceará, o tanto que eu gosto da Bahia. Primeiro, o presidente não tem estado; segundo, o presidente não tem cidade. Eu sou de Caetés, sou de Garanhuns, sou de São Paulo, sou de São Bernardo, sou de Santos. Para mim, toda cidade é cidade brasileira.

Então, nós temos que fazer as coisas sem olhar se quem está lá é nosso amigo ou nosso adversário. Nós temos que saber se o povo precisa ou não precisa das coisas que nós estamos fazendo.



E por isso eu estou aqui hoje, porque tenho um compromisso, esse compromisso que me fez escolher o Ciro Gomes ministro da Integração. E por que o Ciro Gomes na Integração? Porque, embora seja um paulista de Pindamonhangaba, tem toda a sua experiência política no estado do Ceará, em Sobral. Depois, tem a sua experiência administrativa, como prefeito, como deputado e como governador e, depois, conhece o Nordeste. E como eu tinha na cabeça algumas grandes obras para o Nordeste, eu precisava ter alguém que conhecesse o Nordeste como ministro da Integração. Mas, sobretudo, não alguém do Nordeste, alguém que tivesse competência, fosse desaforado para enfrentar as contrariedades e, sobretudo, desaforado para moralizar a máquina administrativa de um Ministério que, segundo a imprensa, era utilizado apenas para distribuir emendas no Orçamento. Então, este é o meu companheiro Ciro Gomes.

E o Ciro Gomes trabalha com a seguinte convicção: no Nordeste brasileiro não tem medidas paliativas. Ou nós assumimos a responsabilidade de transformar o Nordeste brasileiro daqui a 15, 20 ou 30 anos numa região altamente desenvolvida, ou daqui a 30 anos a gente vai estar jogando a culpa na indústria da seca, a gente vai estar jogando a culpa no estado de São Paulo, a gente vai estar jogando a culpa num monte de coisas: por que o Nordeste continua pobre? O Nordeste continua pobre porque o Nordeste nunca foi tratado como uma região prioritária para o desenvolvimento, sempre ficou por conta dos coronéis da política local. Nunca houve um projeto deste do governo federal, e por isso nós assumimos essa responsabilidade de dizer, aqui, a vocês: nós estamos saindo daqui e indo para Caruaru. Vamos inaugurar a adutora. Aqui, já descerramos a placa e daqui vamos para Caruaru. Lá, nós vamos inaugurar uma grande obra de tratamento odontológico, um grande centro de saúde bucal para, inclusive, tratar o câncer na boca das pessoas. Você sabe que dente não era olhado como doença, porque só quem tem dor de dente é pobre, rico não tem. Rico tem dentista do dia em que nasce ao dia



em que morre. Quando nasce, para não deixar ficar torto; quando morre, para tirar os ouros da boca. E nós nascemos sem dentes e morremos sem dentes.

Então, essa política de saúde bucal é uma coisa que eu dou a maior importância, porque nós conhecemos no Brasil meninas e meninos de 20 anos de idade, 18 anos de idade, que já não têm dentes na boca. E se não têm dentes na boca, não podem sorrir. E se não sorrir, sabe, a alegria de um brasileiro que não sorri, que não pode viver de boca aberta, cantarolando as suas riquezas...

E vamos também inaugurar, fazer um protocolo com a Universidade Federal de Recife, de Pernambuco, para levar uma extensão da Universidade Federal para Caruaru, para que a Universidade Federal possa se estender pelo estado. Já fizemos um acordo de levar a Universidade Rural para Garanhuns e vamos levar, agora, a Federal para Caruaru. Nós estamos levando a possibilidade dos jovens das cidades pobres, das cidades mais pobres e menores, poderem ter acesso à universidade numa região mais próxima deles, para não terem que ir a Recife apenas para estudar.

E, também, nós temos três grandes coisas para o Nordeste brasileiro, que é um sonho que nós vamos ter que concretizar. Primeiro, a questão das águas do rio São Francisco. Eu sei da importância disso, pelo menos para atender à necessidade de beber água de pelo menos 10 milhões de irmãos nordestinos. E nós não temos direito de ver uma parte da água do rio São Francisco ser despejada no oceano, se misturar com a água salgada, sem que a gente possa tirar um tiquinho dela, uma cuia d'água, para poder levar para 10 milhões de famílias beberem. Portanto, nós vamos fazer.

E essa é uma obra que eu tenho o prazer de ir, junto com o Ciro Gomes, dar o pontapé inicial. E eu espero que a gente vença todas as barreiras que temos pela frente, e não é barreira do Ibama, não, é barreira de alguns governadores, é barreira muitas vezes do poder Judiciário; não é barreira do Ibama não, porque o Ciro tem trabalhado muito junto com o Ministério do Meio



Ambiente.

Então, o projeto da água é uma coisa maravilhosa que eu sonho que poderá dar maior sustança ao povo do Nordeste, porque, embora as pessoas não saibam, eu sei o que é ir pegar água num açude, num pote, e deixar a água assentar, porque a gente não tinha cultura nem para ferver nem para coar. A gente tomava daquela água e depois as canelinhas ficavam dessa grossura, o barrigão dessa grossura, a gente pensava que era saúde. E não era saúde e não foram poucas as vezes em que eu, com sete anos de idade, tinha que ir com a minha irmã buscar pote d'água. Então, eu sei o que é a gente andar 12 léguas, 16 léguas para trazer um pote d'água na cabeça. E, às vezes, não sabe se é água, se são fezes de animais, se é caramujo, se é urina, e é daquela água que tem que beber.

Então, quem está no “bem bom”, não sabe o sacrifício. Quem está no “bem-bom”, não sabe o que é isso. Como nós não temos dinheiro para comprar água “Perrier”, para beber, água boa, então nós bebemos. Queremos tratar a água do rio Capiberibe, torná-la saudável para que as nossas crianças possam beber, ficar barrigudinhos, mas de saúde, não de verminose como a gente era antigamente.

Uma outra obra importante para o Nordeste, que eu sonho que vai ser o grande projeto do Nordeste, é o projeto de Biodiesel, sobretudo da mamona, para as pessoas do semi-árido nordestino. A Petrobrás e todos os ministros sabem que este projeto do Biodiesel pode ser, inclusive, uma das grandes fontes de desenvolvimento do Nordeste. Nós vamos incentivar o pequeno a produzir mamona. Da mamona vamos fazer o óleo, a BR vai buscar o óleo, vai refinar, a palavra que eles vão utilizar é muito chique que nem eu consigo... (inaudível), mas eles vão fazer o óleo bem refinado para a gente começar a colocar 2% nos ônibus, caminhões e tratores. Se Deus quiser, logo, logo a indústria automobilística vai estar produzindo carro à diesel e, aí, quando um sertanejo estiver vendo passar um carro, ele vai falar: “puxa vida, eu que



passei fome a vida inteira, agora aquele carro está andando com óleo produzido de mamona da minha terra” ou quem sabe do dendê, ou quem sabe do girassol ou da soja. O dado concreto é que este é um grande projeto e ele é voltado, sobretudo, para o Nordeste e, dentro do Nordeste, é voltado para priorizar a agricultura familiar.

Um outro grande projeto que nós temos para o Nordeste é a duplicação que o Ciro Gomes falou, da BR 101. Eu penso que mais ou menos no mês de março, ou no começo de abril, nós vamos dar a ordem de serviço, primeiro no estado do Rio Grande do Norte, depois Paraíba, depois Pernambuco, até Palmares, me parece que vem, e ainda falta o projeto executivo para a gente fazer na Bahia, Alagoas e Sergipe. Aí a gente vai ter uma rodovia duplicada, ligando, praticamente, grande parte do litoral nordestino, gerando desenvolvimento, gerando empregos, gerando renda e fazendo com que o povo possa transitar sem perigo de morte, sem perigo de um desastre de carro por todo o Nordeste brasileiro. Esta é outra obra que eu considero extraordinária para o Nordeste brasileiro.

Então, essas três obras serão marcantes para o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, não apenas para Pernambuco, mas para todo o Nordeste, que precisa ter uma chance. Já teve em outros momentos. A Sudene, quando foi criada pelo Celso Furtado, em 1959, se transformou no grande cérebro do desenvolvimento do Nordeste. O que aconteceu? Durante muito tempo ela funcionou bem, mas depois de um certo tempo, a Sudene foi abocanhada por muitos, que a gente poderia dizer bandidos da política brasileira, que desvirtuaram o papel da Sudene. E no outro mandato, o presidente resolveu acabar com a Sudene, para acabar com a corrupção. Ou seja, não poderia prejudicar a Sudene para acabar com a corrupção; prendesse os corruptos, se soubesse quem eram, seria mais fácil do que acabar com a Sudene.

Nós e o ministro Ciro Gomes já mandamos para o Congresso a reestruturação da Sudene e da Sudam. Obviamente que precisa de dinheiro, e



estamos numa peleja boa com os governadores, agora, para ver se a gente consegue colocar um pouco de dinheiro na Sudene e na Sudam para que elas sejam, definitivamente, as duas instituições, as grandes produtoras de projetos de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro.

E enquanto isso, meus companheiros, a gente vai andando por este país, fazendo as obras que têm que ser feitas. E hoje, particularmente, é um dia em que eu estou feliz, duplamente feliz, não só porque eu estou em Surubim, inaugurando uma obra e porque vou a Caruaru anunciar coisas importantes, mas porque hoje de manhã eu me levantei para ver os jornais e fiquei feliz, sabem por quê? As manchetes estavam assim: “Indústria cresce mais do que nos últimos 18 anos”. Ou seja, a indústria brasileira cresceu em 2004, só cresceu, antes, em 1986, numa demonstração que nós encontramos o caminho.

Daqui para a frente, gente, não tem choro e nem vela. A economia, este ano, vai ser muito melhor, nós vamos crescer mais, não existe lugar para o pessimismo. Ao invés de a gente se levantar de manhã e ficar dizendo: “Puxa vida, eu vi na televisão, as coisas vão dar errado”, e tal, ao invés de ficar choramingando, levante a cabeça e fale: “o que que eu posso fazer pelo meu país hoje? O que que eu posso fazer pela minha cidade?”. E levantar a cabeça para as coisas darem certo neste país.

O país está ocupando um papel muito importante. Quem viaja o mundo sabe que este país nunca foi tão respeitado como é hoje, nunca houve tanta esperança como existe hoje. E nós sabemos que cumprir ou transformar essa esperança em sonho não é do dia para a noite. Se fosse do dia para a noite, outros já teriam feito.

Fazer esse sonho se tornar realidade é um trabalho que tem que ser feito com muita perseverança, enfrentando adversidades, não baixando a cabeça nunca, não achando que a coisa está ruim nunca. Não tem nada que esteja ruim que a gente não possa melhorar. É só a gente acreditar.



Então, vejam, esta água que está aí começou há 11 anos, não começou comigo não. Mas faz 11 anos que vocês, todo dia, se levantam e falam: “Quando é que vem alguém inaugurar? Quando é que vem alguém dizer?”. Finalmente, vocês agora podem dizer: “vamos beber água boa, tratada”. Vamos ter a barriga razoável e não muito grande, mas vai ser de saúde e não de doença como tínhamos no tempo em que eu era criança, no estado de Pernambuco.

Que Deus abençoe vocês e que vocês possam ajudar este país a continuar crescendo e gerando muito mais riqueza do que já gerou até hoje.

Sorte!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela  
Caracas-Venezuela, 14 de fevereiro de 2005**

Meu caro companheiro Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meus amigos e amigas ministros e ministras do governo venezuelano,

Meus companheiros e companheiras, ministros do meu governo e demais companheiros que integram a nossa comitiva,

Meu caro Embaixador da Venezuela no Brasil,

Meu caro Embaixador do Brasil na Venezuela,

Meus amigos empresários brasileiros,

Empresários da Venezuela,

Dirigentes de entidades empresariais dos dois países,

Meus amigos ministro Celso Amorim, ministro Alí Rodríguez,

É com grande satisfação que retorno à Venezuela, onde sempre sou recebido com carinho pelo povo e por suas autoridades. Hoje é um dia histórico nas relações entre Brasil e Venezuela. Nossos países nunca estiveram tão próximos e irmanados. Nossos mais ambiciosos projetos de integração começam a materializar-se.

O comunicado conjunto que assinamos hoje estabelece uma ampla aliança estratégica entre Venezuela e Brasil.

Essa associação pode e deve servir como modelo de integração que desejamos levar adiante com os demais parceiros da região. Ela está baseada em uma decisão política de nossos governos, em seu mais alto nível, e no



engajamento de nossos setores empresariais. Traduz-se em um programa de trabalho concreto e realista, cuja execução vamos monitorar cotidianamente.

É sintomático, meu caro presidente Chávez e amigos da Venezuela, que para preparar esta aliança estratégica tenhamos restabelecido os trabalhos da Comissão Binacional de Alto Nível, a Coban, que não se reunia desde fevereiro do ano 2000. A partir de agora, a agenda da cooperação entre os nossos dois países retoma todo o seu vigor.

Nossa aliança estratégica está solidamente apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação do comércio de bens e serviços e integração da infra-estrutura. Acabamos de definir objetivos ambiciosos em todos esses campos.

Quero ressaltar a enorme importância da nossa associação no setor energético. O que a Petrobras e a PDVSA podem fazer juntas no Brasil, na Venezuela e em terceiros países, é de um potencial inestimável. Estamos estabelecendo parceria nas áreas de exploração, refino, transporte e comercialização. Vamos trabalhar conjuntamente para produzir combustíveis renováveis, como o biodiesel e o etanol. Vamos também explorar a fundo a complementaridade dos nossos sistemas de geração de energia hidrelétrica. O Norte do Brasil já recebe, hoje, serviços de excelente qualidade fornecidos pela Edelca. O estabelecimento de uma comissão mista em matéria de energia assegurará um acompanhamento contínuo desses projetos.

Com a participação decidida do nosso setor privado, vamos também avançar na mineração do carvão e valorizar a complementaridade de nossas economias no setor siderúrgico.

O Brasil tem abundância de minério, e a Venezuela abundância da energia necessária para o processamento desse minério. Juntos, vamos agregar valor e escala aos nossos processos produtivos.

Outro vetor que merece destaque na aliança que estamos estabelecendo é da infra-estrutura. Vamos seguir promovendo a ativa



participação de empresas brasileiras na realização de grandes obras de transportes na Venezuela. E vamos seguir implementando mecanismos inovadores de financiamentos desses empreendimentos. É preciso avançar nesse sentido em âmbito sul-americano.

Temos também planos significativos para o setor aeronáutico e uma plataforma de cooperação na área militar. Trataremos de cooperar não apenas na vigilância e defesa da Amazônia e de seus recursos, mas também no desenvolvimento conjunto em ciência e tecnologia. São prova disso os entendimentos alcançados para o reaparelhamento da Força Aérea Venezuelana pela Embraer e a exploração de possibilidades de exercícios conjuntos na Amazônia por nossas forças militares.

Vamos seguir colaborando no combate ao narcotráfico, ao crime organizado, ao terrorismo, e na proteção de nossa extensa fronteira comum.

É também por essa razão que decidimos cooperar, de maneira mais estreita, em matéria de políticas sociais, com ênfase na saúde e na educação.

Meu querido companheiro Chávez,

Nossas economias têm demonstrado claros sinais de recuperação. A Venezuela e o Brasil aumentaram significativamente suas trocas comerciais.

Esperamos superar, já neste ano de 2005, a cifra de 3 bilhões de dólares. O meu número, aqui, era 2 bilhões de dólares, mas como os empresários foram mais otimistas e falaram em 3 bilhões de dólares, e eu estou numa fase de muito otimismo, eu prefiro os 3 bilhões de dólares. Desde que, nós, brasileiros, aprendamos que relação comercial é uma via de duas mãos: a gente vende, mas a gente compra, para que haja um equilíbrio nas balanças comerciais dos dois países, porque senão esse desequilíbrio pode prejudicar a saudável relação que queremos ter com a Venezuela. Desejamos dar maior equilíbrio ao intercâmbio comercial.

Estamos também facilitando os investimentos nos dois sentidos, com a assinatura de acordo para evitar a bitributação.



No plano regional, compartilhamos o desejo de fortalecer a unidade dos países sul-americanos.

Estamos afirmando a auto-confiança do Continente na superação dos nossos grandes desafios econômicos e sociais.

A construção e o fortalecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica são instrumentos fundamentais para a promoção e a defesa dos interesses da nossa região no cenário internacional.

Estamos contribuindo, assim, para mudar a correlação de forças internacionais para conformar uma nova geografia econômica e comercial mundial, tendo como cenário um mundo de paz, politicamente mais democrático.

E, aqui, eu quero aproveitar para agradecer ao presidente Hugo Chávez o apoio de primeira hora que ele deu, tanto para o Conselho de Segurança da ONU quanto para a disputa na Diretoria Geral da OMC.

Meu querido Hugo Chávez,

Quero, por seu intermédio, felicitar mais uma vez o povo venezuelano pelo seu firme compromisso com a democracia. A sociedade venezuelana soube superar, de forma serena e soberana, momentos muito difíceis. O Brasil acompanhou de perto e com grande atenção esses momentos. Nunca faltamos com nossa solidariedade

Quero também congratular-me com o governo e o povo venezuelanos pela superação das dificuldades recentes nas relações entre a Venezuela e a Colômbia. Os dois países e toda a América do Sul demonstraram, uma vez mais, a sua maturidade política. Reafirmamos, dessa forma, nossa capacidade de resolver as divergências por meios próprios e pela via pacífica do diálogo.

Meus amigos,

Minhas amigas,



Saúdo o empenho e a visão do nosso setor empresarial. Sua participação foi e continuará sendo fundamental nos projetos de parceria que assumimos.

O trabalho de todos, governo e sociedade, tornou possível esta imensa plataforma de cooperação que hoje lançamos.

Tenho consciência de que ainda teremos de superar muitos desafios na construção da aliança estratégica entre a Venezuela e Brasil.

Estou seguro de que o caminho que estamos trilhando nos levará à construção de um espaço sul-americano mais solidário, comprometido com a eliminação da fome, da pobreza e das grandes disparidades sociais que persistem em nosso Continente.

A democracia é um processo de construção permanente. Para acelerá-lo, necessitamos desencadear um ciclo de prosperidade com altas taxas de crescimento, sólidas políticas de emprego e de distribuição de renda e iniciativas que garantam efetiva inclusão social. Esses são os passos decisivos para garantir a soberania e a auto-determinação.

Meu caro presidente Chávez,

Forjamos nos últimos anos uma forte amizade. Nossa solidariedade mútua ganha, hoje, outra qualidade com o estabelecimento de nossa aliança estratégica.

Sem me alongar muito tempo, eu queria, meus caros ministros brasileiros e venezuelanos, empresários brasileiros e da Venezuela, meu querido presidente Chávez e amigos da imprensa, dizer mais uma palavra.

Faz muito tempo, eu era candidato à Presidência da República do Brasil e fui a um grande instituto de pesquisa fazer um debate com alguns grandes técnicos brasileiros. E lá, pela primeira vez, eu tive contato com uma realidade que, até então, eu pouco conhecia: o mapa do Brasil me mostrava que durante 500 anos de história nós tivemos toda a nossa relação comercial, política e de desenvolvimento voltada para a Europa. E mais, no século XX, para os



Estados Unidos. E o mapa do Brasil mostra isso claramente. Somente a partir de 1956 é que o presidente Juscelino resolveu levar o Brasil para o Centro-Oeste brasileiro. Até então, o nosso desenvolvimento se dava na orla marítima, fazendo o mesmo trajeto que os nossos colonizadores fizeram, 500 anos atrás.

E foi dessa reunião, presidente Chávez, que me surgiu quase uma obsessão da necessidade de o Brasil se voltar para a América do Sul. Não era compreensível que o Brasil continuasse a olhar o mundo desenvolvido sem olhar os seus irmãos que têm, praticamente, 15 mil quilômetros de fronteira seca com o Brasil.

Essa visão de olhar para o mundo rico e esquecer os pobres era um pensamento de uma elite política, no Brasil. Eles eram capazes de olhar para a Europa sem ver o continente africano. Eram capazes de olhar para os Estados Unidos sem ver a Venezuela, sem ver o Suriname, sem ver a Guiana.

Não era possível continuar acreditando nessa visão de mundo.

Quando assumimos o governo tomamos uma decisão: nós seremos muito mais fortes, teremos muito mais influência política se conseguirmos unificar os iguais, os pobres, os em desenvolvimento, aqueles que não faziam parte do chamado “mundo rico” do nosso Planeta.

E você sabe da nossa dedicação com a América do Sul, para chegarmos ao dia de hoje. É por isso que, para mim, essa reunião de hoje não pode ser vista como mais uma reunião e, muito menos, como uma coisa eminentemente comercial, é mais do que isso.

O dia em que a América do Sul tiver as estradas que precisa ter, interligando os países; o dia em que a América do Sul tiver as hidrovias que precisa interligando os países; o dia em que a América tiver os sistemas de telecomunicações interligando os países; e o dia em que a América do Sul tiver um conjunto de governantes e uma grande parte do povo acreditando na América do Sul, nós teremos concretizado o sonho de muitos que antes de nós acreditaram nisso, lutaram e morreram sem ver o seu sonho ser concretizado.



Possivelmente, Chávez, nem você nem eu venhamos a ver a plenitude do projeto. Nem sempre o pioneiro consegue desfrutar da primeira produção da terra descoberta. O que é importante é que ele faça as coisas bem feitas, para que os que vierem depois dêem continuidade e façam melhor do que nós estamos fazendo.

Eu não tenho dúvidas, Chávez, que ainda exista no nosso meio, no Brasil e na Venezuela, gente que ache que o que estamos fazendo não tem futuro, que nós precisamos aprofundar a nossa relação apenas com os países ricos, vamos ser criticados. E eu estou feliz por isso, feliz porque estou fazendo uma coisa em que acredito; estou fazendo junto com empresários que acreditam; estou mantendo relações com governantes que acreditam. E, mais ainda, nós estamos descobrindo um mundo novo. Aqueles que diziam que nós não devíamos fazer relações com os países em vias de desenvolvimento, é só pegarem o número das exportações brasileiras, e vão perceber o quanto cresceu o nosso comércio com a América do Sul, o quanto cresceu com a África, o quanto cresceu com a Índia, o quanto cresceu com o mundo árabe, o quanto cresceu com a China e o quanto pode crescer, não agindo enquanto Brasil, mas enquanto Comunidade Sul-Americana de Nações. É o sonho maior que eu carrego, de poder negociar conjuntamente, não enquanto país, mas enquanto conjunto de países, para que a gente consiga que o nosso povo possa ter, neste século, a oportunidade de conquistar a cidadania plena. E não é muito, Chávez: é morar, trabalhar, comer, estudar, ter acesso à cultura e ao lazer, ou seja, é tão pouco, que todo mundo poderia ter.

Eu acho que o gesto que estamos fazendo aqui, hoje, com a participação de empresários tão importantes dos dois países, não pode terminar aqui, Chávez. O próximo passo nosso é, como fizemos hoje com os empresários, fazermos na área social, fazer um encontro dos nossos ministros da área social, dos nossos representantes dos movimentos sociais, para que a gente possa, com a mesma seriedade com que tratamos este encontro, com o



mesmo respeito que recebemos dos empresários, e que demos a eles, a gente possa fazê-lo com o movimento social, porque a integração é mais do que isso. A integração passa pelo transitar livre dos nossos povos, passa pela repartição das riquezas que produzimos e passa, sobretudo, pelo fato de sabermos utilizar corretamente as experiências bem-sucedidas em cada país.

Eu vou repetir uma coisa aqui, Chávez. Você, que tem no Bolívar a sua grande bússola de vida, vai perceber que se nós fizermos as coisas como estamos fazendo, com a ousadia que estamos fazendo mas, também, com a tranqüilidade que estamos fazendo, pode ter certeza que Simon Bolívar estará dizendo: “Valeu a pena morrer acreditando na integração da América do Sul”.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro empresarial Brasil-Venezuela**

**Caracas, 14 de fevereiro de 2005**

Meu caro companheiro Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meus queridos amigos, ministros e autoridades do governo venezuelano,

Meus companheiros ministros do meu governo e demais integrantes da comitiva brasileira,

Senhor embaixador da Venezuela no Brasil,

Senhor embaixador do Brasil na Venezuela,

Empresários da Venezuela e do Brasil,

Empresárias brasileiras e empresárias venezuelanas,

Meus amigos e minhas amigas,

É muito significativo que estejamos iniciando nossa programação na Venezuela com este Encontro Empresarial.

Tenho insistido que as ações externas dos governos precisam de um forte apoio dos nossos setores empresariais. É, portanto, com grande alegria que constato que parcela altamente representativa dos homens de negócio, brasileiros e venezuelanos, estejam aqui presentes.

O evento de hoje dá continuidade a uma bem-sucedida série de encontros iniciada em 2003. Mas ele é também especial, pois se dá em um momento em que nossos dois governos decidiram tornar realidade o sonho de forjar uma verdadeira aliança estratégica. Essa associação dará complementaridade inédita às nossas duas economias.

Prova disso é a notável recuperação do intercâmbio comercial, que passou de 880 milhões de dólares, em 2003, para 1 bilhão e 600 milhões de



dólares em 2004. Eu prefiro ficar com o número citado pelo representante dos empresários brasileiros, que prevê uma perspectiva de 3 bilhões de dólares na nossa relação comercial para 2005.

Estamos, por outro lado, preocupados em buscar um maior equilíbrio em nossas trocas, de maneira que os ganhos com esse comércio produzam benefícios para os dois países.

A integração da América do Sul é prioridade número um da política exterior de meu governo e ela exige um aumento das trocas comerciais, no contexto de um comércio regional mais equilibrado.

Por isso, lançamos um Programa de Substituição Competitiva de Importações, já conhecido do segmento empresarial venezuelano. Ele é uma ferramenta que vem permitindo ao consumidor brasileiro conhecer melhor os produtos venezuelanos.

Esse conhecimento mútuo é fator decisivo para o tão desejado aumento da corrente de comércio. Nesse sentido, a macro-rodada de negócios, prevista para realizar-se em Caracas proximamente, será de grande importância.

Querido companheiro Chávez,

Se quisermos estimular a crescente complementaridade de nossas economias, precisamos também continuar dedicando especial atenção ao tema dos investimentos e à questão da infra-estrutura. São muito promissoras as perspectivas para 2005, sobretudo no setor energético.

Refiro-me entre outros, aos entendimentos entre PDVSA e Petrobrás, para a construção conjunta de uma refinaria no Brasil e também para a prospecção na Venezuela.

Refiro-me, igualmente, à cooperação entre PDVSA e BRASKEM, para a construção de uma petroquímica binacional. São enormes as possibilidades de exploração de ferro, carvão, bauxita e níquel por empresa constituída pela Vale do Rio Doce e pela Carbozulia.

Destaco os entendimentos com a Embraer, que permitirão que



Venezuela se associe ao processo de montagem de aviões. Destaco, também, o compromisso da participação brasileira com a terceira ponte sobre o rio Orinoco; o significativo investimento que empresas brasileiras vêm realizando ou pretendem realizar em breve, bem como a cooperação nos processos de monitoramento do espaço aéreo da Amazônia.

Essas notícias nos enchem de orgulho e de esperança, pois representam uma oportunidade de geração de empregos e de riqueza nos dois lados da fronteira.

Significa que despertamos para a imensa potencialidade de nossas economias e para a busca de soluções próprias para os desafios do nosso desenvolvimento. Um desenvolvimento que se dê efetivamente em benefício de nossas populações.

Deixo aqui, para os empresários dos dois países, o desafio e a provocação: associem-se, façam negócios, gerem rendas e postos de trabalho.

O sucesso individual de vocês será também o sucesso de todos nós, pois, como tem dito o presidente Chávez, e aqui faço questão de repetir, “unidos, alcançaremos níveis superiores de liberdade”.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu quero crer que todos nós temos a exata dimensão do que estamos fazendo hoje, aqui, neste encontro. Não é mais uma reunião entre empresários brasileiros e empresários venezuelanos. Não é mais uma reunião entre o presidente Chávez e o presidente Lula, até porque já fizemos muitas reuniões.

O que estamos fazendo, aqui, é concretizando uma aspiração daqueles que lutaram pela libertação da Venezuela, daqueles que lutaram pela libertação do Brasil, daqueles que sonharam com duas nações soberanas, livres e autônomas, daqueles que sonharam com a auto-determinação dos seus povos.

O que estamos fazendo, aqui, é estabelecendo e concretizando uma aliança estratégica. Uma aliança estratégica profunda, que leve em conta a potencialidade dos dois países, que leve em conta o conhecimento científico e



tecnológico dos dois países, que leve em conta a possibilidade da ajuda mútua entre os dois países. E tem que ser feito de uma forma tão sólida, que mesmo quando não existir mais Lula e Chávez, na Presidência dos seus países, a sociedade da Venezuela e a sociedade brasileira estejam com tanta convicção do processo, que ele tenha continuidade para que as duas nações possam usufruir da riqueza que Deus nos deu.

Eu, presidente Chávez, tenho dito todo santo dia: o século XIX, uma parte do século XX foi europeu, uma outra parte do século XX, a grande parte, foi dos Estados Unidos. Eu penso que se nós tivermos consciência e agirmos com ousadia, nós teremos condições de transformar o século XXI no século do Venezuela, no século do Brasil, no século da América do Sul, no século da América Latina.

Nós não temos o direito de jogar fora essa oportunidade. Eu tenho dito, sempre, que nós podemos mudar a geografia comercial do mundo, restabelecer uma política de complementaridade se acreditarmos mais em nós mesmos, na criatividade do nosso povo, na capacidade de produção do nosso povo, no conhecimento do nosso povo. Isso não depende de nenhum presidente de outro país, isso depende única e exclusivamente da nossa disposição.

Dediquei meus dois primeiros anos de mandato para dar uma contribuição para a construção de uma aliança muito forte na América do Sul. Terminamos no ano passado, em Cuzco, criando a comunidade Sul Americana de Nações. Não é tudo que nós queremos, mas já é muito se nós imaginarmos o que tínhamos há dois anos.

Chávez tem mais dois anos de mandato, até 2006, eu tenho até 2006. Possivelmente, se nós dedicarmos mais esses dois anos à integração da América do Sul, à política de complementaridade entre os países, certamente, nós iremos dar um passo gigantesco e todos iremos perceber que os sonhos de Simão Bolívar estarão muito mais próximos de serem concluídos com a



nossa atuação política ousada, com a nossa perseverança e, sobretudo, com a paciência que todos nós temos que ter nos momentos de adversidade.

Por isso, companheiro Chávez, estou feliz de estar aqui num momento bom da política da Venezuela. Apesar das enchentes e do excesso de chuva, quero aproveitar e transmitir a minha solidariedade ao presidente Chávez e ao povo da Venezuela, e dizer que estamos dispostos a ajudar naquilo que for possível. E quero também te dar os parabéns pela sabedoria nesse início de divergência com a Colômbia e, sobretudo Chávez, eu não poderia deixar de aqui, numa reunião com empresários brasileiros e venezuelanos, dizer do orgulho que tenho de saber que o referendo consolidou, possivelmente, o momento mais importante da democracia na Venezuela.

Acho que as divergências políticas são inerentes à democracia e elas existirão onde existir democracia. Aliás, só existirá onde existir democracia. Eu acho que o povo da Venezuela deu uma demonstração extraordinária de que é dono do seu nariz, que é dono da sua consciência e que é dono dos seus atos, com o resultado do referendo que consolidou a democracia na Venezuela. E hoje estamos percebendo a economia da Venezuela crescer, estamos percebendo o governo da Venezuela preocupado com a industrialização do país, até para tirar proveito da grande quantidade de petróleo que tem a Venezuela.

No Brasil, estamos vivendo a mesma situação. Eu estou feliz porque a produção industrial do meu Brasil teve o maior crescimento desde 1986, se bem que o crescimento de 1986 foi muito curto por causa do “cruzado”. Estamos convencidos, presidente Chávez, que entramos numa rota de solidez para a nossa economia.

O Brasil já teve dezenas de oportunidades. Acho que poucos países tiveram as oportunidades que o Brasil teve de se tornar uma economia sólida e estável mas, possivelmente, os desejos eleitorais de alguns políticos brasileiros permitiram que eles não tirassem proveito dos bons momentos que nós



tivemos. E eu tenho dito, todo santo dia, que não jogarei fora esta oportunidade. O Brasil precisa de um novo ciclo de crescimento, que dure dez ou 15 anos, mas que seja constante, porque somente assim nós iremos pagar a dívida social que temos com o nosso povo e que eu, particularmente, tenho o compromisso de pagá-la. E com essa aliança estratégica entre Venezuela e Brasil, com a construção da Comunidade Sul-Americana de Nações, eu fico com mais esperanças de que logo, logo, nós estaremos colhendo os frutos de nossa ousadia política.

Quero dizer aos empresários: vocês não têm que ter medo de fazer parcerias. A solução para a economia da Venezuela, do Brasil e para a economia de outros países da América do Sul não está no Norte, não está além do oceano, está na nossa integração, está na credibilidade que tivermos em nós mesmos. Por isso, formem parcerias, estabeleçam acordos, vamos fazer as estradas que temos que fazer, vamos fazer as pontes que temos que fazer, vamos fazer o que tivermos que fazer em telecomunicações.

Se tiver algum legado que um presidente da República pode deixar para o povo é, daqui a alguns anos, alguém dizer que graças à atuação do presidente Chávez, do presidente Lula, do presidente Kirchner, do presidente Toledo e de tantos outros presidentes, a América do Sul, finalmente, atingiu a sua maioria política, econômica, e adotou a liberdade, a soberania e a autoconfiança como instrumento do desenvolvimento e de repartição de riquezas.

Muito obrigado e boa sorte.



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional sobre atuação do Executivo em 2004 e Plano de Ação 2005**

Senhoras e senhores membros do Congresso Nacional,

Os dois anos que se passaram desde que assumi a Presidência da República tornaram ainda maior o respeito e o reconhecimento que sempre tive pelo Poder Legislativo, do qual tenho a honra de um dia ter feito parte. Ressalto, sobretudo, o seu caráter republicano, responsável pela viabilidade de tantos avanços nas reformas e nas legislações necessárias ao aprofundamento da democracia e da justiça social em nosso país.

Imbuído de tal espírito, portanto, cumpro o dever constitucional de apresentar esta Mensagem ao Congresso Nacional, contendo, nas páginas que se seguem, a síntese da atuação do Executivo em 2004 e do nosso Plano de Ação para 2005.

O Brasil já é hoje um país diferente, que está avançando democraticamente em seu processo de mudanças. A enorme vulnerabilidade externa decorrente da crise de 2002 já foi superada e nos encontramos, atualmente, em um momento virtuoso de nossa economia, combinando de forma criativa disciplina fiscal e crescente solidez financeira com crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda e forte avanço das políticas sociais.

Temos realizações importantes em cada uma das pastas do nosso governo, mas vou me limitar, nesta apresentação, a fazer apenas alguns destaques.

O PIB brasileiro cresceu mais de 5% durante o ano passado. As exportações ultrapassaram US\$ 96 bilhões e o nosso saldo comercial foi



superior a US\$ 33 bilhões. Melhoramos o perfil da dívida externa e o risco-país, que havia ultrapassado 2000 pontos em 2002, caiu abaixo dos 500 pontos no final de 2004.

Tudo isso foi acompanhado pela geração de mais de 1,5 milhão de empregos formais e de uma ousada política de inclusão bancária e de microcrédito. O resultado foi a criação de mais de 4,6 milhões de contas-correntes e significativo aumento do crédito a juros muito menores do que os do mercado para os cidadãos de baixa renda – seja por meio do próprio microcrédito, seja através de empréstimos consignados em folha de pagamento para trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas do INSS.

O programa Bolsa Família – a principal das grandes ações do Fome Zero – já assegura uma renda mínima a 60% das famílias brasileiras que vivem abaixo da linha de pobreza. É o maior programa de transferência de renda da América Latina, presente em 6.571.830 lares. Já são mais de 20 milhões de pessoas que participam do Bolsa Família, das quais 15 milhões de crianças têm a obrigação de freqüentar a escola como parte das condicionalidades exigidas pelo governo.

Temos nos empenhado igualmente em aperfeiçoar a execução do Programa, fazendo inclusive com que os cadastros das famílias beneficiadas se tornem cada vez mais rigorosos.

Realizamos também um conjunto de ações de fomento à agricultura familiar – com programas de capacitação, compras governamentais e um volume inédito de financiamento à produção (mais de R\$ 7 bilhões foram destinados para a atual safra) – o que, juntamente com a reforma agrária de qualidade em execução, está mudando, e muito, as condições de vida no campo.

A extrema capacidade produtiva do agronegócio continua se expandindo, ampliando exportações e beneficiando direta e indiretamente o mercado interno.



Nossa diplomacia, soberana e altiva, combinada com uma política de comércio exterior ousada e persistente, tem obtido resultados muito importantes para o Brasil. Conquistamos mercados, fizemos novas parcerias com países em desenvolvimento na África, na Ásia e no Oriente Médio, e seguimos ampliando nossas boas relações políticas e comerciais com a Europa, os Estados Unidos e o Japão.

A prioridade dedicada à América do Sul tem acarretado maior fortalecimento e expansão do Mercosul e substancial avanço da integração política, cultural e de infra-estrutura física dos nossos países, transformando o que era, no passado, uma frase de efeito em realidade concreta, inclusive com a recente criação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Iniciamos, assim, o ano de 2005 com a certeza de que podemos avançar ainda mais no desenvolvimento econômico sustentado e no fortalecimento das políticas sociais do governo. Para isso, estamos convencidos de que continuaremos a contar – como contamos nestes dois anos – com a ação independente, autônoma, firme e responsável do Congresso Nacional.

Um bom exemplo dessa atuação é a lei das Parcerias Público-Privadas, aprovada no final do ano passado, que cria um promissor mecanismo de financiamento de obras essenciais ao nosso modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, devo lembrar também a Reforma do Judiciário – que agiliza o sistema judicial, gerando benefícios econômicos e sociais para a população – e a aprovação de novas regras de financiamento para o setor de habitação, fundamentais para o nosso país, sem deixar de mencionar a Política Industrial, a Lei de Inovação, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, entre outras iniciativas.

Quero destacar que o Congresso Nacional tem tido especial sensibilidade para iniciativas de caráter eminentemente social, como é o caso do Programa Universidade para Todos, que tramitou com grande agilidade.



No ano de 2005, com certeza, é que as legislações importantes com as PPP e a Reforma do Judiciário começarão a produzir resultados. É o ano também em que o Congresso tratará de novas reformas, absolutamente necessárias ao maior desenvolvimento do nosso país, como a segunda parte da tributária, a sindical, a universitária, que começam a ser discutidas na sociedade, entre outras.

Respeito mútuo, constante diálogo e intensa parceria democrática em favor dos objetivos maiores do Brasil são valores e métodos que têm marcado muito positivamente as relações entre os Poderes da República – e que certamente continuarão a ser fortalecidos e intensificados.

É disso que o nosso país precisa para avançar ainda mais nesse novo ciclo de desenvolvimento sustentado com democracia e inclusão social que, esperamos, vai perdurar por muitos e muitos anos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de entrega das chaves da cidade de Georgetown**

**Georgetown – Guiana, 15 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senhor Mister Hamilton Green, prefeito da cidade de  
Georgetown,

Minha querida companheira Marisa,

Senhor Samuel Hinds, primeiro-ministro da República Cooperativista da  
Guiana,

Senhoras e senhores ministros de estado e demais integrantes das  
comitivas da Guiana e do Brasil,

Eu queria especialmente nominar aqui o meu ministro da Educação,  
Tarso Genro; meu ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia; meu ministro  
da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; meu  
ministro da Saúde, Humberto Costa,

Quero cumprimentar as autoridades do estado de Roraima, que estão  
aqui presentes, secretários que representam o governador do estado,

Cumprimentar o senhor Robert Williams, vice-prefeito de Georgetown,

Cumprimentar os conselheiros e conselheiras do município,

Cumprimentar a imprensa,

Meus amigos e minhas amigas,

É com grande alegria que recebo as chaves de Georgetown. Esta é uma  
cidade irmã que em suas origens guarda semelhanças com a formação  
histórica dos núcleos urbanos brasileiros, surgidos a partir de plantações, e  
com forte presença de populações trazidas de outros continentes para o duro  
serviço da produção.



Mas Georgetown tem algo único, foi erguida em terras conquistadas ao mar. A construção do muro de contenção do oceano é um exemplo vitorioso da audácia do povo guianense. Estou sensibilizado com esta homenagem, pois ela ocorre num momento de sofrimento para a cidade e sua população em decorrência das chuvas torrenciais de janeiro passado.

O Brasil apressou-se em prestar assistência com o envio de mantimentos e água. Enviamos medicamentos destinados especificamente às necessidades por que passa Georgetown. Por solidariedade e amizade, a população vizinha do estado de Roraima prestou sua ajuda direta ao povo guianense nesse difícil momento. A Guiana poderá sempre contar com o apoio e a cooperação do governo e do povo brasileiro.

Georgetown é, na América do Sul, única com suas construções em madeira. O prédio da Prefeitura, a Catedral e a Corte de Justiça são exemplos dessa bela arquitetura que enriquece a cultura do nosso continente.

O governo brasileiro deu sua contribuição para a preservação das características arquitetônicas de Georgetown. Como disse Sua Excelência, o prefeito, restauramos, em 2001 e 2002, as residências da Embaixada do Brasil, obra que mereceu o prêmio “Obrei Barker”, conferido pela Unesco e pela Universidade da Guiana.

Outro sinal de amizade é a proposta desta Prefeitura de declarar Georgetown e Boa Vista cidades irmãs.

Senhor Prefeito,

Interpreto a honra que me é agora distinguida como claro sinal da excelente fase por que atravessam as relações entre Brasil e Guiana. A cordialidade e a cooperação são, hoje, as marcas de nossos laços.

Da integração física e a cooperação para o controle de doenças, Guiana e Brasil avançam juntos para a construção de uma América do Sul próspera e coesa.

Por tudo isso, agradeço esta homenagem e a acolhida calorosa que eu e



minha comitiva recebemos desde que aqui chegamos.

Estamos seguros de que, com a ajuda de nações amigas, e com a grande capacidade de trabalho do povo guianense, Georgetown saberá superar as dificuldades presentes e construir um futuro melhor para seus cidadãos.

... (trecho inaudível) como maior economia do nosso continente não deixará de exercer o papel de indutor da integração e de repartição dos bens produzidos pela nossa região.

Temos muito a fazer e o povo da Guiana pode estar certo de que, depois desta viagem nossa à Guiana, a relação Guiana-Brasil será muito mais forte, muito mais produtiva e produzirá muito mais frutos para os dois povos.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
almoço oferecido pelo presidente da República da Guiana**

**Georgetown-Guiana, 15 de fevereiro de 2005**

Meu caro amigo, presidente da Guiana, meu companheiro Jagdeo,  
Meu caro amigo Samuel Hinds, primeiro-ministro da República da  
Guiana,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Membros da comitiva do Brasil e da Guiana,

Queria dizer ao presidente Jagdeo que em 1989 eu perdi uma eleição para presidente da República do meu país. E, terminada a campanha, eu descobri que não conhecia o Brasil e resolvi, então, fazer Caravanas da Cidadania para percorrer de barco, de trem, de ônibus o meu país.

Foram, praticamente, 91 mil quilômetros percorridos entre 1991 e 1994. Foram essas caravanas que me deram mais convicção e me deram uma certeza de que era preciso mudar o governo brasileiro, para que o Brasil pudesse ser governado para a totalidade do seu povo e não apenas para uma parcela da sociedade que tinha participação no mercado.

Perdi, ainda, mais duas eleições e ganhei na quarta. E tomamos a decisão de que era preciso conhecer a América do Sul para que nós pudéssemos carregar, dentro da nossa consciência, não apenas o sentimento, mas a certeza de que a integração é a única possibilidade de desenvolvimento da nossa região.

Percorri todos os países da América do Sul e recebi no Brasil



praticamente todos os presidentes da América do Sul. E firmei mais ainda a minha convicção de que não era importante apenas o discurso da integração, de que era preciso tornar realidade o nosso discurso, compreendendo que sem integração cultural, sem integração comercial, sem integração física, era humanamente impossível dar a cada um dos povos da América do Sul, independentemente do país em que ele resida, a esperança e a oportunidade de se desenvolver.

Por mais que eu olhasse o mapa do Brasil e, em volta do mapa do Brasil, eu visse a Guiana, eu jamais teria a dimensão de quão próximos nós estamos. A cor do povo da Guiana, o jeito do povo da Guiana, o sorriso do povo da Guiana, é muito, mas muito parecido, com uma grande parcela da sociedade brasileira.

E é difícil entender que durante séculos e séculos não se concretizou a integração deste continente. Apenas uma ponte, apenas uma estrada, apenas um vôo ou, quem sabe, uma linha de ônibus, poderiam permitir que a nossa cultura, o nosso comércio e a nossa gente pudessem transitar com mais facilidade pelo nosso continente.

Imagine, Presidente, em 500 anos de história eu tive a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Bolívia. Em 500 anos de história eu vou ter a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre o Peru e o Brasil. E, se Deus quiser, no menor espaço de tempo possível, eu terei o prazer de inaugurar a primeira ponte entre Guiana e o Brasil.

Quero lhe dizer, Presidente, que cada membro do meu governo que está aqui, e aqueles que ficaram no Brasil; e a cada empresário brasileiro com quem eu tenho conversado, tenho feito desafios para que eles acreditem, com muita força, na integração; para que façam investimentos, para que troquem os nossos conhecimentos na área de ciência e tecnologia, para que a gente possa ter força econômica, ter força política para negociar com o mundo desenvolvido.



Eu, em dois anos de Presidência, fico, às vezes, envergonhado de ver quantos protocolos são assinados entre os países e passam-se anos e anos e aquilo não deixa de ser um mero protocolo. E, muitas vezes, isso se repete a cada encontro.

A nossa determinação é mudar um pouco essa história. Primeiro, mudando o nosso comportamento, transformando os protocolos de intenções em ações políticas concretas. Segundo, dando importância aos países pequenos tanto quanto damos aos países grandes, porque, muitas vezes, todos nós passamos anos e anos fazendo carinho nos Estados Unidos da América do Norte, fazendo carinho na União Européia, e, quando precisamos de um voto na ONU não nos damos conta de que um país do tamanho da Guiana, do tamanho do Suriname, do tamanho do Uruguai ou do tamanho de uma ilha qualquer aqui, do Caribe, tem o mesmo poder de voto que tem o Brasil, o mesmo poder de voto de um país que tem 1 bilhão de habitantes.

A integração, ela é mais do que uma ação comercial, ela tem que ser uma profissão de fé, ela tem que ser a crença de que com a junção e a unidade das centenas de países pobres que existem no mundo – se agirem conjuntamente, se acreditarem nas suas próprias forças e deixarem de acreditar que vai aparecer alguém para ajudar, e firmarem posições, como firmamos no G-20 – nós teremos muito mais chance de mudar a geografia comercial do mundo, de mudar a geografia política do mundo e permitir que os nossos povos tenham oportunidade no século XXI.

Nós não temos que inventar nada, não precisamos criar nada novo, é só olhar o que aconteceu no século passado, quem foram nossos aliados, quem nos ajudou, quem tirou proveito de nós. E, depois de um século, como é que nós estamos? Mais pobres? Com mais necessidade de educação? Com mais necessidade de conhecimento científico e tecnológico? E isso, quem tem, não dará para nós, se nós não nos transformamos numa força política ativa, ousada e corajosa, e não tenhamos medo de enfrentar o debate político.



E o Brasil, que durante muito tempo voltou as costas para a América do Sul, para outros países pobres, quer agora recuperar o tempo perdido e construir uma parceria em todos os níveis, levando em conta as suas dificuldades também, mas, sobretudo, uma parceria que tenha um conteúdo muito forte de lealdade, que tenha um compromisso muito forte com as políticas sociais. E embora todos nós tenhamos que cumprir todos os contratos que fizemos, não nos esqueçamos que tem um contrato que não está escrito, mas que está na nossa origem e na nossa consciência, que é o contrato que estabelece o compromisso com o pagamento da dívida social que nós temos com o nosso povo.

Com essas palavras, eu quero convidar a todos os presentes a levantarem um brinde ao presidente Jagdeo e ao povo da Guiana.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana**

**Georgetown-Guiana, 15 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senhor Jagdeo, presidente da República da Guiana,  
Excelentíssimo senhor Samuel Hinds, primeiro-ministro da República da Guiana,

Minha querida companheira Marisa,

Senhoras e senhores membros da Assembléia Nacional,

Senhoras e senhores ministros de Estado e demais integrantes das comitivas da Guiana e do Brasil,

Senhores deputados,

Senhoras deputadas,

Imprensa aqui presente,

Meu querido povo da Guiana,

É uma grande honra participar desta sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana. Esta casa encarna valores democráticos, fundamentais em todas as sociedades.

A democracia é essencial para assegurar o bem-estar, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos do povo. Ela se fortalece e produz consensos quando articulada com medidas de democracia econômica e social. Com vontade política, podemos traduzir esses valores em ações para o combate à fome e à pobreza. Vemos com satisfação que a Guiana se encontra plenamente engajada nessa luta que é uma prioridade fundamental de meu governo.



Mas os valores democráticos precisam afirmar-se também no plano internacional. Unidos na defesa desse objetivo, nossos países estão permanentemente empenhados na defesa do multilateralismo.

Defendemos uma ampla reforma das Nações Unidas, especialmente do seu Conselho de Segurança. A composição e métodos de trabalho do Conselho devem assegurar maior legitimidade e representatividade às suas decisões. A ONU precisa refletir a crescente importância dos países em desenvolvimento no mundo. Por isso agradeço, mais uma vez, o apoio do governo da Guiana à postulação do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Senhor Presidente,

Os países sul-americanos buscam hoje sua integração. A união de nossos povos nos planos econômico e comercial, político e social, científico e cultural mudará a nossa região. Dar-nos-á outro lugar no mundo.

A integração permite explorar os recursos complementares de nossas economias, gerando maior auto-confiança no nosso destino. Ela é poderosa ferramenta para defender nossas posições nos foros internacionais.

Para o Brasil, o caminho da integração passa pelo fortalecimento das relações do Mercosul com todos os países da América do Sul, reconhecendo plenamente a situação específica da Guiana, e também do Suriname, na Caricom.

A decisão dos Chefes de Estado sul-americanos, em Cuzco, de criar a Comunidade Sul-Americana de Nações é histórica. Contribui para a construção de um futuro de paz e prosperidade em nosso Continente. A Comunidade: promoverá a convergência e coordenação política dos países-membros; aprofundará a articulação entre Mercosul, CAN e Chile, com plena associação da Guiana e Suriname; e buscará integrar a infra-estrutura de transportes, energia e comunicações entre nossos países.



O Brasil sediará, ainda neste ano, a 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Alimentamos grandes expectativas em torno das decisões coletivas que haveremos de tomar para fazer da comunidade um instrumento do desenvolvimento soberano dos nossos países.

Contamos com a participação ativa da Guiana para o êxito desse esforço, que estará centrado, em um primeiro momento, na estrutura institucional da Comunidade.

Senhor Presidente,

As relações entre Brasil e Guiana caracterizam-se historicamente pela cordialidade e pelo entendimento. Tive o prazer de receber o presidente Jagdeo em Brasília, em julho de 2003. Meu Ministro das Relações Exteriores esteve aqui, em Georgetown, em junho do ano passado, quando da Primeira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais.

A partir desta minha visita, espero que os contatos em todos os níveis sejam mais freqüentes e intensos.

Senhor Presidente,

Quero expressar, uma vez mais, ao governo e ao povo guianenses a solidariedade de meu país diante das inundações de várias regiões do país. Queremos, nesse quadro, desenhar programas de cooperação técnica em áreas como o manejo de resíduos sólidos, controle de doenças e proliferação de mosquitos.

Senhor Presidente,

A Guiana é, ao mesmo tempo, um país caribenho e sul-americano. Compartilha com o Brasil e outros seis países a imensa riqueza da Amazônia.

Somos reconhecidos do entusiasmo com que apóia a aproximação entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul com a Caricom. Um acordo de livre comércio entre Mercosul e Caricom estimulará o intercâmbio de bens e



serviços entre as regiões. Criará novas oportunidades de negócios e projetos de cooperação além da esfera comercial.

Temos de levar em consideração as assimetrias existentes entre nossas economias, dentro do espírito de generosidade e flexibilidade que devem reger as negociações bilaterais e inter-regionais de comércio. Devemos agora concluir, o mais breve possível, o programa de trabalho para concretizar essas negociações. A entrada em vigor, no ano passado, do Acordo de Alcance Parcial abre novas possibilidades para incrementar o fluxo de bens e serviços entre nossos países.

Por esse motivo, vim acompanhado de missão empresarial brasileira para identificar novas oportunidades de comércio, especialmente a ampliação das exportações guianenses para o Norte do Brasil. Estamos estudamos implementar regime especial aduaneiro para agilizar o intercâmbio na região de fronteira.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares,

Um dos principais temas de nossa agenda bilateral é a interconexão viária entre a capital de Roraima e Georgetown. Essa conexão contribuirá significativamente para aumentar o intercâmbio entre os dois países.

Meu governo quer reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu.

Estamos preparando medidas para acelerar a implementação dos mecanismos previstos no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Guiana e Brasil, enquanto este aguarda aprovação formal por nosso Congresso.

Senhor Presidente,

Nossos países estão envolvidos em intensas e complexas negociações no âmbito da Organização Mundial de Comércio. O Brasil vem lutando para que os benefícios do comércio cheguem a todos.



Estabelecemos o G-20 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o êxito da Rodada de Doha.

Queremos o fim de práticas abusivas que distorcem o comércio internacional, prejudicando, sobretudo, os países em desenvolvimento.

Entendemos que as necessidades de nossos países não são idênticas. Por isso, estimulamos o diálogo produtivo entre os membros do G-20 e do G-90, no qual a Guiana tem papel de relevo. Somos reconhecidos à iniciativa da Guiana em estimular o entendimento entre os dois grupos. O essencial é não deixar que a dimensão do desenvolvimento seja diluída em acordos de interesse exclusivo ou predominante dos países ricos. Essas foram as motivações do governo brasileiro ao lançar a candidatura do embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de diretor-geral da OMC.

Não posso deixar de tratar de tema que provoca interpretações equivocadas e que diz respeito diretamente aos interesses do Brasil e da Caricom. Quero assegurar a todos que o Brasil compreende e respeita os interesses das economias caribenhas. Os interesses dos países da Caricom sempre tiveram o apoio do Brasil na Organização Mundial de Comércio.

No processo que movemos contra os subsídios concedidos pela União Européia, que ferem as normas internacionais de comércio, o Brasil jamais questionou as preferências comerciais concedidas pela União Européia aos países caribenhos. A eliminação desse regime preferencial jamais foi solicitada pelo Brasil. Rechaçamos energicamente qualquer sugestão de que a ação brasileira na OMC tenha visado a impor prejuízo às exportações caribenhas de açúcar para o mercado europeu. Esse equívoco é estimulado pelos que se negam a respeitar as normas do sistema de comércio internacional. Por isso, esse equívoco precisa ser desfeito.

O Brasil está disposto a organizar amplo esquema de cooperação com os países da Caricom e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucro-alcooleiro. Comprometemo-



nos também a ajudar na modernização e diversificação da produção agrícola da Guiana.

Os setores público e privado do Brasil podem e devem participar desses esforços, com espírito construtivo e solidário.

Favorecemos também iniciativas que incrementem o intercâmbio comercial por meio de programas de promoção conjunta e da participação coordenada na Terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

A cooperação entre Brasil e Guiana avança com passos seguros, desde a visita do presidente Jagdeo a Brasília. Já levamos adiante várias iniciativas. São também muito animadoras as perspectivas para a realização de novos projetos de cooperação.

Queremos criar uma comissão binacional para examinar e propor projetos na área de saúde na região fronteira.

Decidimos estabelecer um Programa Executivo de cooperação na área educacional.

O lado humano do nosso relacionamento é prioritário. Estamos definindo um acordo bilateral para regularizar a situação migratória de brasileiros na Guiana e de guianenses no Brasil.

Queremos documentar os cidadãos que se encontrem em situação irregular, melhorando as condições sócio-econômicas para os trabalhadores e suas famílias.

Senhor Presidente,

Senhores Parlamentares,

Ao encerrar minhas palavras, quero agradecer-lhes por essa valiosa oportunidade de dirigir-me aos representantes do povo guianense.



Deixo-lhes meus melhores votos de felicidade e reafirmo o compromisso do governo brasileiro de trabalhar pelo futuro de nossas relações para o bem-estar de nossos povos.

Antes de terminar, eu gostaria de dizer ao senhor Presidente, aos parlamentares, que estamos tentando rever todos os entraves burocráticos que fizeram com que o Tribunal de Contas da União no Brasil suspendesse, em 2001, a construção da ponte. E o nosso compromisso é cumprir todas as exigências do Tribunal de Contas no Brasil para que, no mais breve tempo possível, eu possa me encontrar com o presidente Jagdeo na divisa do Brasil com a Guiana, para que a gente possa inaugurar um novo tempo nas nossas relações, garantindo o direito de ir e vir dos nossos povos, garantindo o direito de ir e vir dos nossos produtos e, sobretudo, garantindo o direito de aperfeiçoarmos as nossas cidadanias.

Que Deus guarde a Guiana.

Muito obrigado.



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, por ocasião da visita de Estado à Guiana**

**Georgetown - Guiana, 15 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senhor Bharrat Jagdeo, presidente da República da Guiana,

Excelentíssimo senhor Samuel Hinds, primeiro-ministro da República da Guiana,

Ministros do Brasil e da Guiana,

Demais integrantes das comitivas da Guiana e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero, inicialmente, agradecer ao presidente Jagdeo pelo honroso convite para visitar a amiga Guiana. Contatos pessoais entre Chefes de Estado muito contribuem para o estreitamento das relações entre países, como é o caso da Guiana e do Brasil, países unidos por laços tradicionais de entendimento, cooperação e amizade.

Antes de comentar brevemente o resultados dos encontros, queria expressar, novamente, a solidariedade do governo e do povo brasileiros para com a Guiana, nesse momento difícil por que passa o país, em razão das chuvas torrenciais em janeiro passado. O Brasil foi o primeiro a enviar doações de mantimentos e acaba de fazer doação de medicamentos do nosso Ministério da Saúde. Estamos, também, atendendo o pedido do governo guianense para que enviemos médicos e especialistas em leptospirose para assistir ao povo irmão da Guiana.

Registro, também, o gesto de amizade e solidariedade da população



vizinha, do estado de Roraima, que fez doação de alimentos para as vítimas das inundações. O governo do Brasil permanece à disposição da Guiana para seguir cooperando, com vistas a superar as conseqüências desse desastre.

Considero que os resultados de minha visita estão sendo muito positivos. O presidente Jagdeo e eu reafirmamos o elevado nível de entendimento político entre nossos países.

Desde a visita do presidente Jagdeo ao Brasil, em julho de 2003, a cooperação bilateral tem produzido muitos avanços, em diversas áreas. Já concluímos projeto de cooperação técnica no passado, e decidimos implementar novos projetos a partir desta visita.

Na área de saúde, por exemplo, queremos criar uma comissão binacional sobre saúde fronteiriça, que deve beneficiar a população da região.

Estamos, também, identificando novos projetos na área de agricultura, de interesse do governo guianense. Queremos ajudar a Guiana a modernizar e diversificar a sua produção. Podemos transferir tecnologia e estimular investimentos privados em setores essenciais, como o do açúcar.

Sobre este ponto quero reafirmar que a disputa do Brasil com a União Européia diz respeito aos subsídios à exportação e não às preferências de que gozam os países do Caribe, inclusive a Guiana, no quadro dos Acordos ACP.

Na área consular, avançamos nas negociações dos acordos sobre extradição e sobre regularização migratória. Com a conclusão desses passos, estaremos contribuindo para a criação de melhores condições de vida e de trabalho para os nossos povos.

Acordamos, igualmente, estabelecer um programa executivo na área de educação que prevê cooperação bilateral e intercâmbio de informações. E, em breve, deverá ser firmado acordo de cooperação entre nossas academias diplomáticas.

No que se refere à infra-estrutura, passamos em revista os principais temas, como a integração viária. A construção da ponte internacional sobre o



rio Tacutu permanece uma prioridade do governo brasileiro. Sei perfeitamente da importância dessa ponte para Guiana e para os estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima. A conclusão da obra deverá facilitar o fluxo de pessoas e o aumento do comércio. Estou pessoalmente empenhado em superar os problemas que têm impedido o prosseguimento dos trabalhos de construção dessa obra.

O presidente Jagdeo e eu também conversamos sobre a necessidade de incrementarmos o volume do intercâmbio bilateral. Vamos examinar novos mecanismos e formas para elevar o comércio. Por isso, me fiz acompanhar de uma missão empresarial, que manteve encontros produtivos com empresários guianenses para identificar oportunidades de negócios.

O governo brasileiro está disposto a organizar amplo esquema de cooperação que inclua programas de apoio técnico no setor produtivo sulcro-alcooleiro e iniciativas de dinamização do intercâmbio comercial.

Passamos também em revista temas regionais, como o da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom, e o fortalecimento das atividades da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Na OMC, nossos países estão comprometidos com a conclusão da Rodada de Doha, que deve ser uma verdadeira agenda para o desenvolvimento.

Compreendemos as circunstâncias de economias vulneráveis e dependentes da exportação de poucos produtos primários. Para isso, a cooperação entre o G-20, que o Brasil integra, e o G-90, do qual faz parte a Guiana, deve ser aprofundada.

Queria registrar, por fim, meu agradecimento ao presidente Jagdeo pelo apoio à candidatura brasileira a um assento de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Agradecemos também, sensibilizados, a calorosa acolhida que minha comitiva e eu recebemos do



povo e autoridades da Guiana.

Aqui, Presidente, tem os compromissos que eu quero firmar com Vossa Excelência. A ponte do rio Tacutu tem um problema de irregularidade, constatada pelo Tribunal de Contas da União do Brasil, e está paralisada desde 2001. Nós já fizemos gestão junto ao Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas fez algumas exigências ao Ministério dos Transportes. Eu penso que em 60 ou 90 dias nós estaremos cumprindo as exigências do Tribunal de Contas da União. Tem que ser rediscutido o acordo feito com a empresa que estava construindo a estrada. Se isso não for possível, nós vamos tentar envolver o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro. E eu espero que, no menor espaço de tempo possível, eu possa voltar ao seu país para que, juntos, inauguremos essa ponte porque, definitivamente, não haverá integração política, cultural e comercial se não houver integração física.

O Brasil tem interesse, a Guiana tem interesse, o Brasil precisa e a Guiana precisa. Portanto, nós temos que inaugurar essa ponte. Esse é um compromisso e logo, logo estaremos nos reunindo para, finalmente, garantir ao nosso povo um pouco mais de liberdade para transitar livremente nas nossas fronteiras e para os nossos empresários poderem transitar os seus produtos.

Muito obrigado.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com a comunidade brasileira**

**Georgetown-Guiana, 15 de fevereiro de 2005**

Muito mais extraordinário foi ter ouvido, hoje, do presidente Jagdeo a afirmação – e o Embaixador acabou de dizer, agora – do respeito, do comportamento e da seriedade com que os brasileiros e brasileiras que estão aqui têm se comportado na sua relação de trabalho, na sua relação com o povo da Guiana, fazendo com que, durante três anos, a gente não tenha tido nenhum problema sério diplomático entre os dois países, tanto por conta de vocês, aqui, quanto dos guianenses que estão no Brasil.

Quero dizer para vocês que nós estamos vivendo um momento importante no Brasil. Um momento, eu diria, o mais importante dos últimos tempos, pelo sonho que nós tínhamos de fazer a economia brasileira voltar a crescer, de fazer a produção industrial voltar a crescer. Nós terminamos o ano de 2004, um ano excepcional, fazendo com que a produção industrial fosse a maior desde 1986, portanto, tivemos, no ano passado, a maior produção industrial dos últimos 18 anos.

Isso significa o surgimento de mais empregos, significa mais pagamento de salário, significa mais distribuição de renda. Significa que nós estamos conseguindo colocar o Brasil num caminho que era o nosso desejo: fazer com que o Brasil volte a crescer economicamente e que não seja um crescimento de um ano ou de dois anos, mas que seja um ciclo de crescimento que permita que o Brasil possa crescer 10 ou 15 anos sucessivamente, para que a gente possa pagar as dívidas que o Brasil tem com o seu povo, acumuladas durante



tantos e tantos anos de descaso, sobretudo, com a parte mais empobrecida da nossa população. Eu acho que nós encontramos o caminho e nós não queremos jogar fora essa oportunidade. Nós queremos que o Brasil continue, de forma serena, trilhando um caminho de crescimento.

Este ano, nós batemos o recorde de exportação de toda a história do Brasil. Nós exportamos 96 bilhões de dólares. Se Deus quiser, nós vamos chegar no mês de março e atingir a meta histórica de 100 bilhões de dólares de exportação. Você vai até poder comprar uma máquina nova, das mais modernas que tem por aí. Ele está dizendo que vai ter ônibus novo este ano, aqui, fazendo a rota até a fronteira.

Nós tivemos um problema da ponte do rio Tacutu. Essa ponte tem um problema sério, porque o Tribunal de Contas brasileiro, em 2001, paralisou a obra por conta de irregularidades. Segundo o Tribunal de Contas, tinha corrupção; segundo o Tribunal de Contas, a metragem da ponte é maior do que o rio. Então nós, agora, estamos, junto com o Ministério dos Transportes, trabalhando junto com o Tribunal de Contas, que deu uma série de coisas para que o Ministério dos Transportes possa cumprir. E nós achamos que em 60 dias nós poderemos cumprir as tarefas que o Tribunal de Contas deu para que o Ministério dos Transportes regularize as obras.

Vamos ter que entrar em contato com a empresa que estava construindo, porque há suspeita de irregularidades. E se a empresa não estiver disposta a mudar o contrato, nós vamos tentar construir a obra com o batalhão de engenharia do nosso Exército.

Mas a gente assumiu o compromisso hoje, aqui, com o governo da Guiana.

Como o Ministro da Educação veio aqui fazer alguns acordos, na área da educação, o nosso Ministro da Saúde veio fazer alguns acordos na área da saúde, para ajudar. E nós achamos que isso está dentro de uma visão política que nós estabelecemos quando eu ganhei as eleições, ou seja, tentar



aproximar o máximo possível a América do Sul.

Muitas vezes a gente fica olhando os países mais distantes, olhando a Europa, olhando os Estados Unidos, se bem que são parceiros extremamente importantes e nós precisamos cultivá-los bem, precisamos tratá-los bem. Mas a América do Sul está muito próxima de nós, nós fazemos fronteira com todos os países, menos com o Equador e com o Chile.

Este ano nós criamos a Comunidade Sul-Americana de Nações, todos os países da América do Sul já estão participando do Mercosul. Nós estamos com um grande processo de integração da América do Sul e, sábado, nós inauguramos a primeira ponte entre Brasil e Bolívia, depois de 500 anos. O Brasil está financiando uma estrada que liga o Acre ao Pacífico, ou seja, uma estrada enorme que nós estamos financiando via BNDES, o Proex... é uma estrada de quase mil quilômetros. E vamos, também, discutir o financiamento da estrada que liga a ponte até Georgetown, para facilitar o escoamento da produção não apenas da Guiana, mas facilitar o escoamento da produção do Brasil. E, quem sabe, encontramos empresários brasileiros dispostos a fazerem um porto em águas profundas, aqui, para que a gente possa transitar parte da produção do Norte do país por aqui. E, ao mesmo tempo, criar as condições para que as Guianas estejam mais próximas. Nós temos um bom desenvolvimento industrial, agroindústria de ponta que, por isso, pode ter aqui um canal muito grande das nossas exportações.

Brevemente nós vamos fazer com que o Brasil seja o primeiro país da América do Sul a ter fronteira com a Europa, ver se a gente consegue fazer com que os nossos produtos cheguem lá. Ontem fomos à Venezuela fazer um grande acordo com o presidente Chávez. E penso que num menor espaço de tempo a gente vai estar conseguindo integrar a América do Sul. Nós recuperamos o Correio Nacional e, agora, vamos criar o Correio Internacional, que é um avião brasileiro que vai percorrer os países da América do Sul trazendo gente, levando gente, trazendo médicos, levando doente, levando



gente boa, trazendo encomendas, ou seja, é uma coisa que vai funcionar.

E nós, também, estamos conscientes – está aqui o Ministro do Turismo, está aqui o Ministro da Indústria e do Comércio – nós estamos conscientes que o Brasil, embora seja um país pobre, do ponto de vista do seu PIB, da sua produção, nós, como a maior economia do Continente, temos a obrigação de ajudar os países mais pobres. Então, vejam, nós nunca vamos esperar que a Guiana possa ter um avião levando pessoas para o Brasil. Nós é que temos que fazer com que um avião brasileiro venha aqui buscar os brasileiros que queiram viajar para lá, e guianenses que queiram voltar para lá.

Quando eu voltar, agora, para o Brasil, vamos ter uma reunião com o nosso Ministério da Defesa, com as nossas Forças Armadas, com o nosso Departamento de Aviação Civil e com o Ministro do Turismo. Eu pedi para ele me apresentar uma proposta porque, muitas vezes, a gente está em São Paulo, a gente está em Brasília, está no Rio de Janeiro, está em Minas Gerais, e a gente não tem dimensão do sofrimento das pessoas que estão mais distantes.

Eu vou dizer para vocês uma coisa, o nosso Governador do Acre, para estar numa reunião em São Paulo, ele tem que andar a noite inteira, porque só tem um vôo por noite. E, aqui, não tem nenhum por noite, nem por dia. Aqui tem um aviãozinho lá de Roraima, de uma empresa, acho que é semanal. Eu acho que o Brasil tem que assumir essa responsabilidade. Nós vamos ter gente que vai nos criticar, mas é uma obrigação nossa garantir isso.

Vejam, se nós temos mais indústria, se nós temos mais possibilidade de trazer coisas para a Guiana, para nós é interessante que o empresário da Guiana tenha possibilidade de ir ao Brasil, porque, se ele não puder ir, pegará um navio daqui e irá para a Inglaterra, irá para outro lugar qualquer.

Da mesma forma que nós precisamos garantir que vocês, brasileiros, que estão aqui, possam ir à terra de vocês, trazer coisas para vender aqui,



comprar novas máquinas e transitar com mais tranqüilidade, para poderem até sentir prazer na vida e não estarem tão distante dos parentes.

Tem até uma coisa, viu, companheiros? Nós estamos importando carvão da China. A Venezuela é rica em carvão. Então, ao invés de a gente ficar andando 15 mil quilômetros para ir buscar carvão na China, a Venezuela está mais próxima de nós. Nós temos que fazer parceria com a Venezuela, nós vendemos alguma coisa para eles e compramos o carvão deles, e fica tudo mais próximo, tudo mais perto, e desenvolve-se a Venezuela e desenvolve-se o Brasil.

E a Guiana precisa muito do Brasil. Vocês conhecem bem e sabem que é um país pobre, pequeno, que tem um PIB muito pequeno. E com qualquer ajudazinha que o Brasil der, no desenvolvimento da cana-de-açúcar, aqui, pode ajudar muito. O Brasil pode ajudar na agricultura, aqui, e pode ajudar muito. Nós temos a Embrapa, que tem um conhecimento como poucas instituições no mundo têm.

Então nós, agora, vamos recuperar um pouco o erro que a elite política brasileira cometeu ao longo de 500 anos. Durante 500 anos, a gente ficou de costas para o nosso continente e de frente para a Europa e para os Estados Unidos. Isso foi muito bom, isso foi interessante, mas agora nós temos que olhar um pouco para os nossos irmãos aqui, da banda, e ajudarmos, porque a gente pode ganhar muito mais com isso.

Então é isso, meus queridos companheiros e companheiras. Em função do horário, eu e a Marisa queremos pedir desculpas a vocês, nós vamos ter que sair, porque é uma hora até o aeroporto, mais uma hora até Paramaribo e, depois, já temos uma hora de atraso. Temos umas dez reuniões, ainda, hoje, para fazer. E vocês sabem que eu não sabia que era o “Dia do Namorado”, não vim nem preparado para namorar, senão não tinha preparado uma agenda tão longa como nós fizemos, hoje, para chegar no hotel à meia noite, uma hora da manhã.



Gente, um grande beijo. Que Deus abençoe a todos vocês que estão aqui. E podem ficar certos que logo, logo, as coisas irão melhorar. E, certamente, vai chegar, aqui, um churrasco de boa qualidade.

Gente, um abraço.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da 16ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe – Caricom**

**Paramaribo-Suriname, 16 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo senhor Venetiaan, presidente do Suriname,  
Excelentíssimos senhores Chefes de Governo da Caricom,  
Senhor secretário-geral da Caricom,  
Senhoras e senhores,  
Ministros da Caricom,  
Ministros do Brasil,  
Meus amigos, minhas amigas,  
Companheiros e companheiras,

Aceitei honrado o convite de meu amigo presidente Venetiaan para falar aos Chefes de Estado da Caricom. Pela primeira vez, um presidente brasileiro se dirige aos líderes da região.

Penso ter chegado a hora de estabelecer uma sólida parceria entre o Brasil e os países do Caribe. O Suriname, país que soube aproximar mundos, raças e culturas distantes, é um parceiro privilegiado nesse diálogo.

Estamos maduros para uma aliança que realize nosso potencial de cooperação na luta por um mundo mais justo e solidário.

O Brasil é como o Caribe, uma terra de muitas culturas. Temos a segunda maior população de origem africana do mundo, somente menor que a Nigéria. Temos orgulho de haver acolhido, como o Caribe, grande número de



imigrantes europeus e asiáticos. A miscigenação e a convivência harmônica marcam nossas identidades.

Estamos empenhados na promoção do desenvolvimento econômico e determinados a combater a fome, a pobreza e a desigualdade social. Queremos fortalecer a democracia, como base para a construção da paz na região.

Senhores Chefes de Estado,

É prioridade de meu governo a integração com países e regiões vizinhas. Unindo forças e compartilhando objetivos, seremos mais respeitados política e economicamente. Juntos, seremos capazes de melhor nos inserir neste mundo em que vivemos e mudar a relação de forças internacional atual.

Unidos, poderemos construir uma nova geografia econômica e comercial, que leve os países em desenvolvimento a realizar plenamente suas potencialidades. Por isso, fortalecemos o Mercosul. Por essa razão, participamos com entusiasmo do lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Para construir esse mundo novo, cruzamos mares e cordilheiras, estreitando vínculos políticos, econômicos e culturais com países irmãos do Caribe, África e Ásia.

Os rápidos avanços na integração da América do Sul e os resultados que já começamos a colher reforçam nossa convicção.

O comércio regional cresceu de forma exponencial. Estamos articulando os nossos setores produtivos. Por meio de significativos investimentos da infraestrutura de comunicações, transporte e energia, estamos criando as bases de um espaço econômico integrado sul-americano.

Com os acordos de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, formou-se uma aliança econômica estratégica com uma população de 350 milhões de habitantes e um PIB de mais de 1 trilhão de dólares que vai da Amazônia à Antártica.



Essa é a resposta à aspiração histórica de nossos povos, de criar um espaço de paz, desenvolvimento econômico e estabilidade política com justiça social.

Tomamos essas iniciativas porque o Brasil acredita no multilateralismo como solução para os problemas que enfrenta o nosso mundo. Essa vocação, levou-nos a indicar o embaixador Luiz Felipe Seixas Correia para o cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio.

Com o mesmo espírito, decidimos apoiar o nome do chileno José Miguel Insulza para secretário-geral da Organização dos Estados Americanos.

Meus amigos e minhas amigas,

A integração de nossas duas comunidades já começou. Ao acolher a Guiana e o Suriname, a Comunidade Sul-Americana de Nações ganhou um sabor caribenho. Daremos outro passo decisivo nessa direção quando terminarmos a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricon.

O Brasil está disposto a avançar com ousadia, flexibilidade e generosidade para aprofundar essa associação. Vamos estimular negócios e projetos de cooperação que vão além da relação comercial. Fomentaremos a circulação de bens e serviços e buscaremos uma maior concertação inter-regional em todos os níveis.

Acolhi, com grande interesse, a sugestão do presidente Jagdeo, da Guiana, de que o Brasil considere associar-se ao Banco Caribenho de Desenvolvimento.

Senhores,

Não existem atalhos para conquistar a paz e a justiça no mundo. É essa a mensagem que levei a Fórum Social de Porto Alegre e ao Fórum de Davos. Reiterei nossa expectativa de que os países desenvolvidos se comprometam a dar passos concretos para reduzir a assimetria nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.



É indispensável que as Nações Unidas recobrem sua credibilidade e que o Conselho de Segurança, em particular, reflita o crescente peso dos países em desenvolvimento nas grandes questões internacionais. O Brasil está disposto a assumir nele as responsabilidades de membro permanente.

Meus amigos e minhas amigas,

Para garantir condições mais dignas de vida para todos, defendemos a criação de um fundo mundial de combate à pobreza e à fome.

Foi com grande satisfação que constatei a forte presença e apoio do Caribe na reunião de setembro passado, em Nova Iorque.

Defendemos uma nova atitude das instituições financeiras internacionais, que possibilite aos governos realizar maior investimento em programas sociais e em infra-estrutura produtiva.

Precisamos, na Rodada de Doha, superar as barreiras protecionistas que impedem o acesso de nossos produtos aos grandes mercados internacionais.

O Brasil vem lutando, nas negociações comerciais de que participa, para que os benefícios do livre-comércio cheguem a todos.

Estabelecemos o G-20 porque acreditamos que a união dos países em desenvolvimento é a chave para o sucesso da Rodada de Doha e acreditamos que uma articulação entre o G-20 e o G-90 é também positiva nesse sentido.

Não queremos esperar décadas para ter outra chance de liberalizar o comércio mundial naqueles setores em que somos competitivos. A coordenação de esforços entre países em desenvolvimento deve ser ainda mais ambiciosa.

Durante a 11ª UNCTAD, em São Paulo, lançamos a terceira Rodada de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, na certeza de que podemos multiplicar os ganhos com nossa integração econômica e comercial.

Senhores,

Os interesses dos países da Caricom sempre estiveram resguardados



na atuação do Brasil na OMC. Sempre defendemos a revisão de práticas que ferem as normas internacionais de comércio e que provocam sérias distorções no mercado internacional, em prejuízo dos interesses dos países em desenvolvimento.

Por essa razão, o Brasil questionou os subsídios ilegalmente concedidos pela União Europeia em matéria de açúcar. Mas é preciso que fique claro que jamais questionamos as preferências comerciais concedidas pela União Europeia aos países caribenhos. A OMC reconheceu a ilegalidade e os prejuízos causados pelos inaceitáveis subsídios europeus às exportações de açúcar.

Como expressão de nossas intenções, desejamos ampliar a cooperação com os países da Caricom.

Queremos lançar programas de capacitação técnica no setor sucro-alcooleiro e de promoção comercial conjunta.

O setor privado do Brasil, já está também tomando iniciativas nesse sentido com o apoio do governo brasileiro.

Senhores chefes de governo,

Quando pensamos em cooperação entre o Brasil e a Caricom, não podemos deixar de falar da questão do Haiti. O desarmamento e a manutenção da ordem são essenciais para criar as condições mínimas de segurança para a consolidação institucional e a participação de todos no debate político e eleitoral. Ao mesmo tempo, é preciso haver desarmamento dos espíritos, para que haja diálogo político e se retome o desenvolvimento econômico e social.

Aplaudimos a liberação de pessoas que estavam presas e que tinham ligação com forças que não estão representadas no governo provisório.

Mas o diálogo político só é possível se os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os grupos de interesse no Haiti se juntarem num esforço de reconciliação nacional em torno de premissas democráticas.

Compete ao povo haitiano encontrar as soluções para seus próprios



problemas. Mas o apoio da comunidade internacional é essencial para que o Haiti reencontre o caminho da superação dos conflitos e dilemas do país.

O Brasil e os demais integrantes sul-americanos da Missão de Estabilização da ONU querem fazer do Haiti um paradigma de colaboração internacional, baseada na reconciliação política e na reconstrução econômica.

Por isso, o Brasil está empenhado em assegurar que os recursos tão generosamente prometidos na Conferência de Doadores, no ano passado, cheguem rapidamente aos mais necessitados.

A Caricom sempre defendeu a legitimidade de governos democraticamente eleitos e a necessidade de preservar as instituições. O Brasil compartilha integralmente os princípios defendidos pelos países caribenhos.

O Brasil engajou-se no Haiti motivado pela solidariedade e pela crença na possibilidade de devolver uma nova esperança de paz e justiça aos irmãos haitianos, por meio de um esforço sucessivo e legítimo, sob a chancela das Nações Unidas.

A colaboração da Caricom é fundamental nesse processo. Temos procurado levar essa mensagem, também, ao governo de transição do Haiti.

Amigos Chefes de Estado,

O espírito de cooperação solidária marca os laços históricos entre América do Sul e Caribe. Queremos que ele se traduza em uma aproximação concreta em todas as áreas, queremos que nossas regiões sejam um pilar do mundo fraterno que almejamos construir. Por isso, contamos com o entusiasmo e a comunhão de idéias e esforços dos países irmãos do Caribe nesse empreendimento.

Permita-me, presidente Venetiaan, Chefes de Estado aqui presentes, abusar por mais uns minutos da paciência de vocês.

Eu estou devidamente orgulhoso de ter sido convidado para este encontro. O fato de ter sido convidado para participar de uma reunião da



Caricom, não é uma coisa pequena que aconteceu na política internacional.

Eu fui um dirigente sindical importante no meu país de 1975 a 1980 e, nesses cinco anos eu viajei várias vezes ao Japão, à Europa, aos países nórdicos, ao Canadá e aos Estados Unidos, e nunca vi uma única reunião na América do Sul, uma única reunião no Caribe e uma única reunião na África. Isso por quê? Embora o meu país tenha conquistado a independência em 1822, a verdade é que a cabeça política da elite brasileira esteve, durante todo esse tempo, voltada para os países desenvolvidos e pouca importância se dava aos países pobres.

Quando assumimos a Presidência da República, faz dois anos e um mês agora, resolvemos priorizar a nossa relação com os países em desenvolvimento. Já viajei para mais de 40 países nesses dois anos, em muitos casos já fiz mais de uma reunião ou mais de uma visita. E faço isso porque aprendi a lição, quando era dirigente sindical, de que a unidade dos trabalhadores possibilitava que nós tivéssemos mais conquistas no enfrentamento com o empresariado.

Na política de Estado a coisa não é diferente. Ou seja, se o Brasil ou qualquer outro país da Caricom tentar encontrar solução para os seus problemas sozinhos a chance é muito reduzida.

Normalmente, nós nos apresentávamos numa reunião com a União Européia ou com os Estados Unidos reclamando da nossa pobreza, reclamando da nossa miséria ou reclamando da pouca chance que tínhamos de exportar os nossos produtos. O que acontece quando vocês criam a Caricom? Já não é mais um negociando, são vários, negociando interesses comuns.

O Mercosul estava falido, ninguém acreditava mais. Em dois anos recuperamos o Mercosul e aconteceu uma coisa que, até então, era inacreditável de acontecer: todos os países da América do Sul hoje são associados do Mercosul. Num tempo que era impossível imaginar, aconteceu.



E por que não pode acontecer o Acordo Caricom-Mercosul, como aconteceu Mercosul e Comunidade Andina? O que aconteceu em Cancún, com a criação do G-20, foi a demonstração viva de que existe um espaço político muito grande para que façamos valer os nossos interesses nas negociações internacionais.

O Brasil está disposto a recuperar o tempo perdido. O Brasil está disposto a fazer todas as parcerias e todos os movimentos possíveis para que a gente possa fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a integração deixe de ser uma peça de oratória, em época de campanha eleitoral, para se tornar uma prática concreta das nossas ações cotidianas.

Eu tenho mais dois anos de governo e quero, aqui, assumir um compromisso com os presidentes da Caricom, de que o que já consolidamos na América do Sul vai se estender pela África, países árabes, América Latina, América Central, Caribe, porque nós achamos que o que pode contrabalançar o poder econômico dos ricos é o poder político dos pobres. Mas isso só dará certo se todos nós chegarmos à conclusão que a Comunidade Caribenha chegou: somos pequenos, somos pobres, mas temos um povo que sabe o que quer e tem consciência e, portanto, tem o direito de viver com a mesma dignidade com que vivem os povos dos países ricos.

Por isso, meus parabéns. Posso afirmar a vocês que (inaudível) com muitos chefes de Estado de países grandes, mas nenhuma de que eu já participei ou nenhuma outra que eu vá participar até o final do meu mandato foi ou será tão significativa quanto esta oportunidade que vocês me deram, de conviver alguns dias com um povo que, embora fale uma língua diferente da minha, na cor, na alegria, no jeito de viver, no jeito de pensar são iguais às pessoas do meu país. No fundo, no fundo, somos todos um povo filho da miscigenação, da mistura das etnias e, sobretudo, somos todos filhos de índios e africanos.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura do Termo de Implantação do Pólo Minero-  
Siderúrgico de Corumbá**

**Campo Grande-MS, 22 de fevereiro de 2005**

Excelentíssimo companheiro Zeca do PT, governador do estado do Mato Grosso do Sul e sua senhora, Gilda Maria Gomes dos Santos,

Minha querida Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Minha querida cara-metade Marisa Letícia Lula da Silva,

Meu caro Egon Krakhecke, vice-governador do estado do Mato Grosso do Sul,

Deputado Londres Machado, presidente da Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso do Sul,

Dom Vitório Pavanello, arcebispo de Campo Grande,

Meu caro senador Joaquim Monasterio, da Bolívia,

Meu caro Delcídio Amaral, senador do estado do Mato Grosso do Sul,

Meu caro deputado Guido Añez, da Bolívia,

Meus companheiros deputados federais do Brasil, Antônio Carlos Biffi, Antônio Cruz, João Grandão, Vander Loubet,

Meu caro prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho,

Meus companheiros deputados estaduais,

Senhor Ruiten Cunha de Oliveira, prefeito de Corumbá,

Demais prefeitos aqui, da região do estado,

Senhor Samuel Walsh, chefe-executivo da área de minério de ferro da Rio Tinto,

Senhores empresários,



Meus amigos,  
Minhas amigas,

O entusiasmo do discurso do nosso querido companheiro Zeca do PT mostra um lado importante da política nacional. Não foi sempre assim na história do Brasil. Não foi sempre que nós conseguimos produzir, tiradas do seio dos movimentos sociais brasileiros, lideranças que conseguiram a projeção, o respeito e a certeza de boa governança, como nós tivemos aqui, neste estado, o companheiro Zeca do PT.

E eu sei, Zeca, o quanto você foi vítima dos preconceitos estabelecidos por uma parte da sociedade deste estado, como eu fui de uma parte da sociedade brasileira, mas, certamente, uma parte minoritária, porque o preconceito é uma doença, é uma mistura de doença com ignorância, com má fé que, às vezes, adentra a massa encefálica de algumas pessoas e elas passam a ser preconceituosas para o resto da vida. E isso é uma coisa que não tem cura, porque para a gente ser curado de preconceito é preciso tomar um “chá de humildade”, um “chá de sabedoria”, e nem todo mundo está disposto a isso.

O que é importante para o povo do Mato Grosso do Sul, Zeca, é o resultado das coisas que você vai deixar, é o resultado daquilo que você plantou. Algumas coisas você já colheu, outras o povo já colheu antes. E muitas coisas que estão sendo plantadas, nós vamos colher daqui a cinco, seis, sete, oito, nove, dez anos. Até porque os grandes projetos não dão frutos no dia em que a gente lança, eles dão frutos com o tempo. E o que nós precisamos cuidar é para que esses projetos sejam trabalhados com muito carinho, porque faz mais de três anos, companheiro Zeca, que você me falou desse pólo siderúrgico. Eu me lembro, acho que foi um encontro aqui mesmo, que eu fiz com a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul, faz três anos ou mais e você, aqui, lembrava a importância desse pólo siderúrgico. Na



época, tinha até um grupo japonês especulando se iria ou não fazer o investimento.

O dado concreto é que, hoje, nós consolidamos, com a Rio Tinto, com a nossa Ministra e com você, um projeto que tem um cronograma em que a gente vai poder acompanhar passo a passo o cumprimento de cada etapa de um projeto que nós queremos ver concluído o mais rápido possível para o bem do Brasil, para o bem do estado do Mato Grosso do Sul, para o bem da cidade de Corumbá e, sobretudo, para o bem do povo trabalhador desse estado. E um projeto, Zeca, que não é um projeto apenas pensando no Brasil.

Se engana, hoje, e se enganaram aqueles que ao longo de décadas imaginaram que era possível desenvolver o Brasil, deixando nas costas do Brasil algumas dezenas de países empobrecidos, com baixo poder de consumo e pouco conhecimento científico e tecnológico.

O Brasil, apesar de ter tido a sua independência proclamada no dia sete de setembro de 1822, o Brasil teve durante muitos anos a cabeça política, a cabeça das doutrinas estabelecidas neste país, uma colonização eterna, porque embora nós tivéssemos uma independência, o Brasil esteve muitos e muitos anos com uma ação de país colonizado, que pensava pequeno e que achava que para tudo que teria que fazer, teria que pedir licença para União Européia ou pedir licença para os Estados Unidos. Houve até quem dissesse que o que era bom para os Estados Unidos, era bom para o Brasil. E assim predominou a cabeça da nossa elite dirigente durante anos e anos, décadas e décadas. E o que nós ficamos assistindo? Até a chegada de Juscelino Kubitschek, no Brasil, nós víamos que o Brasil demorou 450 anos se desenvolvendo apenas nas regiões da nossa costa marítima. Somente a partir de Juscelino é que o Brasil tomou o primeiro sinal de confiança de adentrar o seu território e começar a desenvolver o Centro-Oeste brasileiro e fez com que, a partir de Brasília, a gente pudesse dar uma dinamização maior no nosso desenvolvimento.



Mas a América do Sul continua esquecida. O Brasil embora faça fronteira com todos os países, menos com o Equador e com o Chile, a verdade é que a nossa relação era eventual, era uma relação comercial envergonhada e era uma relação política de muita desconfiança.

Eu me lembro, Zeca, que, antes de tomar posse, foi à minha casa o presidente da Bolívia, que hoje não é mais presidente da Bolívia, e ele me dizia: presidente Lula, eu estou aqui porque durante mais de 50 anos de vida eu acreditei que a solução para a Bolívia era a nossa relação com os Estados Unidos. E hoje eu estou convencido de que se a gente quiser ter alguma esperança a nossa relação tem que ser com o Brasil. Nós estamos mais próximos do Brasil e o Brasil pode oferecer na nossa relação tudo que os Estados Unidos poderiam oferecer para a Bolívia.

E aí quando nós tomamos posse, Zeca, nós resolvemos levar muito a sério a questão da integração, porque até então a integração da América do Sul era uma retórica de discurso em época de campanha. Eu acho que não tem um político latino, nem tem um político brasileiro, que em algum momento não tenha feito um discurso dizendo que é preciso fazer a integração da América do Sul, que é preciso fazer a integração da América Latina, que é preciso fazer a integração... Agora, a integração é mais do que um discurso retórico. A integração significa estradas, pontes, rodovias, ferrovias, hidrovias, telecomunicações, aeroportos e aviões para que a gente possa transitar por esse mundo afora.

E nós hoje, Zeca, estamos convencidos do seguinte: o Brasil está financiando a maior estrada do Peru, ligando o estado do Acre a dois portos peruanos no Pacífico. Se a gente fosse analisar apenas pela viabilidade econômica, imediatista, a gente não faria e não financiaria. E não estamos financiando com dinheiro que poderíamos financiar uma aqui, estamos financiando e emprestando dinheiro, ou emprestando via Proex, para que o Peru importe produtos nossos. Então, se nós fôssemos pensar: “bom, esta



estrada vai ser economicamente viável nos próximos três ou quatro anos?” Não sei. Eu diria que não. Eu diria que esta estrada será viável ao longo do tempo, quando os empresários brasileiros e os empresários peruanos tiverem consciência que tem quase mil quilômetros de estrada para serem ocupados por brasileiros ou por peruanos para plantar, para construir fábricas, para construir pólos produtivos e desenvolver os dois países e exportar para o Pacífico.

E tive o prazer, Zeca, de começar no ano passado, a primeira ponte em 500 anos de história entre Brasil e Peru. E tive o prazer de inaugurar, em 500 anos de história, a primeira ponte entre a Bolívia e o Brasil, no estado do Acre, porque uma parte da classe dirigente brasileira, quando olhava o mundo – porque tem hora que a gente fica contemplando o infinito – e quando uma parte da classe brasileira contemplava o infinito, eles iam à Europa sem passar pela África, ou eles iam aos Estados Unidos sem passar por todos os países que a gente tem que enxergar antes de chegar aos Estados Unidos. Era uma visão pequena, era uma visão mercantilista, era uma visão de um país com uma ação internacional subordinada. E nós resolvemos dar dimensão de Estado a essa ação política. E não é fácil.

Existia um processo de desconfiança entre os países da América Latina. Vocês estão lembrados, na década de 70, quando o Brasil foi construir Itaipu, vocês estão lembrados que os argentinos diziam – na época, eram os militares brasileiros – os argentinos diziam que Itaipu tinha um efeito devastador para a Argentina, que o Brasil poderia inundar metade da Argentina se abrisse as comportas de Itaipu. E a Argentina ameaçou construir a Bomba Atômica.

Vocês imaginam que vários países da América do Sul vêm nos empresários brasileiros verdadeiros imperialistas e algozes dos seus interesses. E vêm nos empresários americanos e europeus, parceiros. O que significa isso? Preconceito e desconfiança. Então, eu resolvi tomar a iniciativa de quebrar, Zeca, o preconceito e quebrar essa desconfiança.



Visitei, no primeiro ano, todos os países da América do Sul, sem distinção, e recebi os presidentes mais de uma vez no Brasil. Alguns eu visitei mais de uma vez, até porque o Mercosul não seria nada se o Brasil e a Argentina não estivessem bem, e não será nada se o Brasil e a Argentina não tiverem uma política generosa para ajudar o Paraguai e o Uruguai, que são países mais pobres, mais necessitados, com menos tecnologia.

Se nós quisermos ter uma relação saudável com o Paraguai, nós precisamos ajudar o Paraguai a se desenvolver, senão vai ficar a fama histórica de que através do Paraguai é que veio o contrabando ou coisa parecida. Então, ao invés de ficar reclamando, nós temos que ajudar, incentivar empresas brasileiras a investirem no Paraguai para que a gente possa dar uma chance àquele país de se tornar um país produtivo, e que a gente possa ter uma relação sem preconceito, como historicamente se teve até os dias de hoje.

E, graças a Deus, as coisas mudaram tanto nesses últimos dois anos, que vejam a eleição do companheiro Kirchner na Argentina. Agora, no dia 1º de março toma posse o Tabaré no Uruguai. O Nicanor é um avanço extraordinário para o Paraguai. Na Bolívia, o presidente Carlos Mesa, que é um presidente que não foi eleito como presidente, mas um vice que tomou posse, tem tudo para estabelecer um novo modelo de desenvolvimento para a Bolívia. Nós fizemos um acordo histórico com a Venezuela: assinamos 26 protocolos de acordo com a Petrobrás, para petróleo, para o gás, acordo das empresas de mineração do Brasil com a Venezuela, acordo na área energética com a Venezuela. Por quê? Porque a Venezuela é um país com potencial extraordinário e o Brasil tem uma boa relação de desenvolvimento comum com a Venezuela. É uma chance de crescimento para os dois países. Vamos fazer o mesmo com a Colômbia, agora. Vamos mandar a Dilma e um grupo de ministros pesquisar, ver quais são as oportunidades com os empresários brasileiros. É uma espécie de garimpagem de possibilidades de investimento.

A partir daí, vamos para lá assinar os protocolos, porque o Brasil está



determinado e essa é a minha convicção. Se o século XIX foi o século em que a União Européia se consolidou enquanto nação, se o século XX foi o século dos Estados Unidos, nós não vamos deixar o século XXI escapar e vamos transformar o século XXI no século do Brasil e no século da América do Sul.

Mas para isso acontecer, nós temos que acreditar, e acreditar significa fazer. É por isso que quando chegar o mês de agosto, nós vamos ter o prazer de anunciar que o Brasil financiou alguma obra em todos os Estados da América do Sul, em todos.

Eu vou dar um exemplo. Eu fui, agora, à Guiana. Em Georgetown tem uma ponte entre o Brasil e a Guiana, que liga o estado de Roraima à Guiana, que está sendo construída há muitos anos. Nós descobrimos que esta ponte é muito maior do que o rio, então precisava alargar o rio para poder caber a ponte, essas coisas malucas que acontecem no Brasil. O Tribunal de Contas sabiamente vetou a obra, essa obra está inconclusa, já tem 40% dela feita. Ao invés de persistir no erro nós estamos fazendo uma conversa com o Tribunal de Contas para reajustar o processo. E se a empresa que está fazendo a obra não estiver disposta a fazer o acordo, para reduzir inclusive o preço, de uma ponte que tinha uma largura que não existe rio, nós vamos ter, então, que pegar o Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro e fazer essa ponte independentemente de qualquer coisa.

Eu fui a Paramaribo, no Suriname. Paramaribo é uma cidade de 120 mil habitantes. Todos os dias um boeing 707 ou 704 – é desses grandões de dois andares, Zeca – vem de Amsterdã para Paramaribo, todo santo dia. Agora, alguém que mora em Manaus, ou alguém mora em Belém, ou alguém que mora em Macapá, que está a uma hora e meia ou a duas horas de Paramaribo, se quiser ir para a Europa tem que vir a São Paulo, pegar um avião, para depois passar por cima do seu estado outra vez para ir para a Europa, quando ele poderia pegar um avião em Belém, e em uma hora e meia estar em Paramaribo ou pegar um vô de São Paulo e parar no norte do país, ou um vô



de São Paulo e parar em Manaus, parar em Belém, parar no Nordeste. Porque não é possível que alguém que esteja no Amapá tenha que andar quatro horas e meia até São Paulo, pegar um avião e aí voltar quatro horas e meia, passar por cima do seu estado, para ir visitar os Estados Unidos ou visitar a Europa, ou seja, isso é coisa absurda de governos que nunca pensaram que a integração pressupõe o direito de ir e vir. Se não tiver como um presidente do Equador, da Colômbia ou do Peru vir ao Brasil, eles vão para Miami. E se eles tiverem que ir a Miami fazer negócios ou pegar um avião para vir para cá, eles já fazem negócios em Miami. Para que vão vir aqui?

Então, cabe ao Brasil como o maior país, cuidar para esses vôos... Eu, Zeca, tenho um compromisso com você. O avião que sai de La Paz, Santa Cruz de la Sierra, ele tem que parar em Campo Grande, ir para São Paulo, porque senão não há integração, senão não há nenhuma possibilidade... E o Brasil tem que ter o interesse na integração porque é bom para o Brasil. Se a gente desenvolver junto com o Brasil os países vizinhos, a gente vai ter uma relação comercial, uma relação cultural muito mais forte e a gente vai poder garantir que este é um Continente em que não tem fundamentalismo, em que a paz não é um achado, é uma determinação da política internacional do nosso Continente. Por isso é que este pólo é importante, Zeca. Porque este pólo não vê apenas a questão do Brasil. Nós temos que pensar tanto no pólo minero-siderúrgico, como no pólo gás-químico, em ter os companheiros da Bolívia como parceiros, porque a nós interessa que a Bolívia se desenvolva tanto quanto nós. Nós queremos ter parceiros com poder de consumo, com poder de conhecimento. Nós não queremos ser um país rico com os nossos vizinhos na miséria absoluta. Aí nós não teremos nem consumidores, nem compradores das coisas que nós produzimos e nem eles terão condições de produzir coisas para a gente comprar.

É essa a visão de integração que está permitindo, Zeca, que a gente possa dizer o seguinte: nós fomos à Cuzco, no Peru, e assinamos um



documento criando a Comunidade Sul-Americana de Nações. Eu duvido que algum estudioso de política internacional no Brasil pudesse acreditar que em apenas dois anos a gente iria criar uma Comunidade Sul-Americana de Nações.

Mais ainda: vocês estão lembrados que quando nós fomos a Cuzco, no ano passado, e criamos o G-20, não faltaram pessoas para fazer crítica, dizendo que aquilo era um fracasso, que a gente tinha rompido com os Estados Unidos, que a gente tinha rompido com a União Européia. Bobagem! O Brasil não tem interesse em romper com os Estados Unidos e com a União Européia, porque são nossos parceiros privilegiados, são nossos “primos ricos” e a gente não quer romper. O que a gente não quer é ficar dependendo apenas deles. O que a gente quer é dizer para eles: “Olha, nós queremos ter a melhor parceria com vocês. Mas não somos dependentes, não. Nós temos parcerias com outros países”. E sabem qual foi o crescimento da nossa relação comercial com a América do Sul? Oitenta por cento, meu caro Zeca.

Eu me lembro, o preconceito no Brasil é tanto que quando eu fui à Síria, quando eu fui aos países árabes, e de lá eu fui visitar o Kadaf, na Líbia, a imprensa, como sempre – a imprensa, não, alguns articulistas – fizeram críticas e mais críticas: “porque Lula visita o ditador da Líbia, porque Lula faz isso...”. Na semana seguinte, o Tony Blair vai, aí a mesma imprensa, elogia: “porque o Tony Blair vai visitar o Kadaf, porque o Tony Blair...”. Isso é puro preconceito, porque, na cabeça de alguns, o caminho do Brasil deveria ter só um vô: São Paulo-Washington, ou São Paulo-Frankfurt. E nós queremos ir para a África com o mesmo respeito que vamos para os Estados Unidos; queremos ir para o mundo árabe com o mesmo respeito que vamos para a Europa; e queremos ir para a América do Sul com o mesmo respeito que nós vamos a qualquer lugar. E, aí, estabelecermos uma política internacional sólida.

Não sei se vocês atentaram: em menos de oito meses nós ganhamos três processos na Organização Mundial do Comércio. Ganhamos o processo



do açúcar contra a União Européia, que muita gente dizia: “não, não briga. Não briga, que não dá certo, é impossível o Brasil ganhar. O Brasil vai brigar?”. Brigamos e ganhamos. Ganhamos o algodão, com os Estados Unidos. E, na semana passada, ganhamos o frango salgado, porque a Europa não considerava frango salgado como carne. E ganhamos. Ganhamos porque brigamos.

E, agora, muita gente pergunta: “Por que o Lula foi numa reunião da Caricom? Todos os presidentes de países pequenos, países com 200 mil habitantes, 300 mil habitantes, 400 mil habitantes?” Sabem por que eu fui? Porque, quando chegar na ONU, o voto de um país de 200 mil habitantes vale tanto quanto o da Índia, que tem 1 bilhão de habitantes, vale tanto quanto um país grande.

E, hoje, o G-20, é uma coisa que surgiu em Cancún, está consolidado, fortalecido. E vocês vão perceber que o acordo União Européia e Mercosul vai sair com muita facilidade. Eu estive, agora, em Davos, e tive uma reunião com Durão Barroso, que é o chefe da União Européia, e eu acho que nós vamos fazer um acordo. E vamos continuar brigando.

Sabe por que, gente? Eu não conheço, na vida, (palavra inaudível). Aliás, você jogou um peixinho no rio Miranda, para ver se eu pego algum, da outra vez? Pesquei quatro dias lá, não tinha nenhum cará para pegar.

Sabe o que acontece? Eu não conheço nenhum segmento da sociedade, na nossa vida familiar, na igreja que a gente frequenta, ninguém respeita alguém que não se respeita. Ninguém respeita. Na negociação entre países, o respeito é muito grande. E se um negociador vai negociar de cabeça baixa, o outro coloca uma canga no pescoço dele, e ele nunca mais levanta a cabeça. E o Brasil é um país por demais grande. É por isso que o Brasil tem que se respeitar.

E é por isso, Zeca, que nós estamos colhendo aquilo que nós plantamos. E estamos colhendo bem. Eu não vou ficar citando números aqui



porque... Mas, vejam, o Brasil, historicamente, fazia uma opção: ou o Brasil vai trabalhar para exportar muito e fecha o mercado interno ou o Brasil fortalece o mercado interno e diminui as exportações. Nós estamos fazendo os dois.

Vocês estão lembrados quanto era o déficit em conta corrente em 2002? 32 bilhões de dólares. Você sabe quanto é o superávit de conta corrente hoje? 14 bilhões de dólares. O Brasil passou oito anos tendo déficit de balança comercial, tinha que tomar dinheiro emprestado do FMI para saldar seus débitos. Agora, não. Nós nem precisamos fazer acordo com o FMI. Se Deus quiser, agora, em março, vamos chegar a 100 bilhões de exportação. É o recorde dos recordes de toda a história do Brasil, se a gente for comparar a exportação com relação ao PIB.

E não é apenas o agronegócio. Vários setores empresariais, vários setores que tinham exportado muito pouco, começam a exportar muito. Por quê? Porque nós viajamos esse mundo, vendendo as boas coisas que o Brasil produz. Nós não viajamos para pedir favor. Eu não viajei para receber títulos, nós viajamos e aonde eu fui, levei um grupo de empresários comigo para mostrar os nossos sapatos, a nossa roupa, para mostrar os produtos que nós somos capazes de produzir. É assim que a gente constrói uma Nação. A gente não constrói uma Nação se subordinando aos interesses dos outros. A gente constrói uma Nação defendendo o nosso povo, aquilo que nós produzimos.

E é por isso, Zeca, que nós estamos num momento auspicioso do Brasil. Eu sei do seu entusiasmo, sei o que você já plantou e já colheu aqui. E nós, no segundo ano, já fizemos, eu diria, boa parte daquilo que nós deveríamos fazer só no final do ano. Eu, de vez em quando, eu digo que Deus tem sido tão generoso comigo, porque você que já teve experiência de governo, Zeca, seis anos, sabe que o primeiro e o segundo são muito ruins, a gente só começa mesmo é no terceiro ano. Quem é prefeito de primeiro mandato vai saber disso logo, logo. Então, o que aconteceu? Eu tive sorte já no segundo ano, porque fazia dez anos que a economia brasileira não crescia 5%. Nós geramos, o ano



passado, o maior número de empregos desde 1992. A produção industrial foi a maior desde 1986. E todo mundo sabe o que foi o crescimento de 86, Plano Cruzado, que acabou um dia depois das eleições.

E nós queremos, Zeca, que essa economia tenha uma chance. A gente quer um novo ciclo de crescimento para este país. A gente não quer crescer um ano e cair no outro ano, a gente quer crescer sucessivamente vários anos. E este ano, Zeca, vamos crescer, outra vez, 5% ou mais. Todas as teorias que você vir escritas: “vai crescer 3, 3,5%”, Zeca, pode ficar certo, escuta o que estou lhe dizendo: nós vamos surpreender e vamos crescer mais de 5% este ano, outra vez. E vamos gerar mais empregos outra vez. E por quê? Porque estamos nos calçando para fazer as coisas que têm que ser feitas.

Zeca, a Dilma participa de um grupo de infra-estrutura, coordenado pelo ministro José Dirceu, junto com o ministro dos Transportes, o ministro de Minas e Energia, o ministro de Integração Nacional, são vários ministérios em que a gente pegou todos os gargalos brasileiros – a questão das ferrovias, a questão das rodovias, a questão dos portos – nós estamos, todas as semanas eu me reúno com esse de grupo de ministérios para decidir as coisas que têm que ser feitas. Porque às vezes a gente vê nos jornais que o Ibama criou caso. Não foi o Ibama que criou caso, não, o projeto é que não levou em conta a existência do Ibama, o projeto é que foi feito de forma impensada. Porque no Brasil as pessoas pegam um projeto, normalmente em época de eleições, no joelho, para não dizer no outro lugar, faz um projeto no joelho, aí começa a fazer a obra e chega o momento em que precisa da licença prévia do Ibama e não tem. E aí vai atrás. E o Ibama tem que pegar o projeto, tem que estudar. E dizem que o Ibama demora muito. O Ibama não demora muito, os deputados é que fizeram a lei que regulamenta o Ibama. Então, o Ibama cumpre a lei. Quem está no DNIT, agora, (palavra inaudível) sabe, ou seja, nós cumprimos a lei, nós não temos como apressar, passar por cima.

Então, meus companheiros, este ano, eu tenho dito que é o ano do



Brasil, é um ano mais promissor que 2004. Só no setor siderúrgico, Zeca, entre mineração e produção de aço são 25 bilhões de dólares de investimentos nos próximos 25 anos. Nós vamos duplicar nossa capacidade produtiva, como nós estamos certos de que vamos duplicar a nossa capacidade de produzir muitas outras coisas e bater recordes atrás de recordes, Zeca.

É por isso, meu querido Zeca, que eu quero dizer o seguinte: eu acho que nós seremos julgados por aquilo que nós fizemos, não por aquilo que os nossos adversários dizem que foi feito ou não. Eu tenho mandato até o dia 31 de dezembro de 2006, e quando eu chego numa cidade não quero saber de que partido é o prefeito, eu não quero saber para que time ele torce ou que igreja ele frequenta. Há um projeto para este país que vai ser implantado.

Vocês viram o que aconteceu no Pará esses dias com a morte dos sindicalistas e da freira. Aquilo aconteceu exatamente porque o governo está com uma ação muito forte para criar uma regulamentação para certificar as florestas brasileiras, porque as pessoas acham que podem comprar uma terra e podem pegar um mogno de 400 anos e derrubar. As pessoas sabem que o Estado brasileiro dá concessão para poder pesquisar petróleo, dá concessão para poder fazer mineração de ouro, dá concessão para fazer mineração de ferro. Ora, porque que a floresta, que é um patrimônio da humanidade, sobretudo agora que foi aprovado o Protocolo de Kioto e que a gente pode ter como recurso o crédito de carbono, a gente não vai regulamentar isso? E regulamentar isso não é evitar que a pessoa corte uma árvore para fazer um móvel, não. É a gente trabalhar com ele, para cortar de forma séria, para fazer o florestamento correto, para regularizar a terra das pessoas que querem trabalhar.

Porque, muitas vezes, Egon, o empresário do Sul do país não quer nem saber de quem é a terra. Vai lá e compra milhares de hectares de terras. Na verdade, não compra, grila. Na verdade, grila e coloca, lá, que é dele. Nessas coisas, o Brasil tem que ser moralizado. O Brasil precisa, definitivamente,



mostrar que é um país em que as coisas funcionam porque tem regras, tem leis e a gente não vai permitir que o vandalismo tome conta de uma atividade econômica que gera muito emprego.

Tem muito madeireiro junto conosco, na luta pela certificação, pela criação dos parques das reservas florestais. Agora, tem outros que preferem trabalhar na clandestinidade. E, aí, vai ter que entrar na legalidade. A lei vale para mim e vale para eles. A lei vale para eles e vale para todo mundo. Graças a Deus, a polícia já prendeu. Vamos saber quem é o mandante, agora. Porque sempre tem um “espírito de porco” por detrás disso. Sempre tem. Sempre tem alguém que nunca meteu o pé no barro; sempre tem alguém que nunca sujou a unha com um grãozinho de terra, mas está lá, pagando para pistoleiro. E o Brasil não pode continuar assim.

É por isso que nós mandamos o Exército para lá; é por isso que mandamos a Polícia Federal para lá, e vão ficar lá o tempo necessário porque, agora, nós vamos regularizar as terras no estado do Pará e dar àquele estado as condições do povo trabalhar condignamente, dos madeireiros trabalharem legalizados e dos trabalhadores trabalharem com a sua terra regularizada, também. É assim que a gente constrói uma Nação. E é assim que essa Nação poderá entrar no mundo dos chamados “países desenvolvidos”.

Acho que isso é um processo, Zeca, que você ajudou a construir. Esse é um processo que muita gente que está aqui está ajudando a construir. E eu acho que não tem mais retorno. Eu acho que o Brasil entrou numa fase em que a história não nos perdoará se a gente jogar esta oportunidade fora.

Todos vocês aqui sabem, sobretudo os empresários e os estudiosos, quantas oportunidades nós jogamos fora. Quantas vezes muitos de nós fomos dormir alegres, achando que o Brasil tinha entrado num mar-de-rosas e acordávamos num pesadelo tremendo, porque as regras do jogo tinham mudado.

Nós vamos fazer as coisas com a tranquilidade de um governo que sabe



o que quer, sabe para onde vai. E não vamos aceitar que a afobação de alguns permita que a gente tome uma medida apenas pensando numa eleição. A eleição é consequência de um trabalho que você fez.

Eu sei que a oposição está doida para fazer campanha, para fazer eleição, já. Da minha parte, meus caros, eu quero dizer para vocês que a eleição vai entrar na minha cabeça no momento certo. 2005 é um ano de fazer o Brasil crescer, gerar os empregos e gerar as oportunidades de trabalho que esse povo tanto precisa, que é o que dá dignidade ao ser humano. Quando chegar na época das eleições, aí sim, vamos discutir eleições. Por enquanto, é hora de trabalhar, e vamos trabalhar.

Parabéns, Dilma. Parabéns, Zeca. Parabéns Rio Tinto. E, sobretudo, parabéns ao povo do Mato Grosso do Sul e ao povo de Corumbá, por essa coisa extraordinária que está acontecendo lá.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de inauguração da rede de eletrificação em 53 assentamentos  
rurais do estado de Mato Grosso do Sul**

**Sidrolândia, 22 de fevereiro de 2005**

Meu querido companheiro José Orcírio Miranda dos Santos, nosso querido Zeca do PT, governador do estado do Mato Grosso do Sul,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu querido companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Meu caro amigo senador Delcídio Amaral, nosso atual líder do governo no Senado, líder do PT no Senado,

Meu caro deputado Antônio Carlos Biffi,

Meu caro deputado João Grandão,

Meu querido deputado Vander,

Meu companheiro Egon Krakhecke, vice-governador do Mato Grosso do Sul,

Meu caro Daltro Fiuza, prefeito de Sidrolândia,

Meu companheiro Nilton Mendes de Oliveira, diretor-presidente da Eletrosul,

Meus queridos companheiros secretários do governo do estado de Mato Grosso do Sul,

Meu caro companheiro Egídio, coordenador estadual do Movimento dos Sem-Terra e também da Coordenação Nacional do Movimento Sem-Terra,

Meu querido companheiro Geraldo Teixeira de Almeida, presidente da



Ceprag,

Senhora Terezinha de Jesus Garcia Ferreira,

Senhora Joaquina de Souza Rodrigues,

Senhores deputados estaduais,

Prefeitos,

Vereadores,

Senhoras e senhores moradores dos assentamentos rurais do Mato Grosso do Sul, especialmente do Assentamento Geraldo Garcia,

Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, meu querido Zeca, no Assentamento onde estamos comemoramos uma das coisas mais importantes que podem acontecer para uma pessoa que mora no campo e que não tem luz: a chegada de um bico de luz na casa de um trabalhador rural. E só sabe o valor quem vive sem luz.

E difícil, Zeca, fazer uma pessoa que nasce numa grande cidade com luz elétrica, com geladeira, com televisão, com rádio, com computador, com energia farta para gastar, sem se importar com o gasto, compreender a importância que tem um bico de luz na casa de uma pessoa que mora distante da cidade. Se ela já é importante para quem mora na periferia da cidade, imagina para uma pessoa que mora no campo.

Eu, Zeca, quando saí da minha terra, eu saí com sete anos de Garanhuns, não tinha luz elétrica. Voltei em 1979, 27 anos depois, e não tinha luz elétrica. A luz elétrica foi colocada em 1982. E eu via o sacrifício. Primeiro, quando pequeno, da minha mãe ter que fazer as coisas com o candeeiro, porque não tinha lâmpião a gás, desses que a gente pendura e clareia um pouco mais. Era candeeiro, lâmparina feita numa lata, e ali ela costurava à noite, cuidava dos filhos, cozinhava, preparava a janta, cuidava da família. E esse sacrifício perdura até hoje para 12 milhões de famílias neste país. Não são poucos: são 12 milhões de famílias no Brasil que ainda não têm luz



elétrica, ou seja, eu estou falando, Zeca, que nós temos no Brasil uma Suécia; nós temos no Brasil, praticamente, três países do tamanho do Paraguai que não têm luz elétrica, num país que tem fartura e possibilidade de produzir quanta energia for necessária.

Nós tivemos caso de visitar a Ilha Solteira e, perto de Ilha Solteira, a pouco mais de dois quilômetros, uma vila de moradores, numa ilha, sem luz elétrica. Então, é impossível a gente imaginar o desenvolvimento do país, a inclusão social, a igualdade de oportunidades, se as pessoas não têm um bico de luz. Imaginem vocês, eu fazendo um pouco de ração ali, imagina o que vai facilitar a vida de milhares de pessoas quando puderem ter uma “maquininha” dessas, que nós vamos ter que financiar a preço muito barato para as pessoas poderem comprar.

Imaginem o que é a pessoa poder plantar a sua mandioca e fazer a sua farinha com a eletricidade, fazendo um mexido na farinha que antes tinha que fazer com um rodo e que não acabava nunca de fazer. Então, eu acho que a gente precisa, Zeca, é neste momento, não apenas agradecer a vontade do governo do estado de fazer a parceria, mas sobretudo, por causa das mulheres. Essa idéia do programa Luz Para Todos é uma idéia da nossa companheira Dilma Rousseff, que um dia me procurou e disse: “Presidente, eu tenho uma proposta revolucionária para o senhor. Nós podemos garantir que até 2008 não haverá, no Brasil, uma única casa que não tenha luz, por mais distante em que ela esteja. Se estiver dentro do território nacional, essa casa vai receber energia elétrica”.

E estamos cumprindo. Estamos cumprindo Zeca, dentro das nossas possibilidades. Nós fazemos parceria com o governo do estado, às vezes tem governadores como você, que colocaram isso como prioridade, e trabalham para que as coisas aconteçam; tem outros governadores que também trabalham como você trabalha; tem outros que vão mais devagar; tem outros que mudaram o nome do programa Luz Para Todos e colocaram o nome deles



para vender para a sociedade a idéia de que o programa era deles; tem outros que vão mais devagar porque acham que não podem ser bem rápidos porque vão favorecer o presidente Lula e daí por diante. O que não falta, na verdade, é gente extraordinária, com boa vontade como você e também gente que tem menos vontade e que demora mais.

A Dilma me contava esses dias que, por causa do programa Luz Para Todos, nós estamos vivendo um problema no Brasil de falta de material, Zeca, falta cabo, está faltando poste, estão faltando várias coisas que facilitariam o Programa. E ainda tem gente aumentando demais. Tem coisas que já aumentaram 300% por conta do programa Luz Para Todos, ou seja, a Dilma sabe, nós vamos ter que chamar os setores que estão aumentando, conversar com eles, porque não é possível que a gente esteja dando a oportunidade a pessoas que estavam paralisadas, com as suas empresas sem trabalhar e, na hora em que a gente faz um programa e dá oportunidade de trabalharem, as pessoas resolvem aumentar o preço e resolvem tornar mais difícil um programa que nós queremos que seja o mais fácil possível.

Eu só queria, Zeca, dizer para você que é um programa que, como você disse bem, possivelmente seja o mais importante dentre todos os que a gente tenha. O programa Luz Para Todos é, na verdade, o início de um benefício que o ser humano consegue obter. E nós, Zeca, estamos fazendo mais: a ministra Dilma, o ministro Miguel Rossetto, o ministro Olívio Dutra, o ministro Tarso Genro, a ministra Matilde, nós estamos com um grupo de trabalho organizado pela Casa Civil e a nossa idéia é chegar em todos os acampamentos, todos os assentamentos, em todas as comunidades indígenas, em todos os remanescentes de quilombos.

A gente quer chegar com um pacote de cidadania, levando luz para as pessoas, levando habitação, levando saúde, levando uma sala de aula para as pessoas. E a gente sabe que isso é possível, isso não custa caro, custa apenas o trabalho da gente organizar, preparar, porque nós não queremos



começar uma coisa como tantas que já foram começadas no Brasil. Começam, anunciam na televisão e depois não acontecem. Nós queremos anunciar uma coisa e fazer o que estamos fazendo aqui, quando nós anunciamos que íamos iluminar a casa das pessoas que moram nos assentamentos.

Quero também dizer para você, Zeca, que a morte dos sindicalistas e da freira, no estado do Pará, não foi por acaso e é importante que o povo compreenda. A morte da freira e dos sindicalistas foi uma atitude pensada de alguns empresários do setor madeireiro, que estão revoltados com a política que estamos fazendo no estado do Pará. No estado do Pará não, em toda a Amazônia, com o nosso projeto de desenvolvimento da Amazônia, com o nosso projeto de reserva ambiental, com o nosso projeto de certificação florestal. Ou seja, Zeca, se é preciso o governo dar autorização, concessão, para a Petrobrás pegar gás ou petróleo embaixo da terra; se é preciso a gente dar autorização para a utilização da água do nosso subsolo; se é preciso a gente dar autorização para garimpagem, nós estamos também dizendo que o Estado vai certificar as nossas florestas e quem quiser cortar madeira vai ter que ter autorização do Estado brasileiro.

Ora, nós temos árvores de 300 anos, 250 anos, 400 anos. Mogno, que é uma madeira extremamente valiosa. No Brasil já se acabou com o pau-Brasil, já se acabou com o jacarandá da Bahia e agora querem acabar com outras árvores nobres. Nós não somos contra cortar e muito menos contra a madeireira, o que nós queremos é que as pessoas tenham critérios para fazer isso, porque uma árvore de 400 anos não é propriedade de uma pessoa, é um patrimônio da humanidade e é um patrimônio da sociedade brasileira. Nós precisamos fazer com que a pessoa, se quiser cortar, refloreste. Ela pode plantar milhões de árvores, ela pode fazer um programa de reflorestamento. Agora, cortar a floresta, da forma como vinham cortando neste país, sem comunicar a ninguém – pegar uma máquina e sair com um trator derrubando árvores, pegar uma madeira nobre e derrubar um hectare de mata, com



motosserra – não vai continuar.

Os madeireiros podem saber que a morte da freira, ao invés de colocar o governo recuado, vai colocar o governo mais ativo. E vamos fazer o que tem que ser feito, a impunidade, companheiros, acabou. Já foi preso o assassino, já foi preso o outro suspeito, e agora nós queremos chegar ao mandante, porque nós queremos acabar com essa história de empresários, alguns empresários, é verdade, comprem glebas de terras de milhares de hectares em algumas regiões mais distantes do nosso país, contrataram jagunços e mandaram matar quem está lá organizado, como estavam os trabalhadores rurais.

Então, essas pessoas têm o direito de comprar a terra, essas pessoas têm o direito de trabalhar de forma civilizada, e têm o direito e a obrigação de respeitar aqueles que estão trabalhando há muito tempo. O nosso companheiro Miguel Rossetto sabe que a nossa tarefa agora é legalizar todas as terras possíveis e acabar com a grilagem de terra. Quem tiver terra grilada, o governo vai tomar conta dessa terra, porque o Brasil não é “terra de ninguém”. Este país tem governo, tem lei e a lei vale para o Presidente e vale para um pistoleiro.

Portanto, eu quero dizer aqui, neste Assentamento, que acabou. Nós mandamos o Exército e a Polícia Federal para lá. Nós não podemos mandar a qualquer momento, tem que ter um pedido do estado. Se acontecer uma coisa aqui e o Zeca não pedir, a gente não pode mandar o Exército, porque seria uma intervenção, e como o país tem lei, tem regra, eu só posso mandar se o Zeca pedir. O governador do Pará pediu, nós mandamos e vamos ficar lá até a gente resolver o problema dos milhões de hectares de terra que existem lá, nas mãos de pessoas que nem conhecem o estado do Pará, nunca foram lá, mas se acham donos da terra.

Nós, agora, vamos aproveitar essa desgraça que eles fizeram para que a gente possa moralizar a questão fundiária no estado do Pará e no Brasil. Se eles acharam que com isso vão parar o Movimento, eles podem ficar certos de que o governo assumiu as dores daqueles que querem fazer justiça social



neste país. E vamos fazer com que a terra se transforme num bem de todos.

Por último, Zeca, eu quero dizer a vocês uma coisa que eu carrego comigo há muitos anos: a questão dos assentamentos. Habitualmente, no Brasil – está aqui o Movimento dos Sem-Terra, está aqui a Setraf – eu me lembro que em 2000 foi publicado um material dizendo que enquanto o governo federal tinha assentado 250 mil famílias, 800 mil famílias tinham deixado o campo. Então, o governo tinha assentado mais de 200 mil e 800 mil tinham deixado o campo. Então, passa a ser a síndrome da loucura, porque eu coloco um e saem oito. Por quê? Porque eu coloco um cidadão no campo, dou a ele uma terra bruta, mas não dou a ele assistência médica, não dou a ele acesso à saúde, não dou acesso à educação. Se eu não der educação, não há jovem que fique no campo. A gente não vai segurar nenhum adolescente no campo se a gente não levar para ele acesso à educação, se a gente não levar para ele a possibilidade de formação profissional. E mais ainda: não tinha crédito.

No Pará, Zeca, só para você ter idéia, eu pensei que o Rossetto ia falar, mas são tantos números que ele esqueceu esse. No Pará, quando nós ganhamos as eleições, em 2002, havia terminado a safra de 2002, o governo anterior tinha feito cinco mil contratos e tinha gasto apenas 45 mil reais com o financiamento da agricultura familiar.

Em 2004, meu caro Egídio e meu caro Geraldo, na safra de 2004, nós já fizemos, até agora, 54 mil contratos, mais de dez vezes, quase 11 vezes o que eles fizeram antes, e já liberamos o financiamento de 307 milhões de reais, numa demonstração de que em dois anos nós liberamos, nós fizemos dez vezes mais contratos e liberamos oito vezes mais recursos do que tinha acontecido. E o que acontece quando o cidadão recebe o recurso? Quando ele percebe que o governo está dando assistência técnica? Dificilmente esse cidadão deixará o campo para ir para uma cidade, morar numa periferia sem água, sem luz, sem esgoto, sem nenhum benefício. Ele vai ficar no campo



produzindo.

E nós temos que garantir mais ainda. Na hora em que ele produz, a gente não pode deixar um pequeno produtor por conta da lei de mercado. Se o mercado estiver oferecendo um preço menor, o Estado tem que fazer uma intervenção e oferecer um preço maior, para que o preço desse produtor possa ser justo. Nós tivemos, Zeca, um exemplo em Rondônia, em Ji-Paraná. Eu fui a Ji-Paraná, o governo comprou 11 mil toneladas de feijão que estavam sendo vendidas. O mercado queria pagar apenas 25 reais; nós entramos pagando 60 e depois ficou regulado em 50; o governo saiu e deixou o pequeno vender no mercado. É assim que o Estado tem que agir para garantir igualdade de comportamento na sociedade e para garantir que o pequeno não seja vítima de tudo. Porque, muitas vezes, o pequeno não produz porque não tem terra; quando tem a terra, não tem crédito; quando tem crédito, não tem água; quando está tudo bom, que ele tem uma boa colheita, não tem preço, ele está desgraçado.

Então, nós queremos garantir um ciclo completo: que este cidadão tenha assistência técnica; que este cidadão, Egídio, e isso você sabe que é um compromisso, não programático, é um compromisso de consciência, de que nós precisamos dar um passo mais importante, que é ajudar a organizar as agroindústrias familiares ou as agroindústrias de cooperativas, para quê? Para que o produtor coloque valor agregado no seu produto. Nós não queremos apenas que o homem trabalhe. Se tiver uma agroindústria, a filha daquele trabalhador vai trabalhar, o filho daquele trabalhador vai trabalhar, os adolescentes vão ter o que fazer. E isso é tão importante quanto o crédito Pronaf que nós fizemos para as mulheres.

Vocês sabem que, agora, no Pronaf, o marido pode ir lá e fazer um crédito para ele. Pode pegar três mil reais emprestados. Se ele quiser plantar mandioca, vai plantar mandioca. A mulher, independentemente do empréstimo que o marido fez, pode ir ao banco e pegar um outro empréstimo para plantar



outra coisa. E se tiver filho, com 18 anos, ele também pode ir ao banco e pegar um outro empréstimo para que a gente possa dar, para que a gente possa garantir aquilo que eu aprendi com os trabalhadores do Movimento Sem-Terra: a multifuncionalidade da terra, ou seja, nós não queremos que persista mais a tese da agricultura da subsistência: o cidadão tem uma terra, mas não tem acesso ao crédito, não tem acesso à tecnologia, não tem acesso a nada, e este cidadão vai plantar apenas o feijãozinho, o milho para comer. Não, ele vai plantar para comer, mas ele tem que plantar mais para vender. Ele tem que fazer agroindústria para industrializar, tem que produzir doce, tem que criar peixe, ou seja, tem que fazer o que for possível. E é assim que a gente vai dar cidadania ao povo brasileiro, é assim que a gente vai garantir que as pessoas possam viver com dignidade. E esse programa Luz Para Todos é um exemplo.

Eu vou contar uma história para você, Zeca. Eu, no ano passado, preocupado com as crianças que não conseguem entrar na universidade – porque tem gente que consegue entrar numa federal, entrar numa pública, e vai embora; mas tem gente que até passa no vestibular, mas não consegue pagar 800 reais, 900 reais de mensalidade. Eu pedi ao ministro Tarso Genro que discutisse e me apresentasse uma proposta de bolsa de estudo. Então, o Tarso me trouxe uma proposta chamada ProUni – aqui neste estado, Zeca, eu vou te mandar o número de quantas pessoas estão inscritas.

O que é o ProUni? Nós fizemos um convênio com as universidades filantrópicas e com as universidades particulares. Então, nós estamos abrindo mão de uma parte dos impostos que elas pagavam para o governo, desde que aquilo que ela não pague seja dado em bolsa de estudo para os alunos, para o jovem das escolas públicas brasileiras. Ao mesmo tempo, Zeca, estamos dando a quota para os negros e para os índios, para garantir que esses setores da sociedade, que há muito tempo foram marginalizados, possam ter o direito de chegar a uma universidade.

Sabe qual foi o milagre Zeca? No primeiro ano, 112 mil bolsas de



estudos. A nossa previsão, se tudo correr como estamos pensando, é que nós vamos chegar no final do ano que vem, Zeca, com aproximadamente 400 mil bolsas de estudo, se tudo correr bem, se não der nenhum problema. Nós não estamos nivelando por baixo não, o que nós estamos garantindo é que um setor da sociedade, que não tem poder aquisitivo para pagar a universidade, e não consegue passar numa USP, por exemplo, ou numa federal, que essas pessoas tenham possibilidade. E outra coisa, Zeca – você, que é do Mato Grosso do Sul e conhece Dourados – nós estamos criando a Universidade de Dourados, nós estamos levando universidade federal para quatro cidades, estamos criando uma extensão das federais para 11 cidades e levar para o interior. A universidade não pode estar apenas na capital, é preciso que gente do interior tenha a possibilidade de acesso. E tudo isso, Zeca, nós estamos fazendo com a consciência de que é possível fazer muito mais. É possível fazer infinitamente mais.

Eu não peço mais paciência não, viu Egídio, paciência eu tenho que ter todo santo dia. Eu sou corinthiano. Então, cada vez que eu vejo o Corinthians na televisão, eu falo: eu tenho que ter paciência e não quebrar a televisão. Então, quando falo em paciência, é porque nós sabemos o que nós temos que fazer neste país, e sabemos que a gente tem que dar os passos do tamanho das pernas, sem que a gente estique demais a corda, mas a gente vá fazendo, de forma determinada, sem olhar para trás, olhando só para a frente, aquilo que a gente tem que fazer no Brasil. E eu estou convencido, Zeca, que da mesma forma que você está aqui neste governo, já há seis anos, eu estou convencido de que a história do estado de Mato Grosso do Sul pode ser dividida antes do Zeca e depois do Zeca, porque antes do Zeca, você tinha um governo como sempre teve o Brasil. Depois do Zeca, você teve alguém com sensibilidade social, você teve alguém com compromisso histórico com o povo, e você teve alguém que está colhendo hoje, aqui nesta festa, o que plantou há muitos anos. O que ele plantou há seis ou sete anos, porque senão não estaria



colhendo.

Eu estou convencido de que o Brasil não tem volta, eu estou convencido de que é irreversível o crescimento econômico do nosso país; estou convencido que é irreversível a geração de empregos em nosso país; estou convencido que é irreversível a melhoria da educação; estou convencido que é irreversível a melhoria da saúde; estou convencido, meu companheiro Egídio, que é irreversível a nossa reforma agrária, cada vez assentando mais e cada vez com mais qualidade, tornando os assentados agentes produtivos deste país, porque esse é o objetivo.

Nós sabemos, Prefeito, das necessidades da escola técnica, é preciso ter escola técnica neste país. E o ministro Tarso Genro tem uma preocupação porque nós estamos com uma defasagem muito grande. Nós estamos bem no ensino fundamental, estamos ficando mais ou menos na universidade, mas as escolas de ensino técnico foram esquecidas no Brasil. Nós, este ano, estamos colocando dinheiro, já colocamos 200 milhões e tem mais 470 milhões para ajudar a financiar o ensino médio neste país, sobretudo com cursos profissionalizantes.

Vamos inaugurar um programa, agora, chamado “Chão de Fábrica”, já têm 600 fábricas inscritas para que os alunos possam estudar uma profissão dentro da própria fábrica.

Este ano fizemos uma experiência rica com o Exército Brasileiro, colocamos 30 mil jovens a mais para servir o Serviço Militar e aprender lá dentro uma profissão de serralheiro, de pintor, de digitação, ou seja, nós estamos preocupados em garantir à juventude brasileira que ela não perca a esperança de viver num país justo, que dê a nossa juventude a perspectiva de um futuro melhor.

E eu vou terminar com uma frase que eu sempre disse nos encontros com os Sem-Terra. Sempre quando as pessoas diziam que os Sem-Terra eram radicais, que os Sem-Terra fazem passeata, que os Sem-Terra fazem protesto.



Primeiro, eu quero aproveitar aqui e dizer, Zeca, que eu nunca me incomodei com protesto. Eu acho que o protesto é a demonstração viva das entidades organizadas da sociedade, com razão ou sem razão as pessoas têm o direito de se manifestar, isso se chama democracia. E no meu governo a democracia será exercida na sua plenitude.

Segundo, dizem que o Movimento Sem-Terra atrapalha o Brasil. Eu quero dizer para vocês que eu fico orgulhoso de perceber o seguinte: quando eu vejo, aqui, homens e mulheres, e vejo essa quantidade de crianças que estão aqui, e de vez em quando digo: obrigado por vocês existirem, porque se vocês não tivessem despertando esperança nesse povo para lutar pela terra, certamente essas crianças estariam nas ruas das grandes cidades pedindo esmola; certamente essas crianças estariam sendo violentadas nas grandes periferias; certamente essas crianças, quem sabe, algumas presas na Febem, quem sabe essas crianças já tivessem morrido como tantas, no Rio de Janeiro.

Então, eu quero terminar dizendo para vocês, meus companheiros, certamente nós não conseguiremos fazer tudo com a pressa que vocês querem que a gente faça. Mas, certamente, nós faremos tudo aquilo que for possível fazer para ajudar o povo pobre deste país.

Muito obrigado e meus parabéns Zeca, meus parabéns Dilma.

Olha, uma coisa que era para a gente ter falado para vocês e não falamos. Esta mulher, esta nossa querida Dona Joaquina, tem 108 anos de idade. Esta Dona Joaquina tem 108 anos de idade e é a primeira vez na vida que ela vai ter um bico de luz na sua casa. Ou seja, quase um século e uma década para receber o primeiro bico de luz. Significa que a esperança que ela acalentou a vida inteira, ela conseguiu aos 108 anos de idade.

Eu espero que os seus netos, seus bisnetos, tenham muito mais felicidade do que ela, recebendo esses benefícios ainda muito jovens.

Dona Joaquina, querida, meus parabéns, que Deus abençoe a senhora e que viva mais 108 anos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de entrega do Prêmio Nacional da Gestão Pública**

**Palácio do Planalto, 23 de fevereiro de 2005**

Meu caro Nelson Machado, ministro de Estado do Planejamento,  
Orçamento e Gestão,

Meu caro Ivan Wedekin, ministro de Estado interino da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho,

Meu querido companheiro Toninho Marmo Trevisan, presidente do  
Conselho do Prêmio Nacional de Gestão Pública,

Meu caro almirante Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da  
Marinha,

Meu caro general Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do  
Exército,

Senador Valdir Raupp,

Senador Mário Calixto,

Deputada Sandra Rosado,

Deputado Hamilton Casara,

Deputado Miguel de Souza,

Deputado Mauro Passos,

Meu caro ministro do Tribunal de Contas da União, Adylson Motta,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Agraciados com o Prêmio Nacional da Gestão Pública,



Em primeiro lugar, eu queria lembrar que antes de existir Estado já existia sociedade humana. E talvez um dia o Estado até possa refluir novamente, mas isso não acontecerá pela renúncia precoce às suas tarefas históricas e, sim, como resultado da força aglutinadora da solidariedade num futuro verdadeiramente próspero, justo e compartilhado.

Estou convencido de que o aparelho público mais adequado ao atual ciclo de desenvolvimento brasileiro não se confunde com o projeto estatista do passado nem tampouco com a versão de Estado mínimo, tão propalado num passado recente.

Essa concepção de Estado mínimo, que prevaleceu nesse passado recente, menospreza valores da convivência republicana, dissolve direitos da cidadania e alimenta o privilégio, a exclusão e o impasse.

A verdade, minhas amigas e meus amigos, é que a grande tarefa do Estado brasileiro hoje é erguer pontes. E não apenas aquelas de concreto e aço, mas também as que demandam fortes compromissos compartilhados, indispensáveis à sustentação do atual ciclo de crescimento que estamos trilhando.

O sucateamento do patrimônio público que foi feito no nosso país não se restringiu à infra-estrutura física, cujos gargalos nós estamos enfrentando simultaneamente com investimentos, parcerias, reformas e marcos regulatórios apropriados.

Na realidade, a imprevidência política que acionou o estrondoso apagão de 2001 teve uma contrapartida oculta e silenciosa que solapou a máquina pública e corroeu o Estado brasileiro ao longo de muitos anos.

Durante quase toda a década de 90, o serviço público federal praticamente não repôs as vagas abertas com a aposentadoria de milhares de funcionários. A terceirização espalhou-se em todas as esferas de governo. O encolhimento funcional, somado à desvalorização das carreiras e à desqualificação das funções, repercutiu negativamente na qualidade da gestão



e dos serviços, dentro e fora do aparelho público.

Meus amigos e minhas amigas,

As políticas e ações que o nosso governo tem implementado, bem como a qualidade e a abrangência que almejamos para os serviços públicos – razão de ser deste evento e deste Prêmio Nacional da Gestão Pública – refletem algo que quero salientar.

O nosso objetivo é dotar o crescimento brasileiro de um projeto social que o conduza e transforme a cidadania num direito de todos.

Trata-se, portanto, de reconstruir o que foi abandonado; modernizar o que foi negligenciado e, sobretudo, preparar as estruturas do Estado para consolidar de uma vez por todas as bases de um serviço público ágil, prestativo, e digno. Um serviço público que entregue ao povo brasileiro aquilo a que ele tem direito, mas historicamente teve pouco acesso.

Na cerimônia desta premiação, no ano passado, sinalizamos alguns princípios e definimos linhas de ação. Hoje temos resultados a apresentar. E eles comprovam a firme disposição deste governo de modernizar a gestão pública neste país.

Nos últimos dois anos intensificamos a realização de concursos públicos, em especial nas áreas mais afetadas do Estado brasileiro nos anos 90. Reabrimos e criamos mais de 37 mil vagas nos setores de educação, segurança pública, saúde, previdência e outros. Mais da metade desses cargos, cerca de 18.600 vagas, vieram substituir ocupações temporárias, terceirizadas ou vinculadas a organismos externos, que exerciam funções de responsabilidade do serviço público nacional.

Temos agora, portanto, um corpo de servidores mais responsável e mais respeitado que pode, por isso mesmo, ser cobrado pelos seus atos e avaliado pela qualidade do serviço que presta à população. Mais de 1.200 gerentes de 15 órgãos federais estão participando de um mutirão permanente que visa acelerar a recuperação de muitas funções do Estado e gerenciar melhor os



interesses públicos do nosso país.

Nos últimos dois anos, a Escola Nacional de Administração Pública ministrou cursos a mais de 23 mil servidores, com conteúdos preparados especialmente para preencher lacunas e deficiências de cada área.

Avançamos também nas negociações trabalhistas. Era imperioso reverter uma campanha sistemática, anti-republicana e anti-nacional, de menosprezo pelo servidor, que desaguava em impasses e conflitos permanentes.

Hoje temos uma Mesa Setorial de Negociação Permanente. Ela consolidou um modelo democrático de relações de trabalho no aparelho público, que tem produzido muitos resultados concretos. Mais de um milhão, cento e dezesseis mil servidores estão tendo seus cargos e carreiras reestruturados nesse processo.

A qualificação dos serviços vem reforçar um cuidado permanente com a diminuição dos custos e a redução da burocracia no país. As compras eletrônicas, por exemplo, emprestam maior transparência e economia às aquisições do governo federal e já predominam nos processos de concorrência pública.

Minhas senhoras e meus senhores,

O resultado animador das medidas já tomadas nos encorajam a avançar um novo degrau nesse processo. A partir de hoje, vamos iniciar uma nova etapa de modernização da gestão pública nacional.

Esse é o sentido do Decreto que acabei de assinar nesta cerimônia. Ele cria um Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização, que unifica ações, elimina a sobreposição de medidas e funções, cria uma rede nacional de informações, e viabiliza a gestão colegiada. Tudo isso possibilitando a participação efetiva de órgãos e entidades engajados na busca de maior eficiência e desburocratização no setor público.

Pessoalmente, estarei empenhado de forma direta nesta travessia do



velho para o novo Estado brasileiro. Quero ser informado periodicamente da situação gerencial de cada esfera de governo e do seu andamento no Programa da Gestão Pública e Desburocratização.

Decisões públicas, uma vez tomadas, têm que ser implementadas, e de forma rápida e efetiva. Essa agilidade é uma parte importante da grande transformação republicana que a agenda brasileira nos apresenta no século XXI.

Trata-se de adequar o aparelho público para que direitos e deveres encontrem abrigo numa instituição de portas abertas e compromissos transparentes.

Somente assim, as camadas mais humildes da população terão acesso de fato à cidadania e à dignidade social, como deve acontecer num país de todos e numa República de iguais.

Eu quero, meu querido companheiro Nelson, meu querido companheiro Trevisan, minha querida companheira dona Marisa, meus amigos e amigas presentes aqui neste ato, dizer para vocês que nós não temos o direito de apontar para a sociedade, mais uma vez, com um decreto que fala em melhorar a gestão e a desburocratização, sem que a gente leve em conta que isso já foi feito algumas dezenas de vezes na história do nosso país. E o resultado é que, na maioria das vezes, não alcançamos o intento perseguido por todos nós. Primeiro, porque trabalhamos com seres humanos, não trabalhamos apenas com máquinas. Se não tivesse os seres humanos na máquina pública seria fácil colocar um programa num computador e estaria tudo resolvido. Mas nós trabalhamos com seres humanos que lidam com outros seres humanos que compõem a sociedade brasileira.

Por isso é importante que eu, como Presidente da República, e os ministros, como ministros, e os servidores, como servidores, não percamos nunca a noção de que a exigência que nós fazemos para responsabilizar a qualidade do exercício da função está intimamente ligada à relação que o



Estado estabelecer com os servidores públicos e à relação que o Estado estabelecer com a sociedade.

Mais ainda: função importante no governo tem que ter salário condizente com a função que nós determinarmos como importante, porque se não for assim, a máquina pública, com exceção de alguns órgãos do nosso país, perderá tantos quantos forem formados para a iniciativa privada que, possivelmente, tanto critica a máquina pública, a fim de pegar os bons servidores que nós formamos durante muitos anos neste país.

Eu estou cansado de ler, de ver e de ouvir críticas a salários de servidores públicos e, ao mesmo tempo, estou cansado de ver servidores de indústrias privadas, não mais qualificados do que aqueles que estão sendo criticados, ganhar três ou quatro vezes mais do que aquele que está na máquina pública.

E se nós quisermos acreditar que o Brasil pode ter, num futuro bem próximo, uma máquina pública profissional, uma máquina pública capaz de ser ágil, uma máquina pública competente, que faça as coisas fluírem com a facilidade que todos nós queremos, é necessário que a gente tenha uma relação de respeito com o servidor, que não se candidatou para ser servidor, prestou um concurso e não deve ter uma vida passageira, mas deve ter uma vida inteira a serviço do Estado brasileiro e não a serviço de um presidente, de um governador ou de um ministro. Essa é a diferença fundamental de uma máquina pública que funciona para uma máquina pública em que os servidores são transformados em cabos eleitorais dos partidos que ganham as eleições. Essa relação de respeito, essa relação de reconhecimento do valor do exercício da função dos setores mais importantes do Estado brasileiro é que irá permitir que a gente tenha uma máquina pública que funcione, que seja invejável e, mais ainda, que signifique parâmetro para qualquer outra atividade econômica no nosso país.

O Estado não pode ser mínimo, o Estado não tem que ser apenas



socialmente justo, o Estado tem que ser aquilo que a sociedade precisa que ele seja e, ao mesmo tempo, tem que estar a serviço de todos os brasileiros e brasileiras, e não apenas a serviço daqueles que conseguem chegar perto do Estado.

Esse prêmio é um alento. Ele foi criado em 92, se não me falha a memória. Agora, para que um prêmio desse sirva de mais alento e mais motivação para que as pessoas possam participar de forma mais ativa, é preciso, meu querido Nelson, meu querido Trevisan, que a gente incentive mais as pessoas a se inscreverem, que a gente divulgue mais as boas gestões que aqui foram premiadas, porque se terminar este ato, aqui, cada um de vocês voltar para a sua repartição, colocar essa medalha numa mesinha, para todo mundo que for visitar vocês ficar sabendo que vocês ganharam, sinceramente não estaremos estimulando aqueles que não vieram aqui, aqueles que não vieram pela imprensa e aqueles que ainda não sabem que nós temos o Prêmio.

Nós precisamos incentivá-lo, porque muito mais do que o prêmio que vocês receberam aqui é o reconhecimento de que neste país tem gente levando o serviço público e o atendimento à sociedade com muita responsabilidade.

Meus parabéns a vocês. Deus queira que apareçam outros milhares de brasileiros e brasileiras com a mesma vocação, com a mesma determinação e quem sabe, então, a gente conquiste a perfeição do serviço público prestado ao povo brasileiro.

Sorte para todos.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em homenagem aos Príncipes de Astúrias**

**Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2005**

Suas Altezas Reais,

Meu caro Renan Calheiros, presidente do Senado,

Meu caro Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu caro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meus amigos,

Minhas amigas,

A visita de Vossas Altezas é mais um gesto de apreço e amizade da Casa Real de Espanha para com o Brasil.

Renova-se o compromisso espanhol de dar mais conteúdo e visibilidade à parceria estratégica entre nossos dois países.

O presidente Zapatero e eu celebramos esta parceria no encontro que mantivemos em janeiro último, aqui em Brasília. A força de nossas relações se expressa numa crescente presença de nossos países no mundo.

Espanha e Brasil buscam juntos, soluções democráticas e duradouras aos desafios de um mundo marcado pela insegurança e por ameaças, como a do terrorismo.

Golpeada cruelmente pelo terror insano, a Espanha tem dado exemplo de como se pode combater esse flagelo no marco do fortalecimento do Estado democrático de direito e no respeito aos direitos humanos. Tem, por isso, mais do que nossa solidariedade. Merece nossa admiração.

Altezas,

O momento internacional que vivemos é marcado por desequilíbrios econômicos e fortes injustiças sociais. Brasil e Espanha estão hoje irmanados



na busca de um mundo mais justo e próspero. Nossa parceria fortalece-se com a decisão do governo espanhol de se associar à iniciativa internacional de combate à fome e à pobreza. Juntos queremos e vamos encontrar novos recursos para atender à causa do desenvolvimento econômico e social das nações pobres. Nossas relações bilaterais avançam.

O Grupo de Trabalho Brasil-Espanha formulou estratégias exitosas de promoção de comércio e investimentos. Espanha é hoje um dos principais parceiros econômicos do Brasil.

Altezas,

A economia brasileira vive um bom momento. Entramos em um novo ciclo de crescimento sustentado. Expande-se o comércio exterior. Diminui sensivelmente nossa vulnerabilidade externa. E, o mais importante, há forte expansão do emprego e crescimento da massa salarial.

Temos diante de nós uma oportunidade única para aprofundar ainda mais a parceria com a Espanha. Este é o ano internacional do microcrédito. Ocasão para dar vida às conclusões do seminário patrocinado por Sua Majestade, a Rainha Sofia, em 2003, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Temos de explorar alternativas para fazer do microcrédito um instrumento de estímulo à prosperidade dos pequenos e médios empreendedores brasileiros. Temos de estimular a presença dessas pequenas e médias empresas em nossos dois países.

O Foro de Investimentos e Cooperação Empresarial Hispano-Brasileiro, que se inicia amanhã em São Paulo, é oportunidade valiosa para concretizar projetos. Os empresários devem voltar sua atenção para iniciativas de integração, sobretudo da infra-estrutura, dos países sul-americanos. Queremos um continente mais unido por suas comunicações, redes energéticas e transportes.

Altezas,

Em nossos embates pela democracia na América do Sul, aprendemos



muito com a experiência da política espanhola. Acompanha-nos até hoje a imagem da Casa Real como guardiã da democracia espanhola durante os anos difíceis de Vossa transição. Foram momentos em que se pôde medir o valor da coragem e do patriotismo para construir o futuro de um país.

São situações como estas que habilitam países a desempenhar um papel importante no mundo, sobretudo em nossa América, onde a Espanha goza de merecido respeito e admiração.

É com este espírito de visões comuns, de aproximação econômica e de amizade e confiança mútua entre nossos povos, que proponho a todos um brinde à saúde e à felicidade pessoal de Dona Letizia Ortiz e de Dom Felipe de Borbón, e ao continuado aprofundamento das relações entre o Brasil e a Espanha.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início das obras do novo terminal do Aeroporto Internacional de Vitória**

**Vitória-ES, 24 de fevereiro de 2005**

Meu querido companheiro governador do estado do Espírito Santo, Paulo Hartung,

Meu caro amigo Lelo Coimbra, vice-governador do estado do Espírito Santo,

Meu caro e querido companheiro – você quer que eu fale “cosér, côser ou cóser”? – qualquer um dos três foi entendido pelo povo. E, quando o João Carlos ganhou as eleições... esta aqui é uma cidade que, independentemente da história dos partidos políticos a que pertenceram os últimos prefeitos desta cidade, esta cidade foi bem administrada durante os últimos 15 anos ou um pouco mais. Não vou dizer aqui do Vítor Buaziz, que foi o primeiro de uma série nova, o companheiro Paulo Hartung, o Luiz Paulo e, agora, o João Carlos Coser vai administrar uma cidade que é bonita por natureza, uma cidade onde as pessoas que aqui vêm se sentem bem. Eu dizia para o nosso querido João Carlos: “olhe, João, só não pode perder a tranquilidade. Logo, logo, vai ter greve contra você. Essas coisas são da vida. Vai ter companheiro que vai achar que você pode dar todo o aumento que ele gostaria de receber, e você vai ter que dizer que não dá para dar”. E essas coisas a gente tem que fazer com muita honestidade. Eu digo sempre que a gente tem que tratar essa relação como trata a família da gente. Eu tenho coragem de dizer para um filho meu: “Eu não posso fazer tal coisa para você, que é a pessoa que eu mais gosto no mundo”. Portanto, eu tenho que ter coragem de dizer para um



servidor que eu não posso fazer tal coisa, porque a prefeitura não tem dinheiro para fazer aquilo, o dinheiro não é só para atender tal reivindicação. E, assim, para outros setores.

E essa, João, é uma experiência de vida fantástica, rica, e você vai perceber que quando você estiver no meio do teu mandato, você, que sempre foi um cara tranqüilo, estará muito mais maduro, muito mais sabido, muito mais competente e muito mais entendedor das causas nobres que motivam alguém a governar o município. E você, diferentemente de outros companheiros prefeitos de cidades menores, ou até maiores, tem o privilégio de governar uma cidade que tem um padrão de experiência que tem sido de sucesso nesses últimos anos. Eu espero que você consiga fazer mais e melhor do que os companheiros que você está sucedendo, porque o povo de Vitória precisa disso.

Quero cumprimentar o nosso querido senador Gerson Camata,

Quero cumprimentar o senador Francisco Pereira,

Quero cumprimentar a deputada Rose de Freitas, a deputada Iriny Lopes, o deputado Feu Rosa, o deputado Jair de Oliveira, o deputado Manato, o deputado Marcelino Fraga, o deputado Neucimar Fraga – tem uma família toda, aqui –, o deputado Renato Casagrande,

O meu querido companheiro Carlos Wilson, ex-governador de Pernambuco, ex-senador e, agora, presidente da Infraero,

Quero cumprimentar o senhor César Colnago, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo,

Quero cumprimentar os prefeitos do interior que estão aqui,

Quero cumprimentar os vereadores, secretários de Estado do município e do estado,

Quero cumprimentar os empresários que estão aqui,

Quero cumprimentar a nossa sempre deputada Rita Camata,

Quero cumprimentar, aqui, os jornalistas,



Quero cumprimentar os homens e as mulheres deste estado que eu aprendi a conhecer quando as pessoas me diziam: “Moqueca é a capixaba, o resto é peixada”.

Eu quero dizer para vocês que me sinto prejudicado outra vez, porque os números do aeroporto que eu tinha para dizer no meu discurso, ele já disse. Então, eu quero dizer para vocês que o que este companheiro, o Carlos Wilson, está fazendo à frente da Infraero, nos aeroportos brasileiros, seja, possivelmente, algo que não tenha sido feito nesses últimos 10 ou 15 anos. Se não tem um aeroporto numa grande cidade, neste país, nós não queremos saber de que partido é o governador, nós não queremos saber de que partido é o prefeito, nós queremos saber se a cidade precisa de um novo aeroporto, porque um aeroporto é a primeira impressão que um visitante tem da cidade que ele visita. Da mesma forma que um filho fica com a primeira impressão que vê da mãe, um visitante tem a primeira impressão da cidade do aeroporto. E vamos ser francos, já faz muito tempo que o estado do Espírito Santo e a cidade de Vitória merecem um aeroporto com a pujança e com a grandeza desta cidade e deste povo.

Eu poderia dizer porque não foi feito este aeroporto antes. Não foi feito este aeroporto e não foram feitas muitas outras coisas no Brasil. E eu acho que nós precisamos ter em conta uma coisa: em apenas dois anos nós já investimos neste Estado mais do que os últimos 20 anos, que tiveram três presidentes da República.

E, obviamente, fica muito mais fácil fazer um investimento quando a gente sabe que o estado tem um governador do caráter, do comportamento ético de um Paulo Hartung. Não é todo dia que o ser humano produz uma pessoa tão qualificada, não apenas do ponto de vista profissional, mas do ponto de vista ético, do ponto de vista da relação humana, do ponto de vista da defesa dos interesses da sua gente. Nunca vi este homem levantar a voz,



nunca vi este homem cobrar alguma coisa como se estivesse cobrando. São duas pessoas que eu conheço assim: ele e o Palocci. Não levantam a voz; pedem sem pedir, negam sem negar, e a gente ainda fica feliz mesmo na negativa. Então, obviamente que é mais fácil trabalhar com uma pessoa que tem um comportamento digno como nosso querido Paulo Hartung.

Mas eu quero aproveitar este pouco tempo que tenho, aqui, para dizer para vocês que eu sou um homem que tem razões de sobra para levantar todo santo dia feliz, alegre e otimista. Primeiro, porque eu acredito nas coisas que faço e acredito que o Brasil não pode prescindir de acreditar nessa oportunidade quase que divina que nós estamos tendo neste momento. Eu queria chamar a atenção, companheiro Paulo Hartung, para uma coisa da nossa geopolítica no continente. Há dois anos muita gente neste país tinha muitas dúvidas: o que vai acontecer com o Brasil se esse tal de Lula ganhar as eleições? Uns inventaram que nós íamos quebrar o Brasil e o Brasil ia ficar isolado do mundo porque o mundo não combinava bem com um Presidente da República que não falava inglês e que, portanto, era um problema para o Brasil.

O que aconteceu, em dois anos? Em dois anos, o que aconteceu é que em nenhum momento da nossa história o Brasil gozou do prestígio internacional que nós temos hoje. Em nenhum momento. Em nenhum momento da nossa história nós estivemos tão integrados como estamos com a América do Sul. A integração na América do Sul era uma peça de retórica para discurso, sobretudo em língua espanhola. Era uma peça maravilhosa de retórica.

E quando nós tomamos posse, Paulo Hartung, nós resolvemos transformar essa integração num fato real. E, por isso, eu visitei todos os países da América do Sul. Por isso eu recebi, aqui, a visita de todos os presidentes da América do Sul, alguns mais de uma vez, para quebrar a desconfiança, para estabelecer uma relação companheira, para tentar mostrar



que não havia saída, individualmente, para algum país e, se houvesse, seria para o Brasil e não para os países menores.

No final do ano passado, nós fomos a Cuzco e assinamos o primeiro documento da criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, o que era praticamente impossível imaginar há dois anos atrás. O Mercosul se recuperou, e a nossa relação comercial com a América do Sul cresceu 80% nesses últimos dois anos.

E por que isso está acontecendo? Porque o mundo, tal como está distribuído economicamente e comercialmente, hoje, oferece menos oportunidades nas relações entre os países emergentes e os países ricos. Os Estados Unidos, porque estão envolvidos com as suas guerras, têm pouco tempo para se preocupar com os países pobres. A União Européia, porque sai de 10 países para 25 países e, portanto, não se preocupa tanto com a América Latina, se preocupa em dar as condições para os novos membros da União Européia se desenvolverem, para que haja um equilíbrio no continente. Até porque eles fizeram isso com a Espanha e com Portugal e deu certo; fizeram com a Alemanha Oriental e deu certo, e eles não querem ficar cercados de vizinhos pertencentes à mesma comunidade e pobres.

Bem, se os americanos estão mais preocupados com as guerras, se a Europa está mais preocupada com os seus próprios parceiros, nós tínhamos que procurar outros parceiros. E eu aprendi uma coisa, na vida sindical. Eu, quando comecei a minha vida sindical, queria fazer os trabalhadores compreenderem a necessidade da unidade, e nós fizemos uma revista, que era uma história em quadrinhos, em que a gente contava aquela história do “feixe de vara”: se um cidadão pega um gravetinho sozinho, ele quebra; mas se ele pegar um monte de gravetinhos juntos, ele não vai conseguir quebrar.

Foi dessa idéia que nós começamos a pensar na necessidade de unificar os países com certas similaridades, com a mesma igualdade econômica, com o mesmo conhecimento científico e tecnológico. E



começamos, então, a nos aproximar mais da África do Sul, mais da Índia, mais da China, mais da Rússia, e tentar criar um pólo que pudesse evitar que nós fôssemos a fatia de mortadela no meio das duas grandes economias do mundo. Era preciso criar um pólo e nós criamos o G-20, em Cancún.

Vocês estão lembrados que parte da imprensa brasileira, sobretudo os editoriais, fizeram críticas profundas, dizendo que nós tínhamos jogado fora uma oportunidade e que em Cancún o Brasil tinha saído enfraquecido, porque tinha brigado com os Estados Unidos e com a União Européia. O que aconteceu? O G-20 não apenas se fortaleceu, como o G-20, hoje, é uma referência nas negociações da Organização Mundial do Comércio. E por quê? Porque nós temos países que não são pouca coisa, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista populacional, porque, afinal de contas, Brasil, Índia, China, Rússia, África do Sul, significam quase metade da população do Planeta e significa uma saudável economia num momento excepcional de crescimento, neste instante histórico, e passamos a ser levados em conta.

E quando diziam que nós não deveríamos brigar na Organização Mundial do Comércio, nós acabamos de ter três vitórias na Organização Mundial do Comércio. Ganhamos a briga do açúcar contra a União Européia, que diziam que era impossível. Ganhamos a briga contra o algodão nos Estados Unidos e, agora, acabamos de ganhar a terceira briga na OMC, que foi contra o frango salgado, que a União Européia não considerava carne. E, agora, estamos numa briga para fazer um acordo entre a União Européia e o Mercosul para que a gente possa diminuir os subsídios agrícolas dos países ricos para favorecer os países mais pobres. Ora, nós não vamos conseguir isso com facilidade, mas se a gente não tiver uma postura soberana, se a gente não tiver uma auto-determinação e se a gente não colocar na cabeça que respeito é bom, a gente dá e a gente gosta de receber, eles vão sempre tratar a gente como um país secundário, como um país sem importância, como um país que



não é levado a sério.

E eu acho que nós estamos vivendo este momento, que eu diria extraordinário, na nossa política internacional. E é importante ter claro que ali ninguém passa a bola para ninguém. Ali ou a gente disputa, bota uma boa caneleira e vai à luta ou a gente perde. E nós achamos que da mesma forma que o século XIX e a metade do século XX foram da União Européia, que também o século XX foi dos Estados Unidos, o século XXI tem que ser do Brasil e da América do Sul e nós não podemos abrir mão dessa perspectiva.

E quando eu estou participando da inauguração do começo de uma obra, de um aeroporto significativo, de uma cidade como esta, eu tenho que estar otimista. Eu tenho que estar otimista porque parecia impossível a concretização desta obra, aliás, parecia impossível o começo desta obra, porque tem muitos problemas, que eu pensei que meus companheiros iam falar. Mas, de repente, inventaram que este aeroporto tinha que ser em Guarapari e não aqui, em Vitória. De repente uma pessoa qualquer faz uma denúncia no Ministério Público e esta obra é embargada durante nove meses, um ano, como o aeroporto de Brasília foi embargado sete anos. As pessoas precisam ter em conta os prejuízos que este país tem com cada obra que fica paralisada seis, sete, oito, nove, dez anos. Se nós precisamos enfrentar os gargalos deste país, meu querido Paulo Hartung, o problema é que tem muito gargalo.

Eu fico me perguntando, de vez em quando, o que fizeram alguns governantes que não fizeram funcionar corretamente os 11 principais portos do nosso país. Quando tomei posse, descobrimos que todos eles precisavam de reforma e vamos fazer, meu querido. Vamos fazer dragagem. Fizemos mudança na legislação tributária para permitir que os empresários possam comprar equipamentos sem pagar impostos.

E eu disse ao Paulo Hartung, na frente do meu Ministro dos Transportes, na mesa do meu ministro José Dirceu: nós já estamos com dois anos de



governo, se tiver algum porto, nosso, que tenha um dirigente que seja incompetente, ele pode ser do partido que for, ele tem que sair e dar lugar a alguém que vai trabalhar para que esse porto funcione corretamente, porque o Brasil precisa de portos, aeroportos, de ferrovias, de hidrovias, se a gente quiser, definitivamente, não jogar fora essa oportunidade.

Foi por isso, meus senadores, que nós prezamos tanto a aprovação das PPPs, porque na medida em que o Estado brasileiro está enfraquecido, do ponto de vista dos seus investimentos, é preciso que se estabeleça uma relação entre governo e iniciativa privada e que a gente possa construir as obras que precisam ser construídas no Brasil.

Para os empresários estrangeiros investirem num país, eles precisam de três coisas básicas: primeiro, garantia de que os contratos e as regras são sólidos e serão cumpridos; segundo, se esse país tem infra-estrutura; terceiro, se esse país tem mão-de-obra qualificada e, quarto, se esse país tem mercado para consumir os produtos fabricados. Ninguém investe aqui pelos olhos do Presidente, pela barba do Presidente, pela cara do Governador. As pessoas investem pela solidez das estruturas, das instituições da sociedade brasileira, pela seriedade dos contratos e pela qualificação que a gente pode oferecer para eles.

E é isso que nós estamos fazendo quando oferecemos um aeroporto importante, porque esse é um cartão de visitas para alguém que quiser investir aqui, no estado. Não é mostrar apenas pobreza, mostrar favela, mostrar a criança de rua. Isso não incentiva ninguém a fazer investimento, a não ser nós, políticos, que fazemos o investimento de acreditar que nós vamos mudar isso. Os investidores não querem pensar assim.

Então, nós temos que oferecer as coisas que levam os investidores a investirem. E o aeroporto é o primeiro portal de visita, que pode garantir às pessoas saírem daqui e dizerem: “Este estado não tem volta. Este estado vai, definitivamente, ocupar um lugar de destaque no Brasil, não apenas pelas suas



belezas naturais, mas pela capacidade que ele oferece a todos aqueles que aqui querem investir, gerar empregos e distribuir renda”.

Eu quero terminar isso aqui, meu companheiro Paulo Hartung, dizendo para você que nós tivemos sorte, você e eu, de pegar o Carlos Wilson sem mandato e colocá-lo na Infraero. Tivemos sorte, porque se ele fosse senador possivelmente ele diria: “Não, não vou largar o Senado, aqui é melhor”, ou, quem sabe, estivesse em um Ministério que fosse menos importante do que a Infraero, porque a Infraero é uma empresa que tem alguns bilhões para investimento que alguns Ministérios não têm.

Obviamente que de vez em quando o Carlos Wilson vai lá se queixar que estão cortando o dinheiro dele daqui e de lá. Mas, também, se o Palocci olhar direito, ele gasta demais. Então, tem que ter o equilíbrio entre aquele que quer gastar e aquele que quer manter o equilíbrio das contas, até porque o equilíbrio das contas é que demonstra a seriedade de um governo. É da mesma forma que a gente demonstra o equilíbrio da conta da gente. Se, numa família comum, o marido trabalhar e, depois, gastar mais do que ele ganha, ele sabe que um dia vai quebrar. Quando ele é responsável, ele só gasta aquilo que pode, e é o que nós estamos fazendo.

E por que eu comecei dizendo que sou otimista? É porque eu acho que Deus foi muito generoso comigo. Deus está sendo muito generoso, porque um cidadão que sai de Pernambuco com cinco anos de idade e que não morre de fome até completar cinco anos naquela terra, sobrevive e chega a Presidente da República, Deus não só foi generoso como me benzeu umas quinhentas vezes para eu chegar onde eu cheguei.

Segundo, pegar um país num momento excepcional, em que nós construímos a auto-estima, vocês empresários, vocês militantes do movimento social, vocês dirigentes sindicais, vocês deputados, vereadores, prefeitos, vocês, homens e mulheres, sabem que ninguém consegue fazer nada se a energia negativa for maior do que a energia positiva. Ninguém.



Se você levantar de manhã mal-humorado, desacreditado nas suas possibilidades, esperando encontrar alguém na rua que vai bater no seu ombro e vai resolver o seu problema, não se meta então a governar, não se meta a assumir responsabilidades, porque o nosso papel é o de acreditar que é possível fazer as coisas; o nosso papel é o de acreditar que é possível convencer as pessoas a fazerem as coisas. Quem é, no meio de vocês aqui, que acreditava que a Febraban, a grande poderosa Federação dos Bancos Brasileiros, fosse fazer parceria para construir cisternas no Nordeste brasileiro? Quem é que acreditava? E foram. Já fizeram 10 mil e vão fazer 20 mil. E amanhã vão fazer mais 30, depois mais 40, porque o nosso papel de governo é de ser o indutor, é de convencer, é de passar para as pessoas a idéia de que é possível. Se um presidente senta na sua cadeira e fica dizendo: “ah, não dá? O FMI me mata? A dívida interna me mata? O superávit me mata?” Ora, se ele sabe disso, nem concorra às eleições. Nós temos consciência das dificuldades, mas temos consciência das possibilidades. E o que está acontecendo, aqui, hoje, é uma coisa inusitada, porque é a demonstração de que vale a pena acreditar.

E vou lembrar que eu vim a primeira vez em 2003 para a gente lançar o pacto de segurança pública. E hoje a gente pode, aqui, olhar na cara de vocês e falar: o grande bandido, Vereza, foi condenado a 15 anos de cadeia, no primeiro processo. Sabe por quê? Porque nós acreditamos. E muita gente que está aqui lutou para isso, muita gente. A Irene sabe. Você sabe, João Carlos, muita gente acreditou.

E a economia não tem diferença. Olhe, logo, logo, vocês vão me ver na televisão, num ato com alguns companheiros, comemorando quando a gente chegar a 100 bilhões de dólares de exportação. E vamos chegar. Tem pessoas que reclamam: “ah, mas o dólar está baixo”. Mas o cara que deve lá fora quer que o dólar baixe; o cara que compra quer que o dólar baixe; quem vende, quer que o dólar suba. O governo não pode ficar como peteca. O governo tem que



permitir apenas que a solidez da macroeconomia permita que o próprio mercado trate de estabilizar o valor do dólar. Não é o governo que vai ser meter a tabelar moeda neste país, até porque essas coisas já foram feitas e os resultados foram um desastre para este país, em pouco tempo.

Eu me lembro de um tempo em que nós levantamos um dia, o real valia mais que um dólar. Quem não lembra desse tempo? E parecia que tudo era maravilhoso. E por conta dessa política irresponsável, de super valorização do real, um belo dia, milhares de brasileiros foram devendo um e acordaram devendo quatro. Os empresários sabem disso. Muitas vezes os empresários não reclamam porque têm muita relação com o governo, então não querem reclamar. Mas muita gente sabe que quase quebrou por causa dessa irresponsabilidade de uma política cambial que não era a realidade brasileira. Então, nós não vamos fazer isso.

Podem ficar certos que eu demorei muito para chegar à Presidência. Perdi três eleições, e eu cheguei. E nós não vamos permitir que, por atitudes impensadas e irresponsáveis, a gente jogue a esperança deste povo no limbo para começar tudo outra vez e, quem sabe, nem começar jamais.

Nós vamos fazer as coisas como têm que ser feitas, do jeito que precisam ser feitas, com a responsabilidade que nós precisamos fazer.

Eu aprendi com um companheiro meu que diz o seguinte: “oh, Lula, o homem tem que ser do tamanho do seu sonho. Se você sonha pequeno, você faz coisas pequenas; se você sonha grande, você faz coisa grande”. Eu sou pequeno, mas sonho grande e espero concretizar os sonhos que não são meus, são do povo brasileiro.

Muito obrigado, gente. Boa sorte e vamos, se Deus quiser, voltar aqui para inaugurar este aeroporto.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita  
às obras da Estação Fazenda Alegre**

**Jaguaré-ES, 24 de fevereiro de 2005**

Meu querido companheiro Paulo Hartung, governador do estado do Espírito Santo,

Minha querida companheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia,

Meu caro Dom Aldo Gerna, bispo de São Mateus,

Meu caro senador Gerson Camata,

Meu caro senador Francisco Pereira,

Meu querido companheiro Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,

Deputados federais Iriny Lopes, Rose de Freitas,

Deputados federais Feu Rosa, Jair de oliveira, Manato, Marcelino Fraga, Neucimar Fraga e Renato Casagrande,

Meu querido companheiro João Coser, prefeito de Vitória,

Meu caro Rogério Feitani, prefeito de Jaguaré em exercício, eu espero que seja um exercício longo,

Meus caros prefeitos da região,

Meu querido Carlos Vereza,

Meus queridos funcionários da Petrobras,

Diretores da Petrobras,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu estava comentando com a Dilma, porque eu estou com um problema que é o seguinte: toda vez que eu converso com os ministros e com a



Petrobras para pegar informações para preparar o meu discurso, eu termino tendo um problema, porque como eu sou o último orador, os números que eu coloco no meu discurso, eles citam antes de mim e eu fico a *priori* prejudicado no meu discurso.

Eu não sei se vocês perceberam também, aqui, um fato inusitado. A Dilma e o José Eduardo Dutra, fazendo uma “puxação” muito grande para o Espírito Santo. Não é porque a mãe do José Eduardo Dutra mora aqui, é que eles são mineiros e os mineiros são meio freqüentadores das praias capixabas. A Dilma, quando veio à praia, ela não queria a praia, ela queria a areia. Por isso que ela foi a Guarapari na sua primeira visita.

Mas, meus companheiros, minhas companheiras, o que nós estamos vendo com essa visita que estamos fazendo ao estado do Espírito Santo, é mais do que uma obra que gera empregos, é mais do que uma obra que desenvolve o estado, é mais do que uma obra que garanta a auto-suficiência do nosso país na produção de petróleo. O que nós estamos vendo é o potencial extraordinário de um povo, o potencial extraordinário de um país que já podia, alguns anos antes, ter chegado a uma posição de destaque maior do que estamos vivendo hoje, se as pessoas que governam o país acreditassem nele.

Não é possível, um governante, seja ele de uma prefeitura, seja ele de um governo federal, querer que a economia do seu país se desenvolva, querer que o seu país seja respeitado, querer que o seu país aja com soberania nas relações internacionais, se as pessoas passam o tempo inteiro lamentando e chorando que as coisas não estão bem.

Eu me lembro de um momento, logo no início do governo, quando um alto companheiro meu, de uma função muito importante, foi prestar contas de como tinha encontrado a instituição em que ele estava trabalhando – e me permitam, aqui, não dizer o nome da instituição – e ele me dizia simplesmente o seguinte: “Presidente, a nossa instituição está quebrada, estamos falidos. O



processo de corrupção que aconteceu, antes de nós, foi muito grande. Algumas privatizações que foram feitas em tais lugares levaram a instituição a uma quebradeira.”

Eu disse ao meu companheiro: “olhe, se tudo isso que você está me dizendo é verdade, você só tem o direito de dizer para mim. Para fora, feche a boca e diga que a nossa instituição está preparada para ajudar no desenvolvimento deste país”. Ele não entendeu. E eu dizia para ele: “é isso mesmo,” porque se nós, com três dias de posse, ou com três meses de posse, saíssemos pelo Brasil vendendo a idéia de que determinadas coisas importantes em que a sociedade brasileira acredita, se determinadas instituições de que a República tanto necessita, como uma espécie de alavanca para o desenvolvimento deste país, se a gente saísse dizendo que estavam quebradas, eu me pergunto: que mensagem nós íamos passar à sociedade? Tanto à sociedade interna, quanto à sociedade externa?

Isso poderia ser bom se eu tivesse tomado a decisão de achincalhar o governo que substituí. E eu tomei uma decisão muito pessoal e fiz com que o governo assumisse essa posição, de que o presidente que tinha deixado o governo, tinha feito aquilo que ele entendia que deveria fazer, e eu, ao invés de ficar preocupado com o que ele deixou de fazer, deveria me preocupar com o que eu tinha que fazer neste país. Portanto, se tinha alguma coisa que não estava funcionando, não era mais da responsabilidade de quem tinha deixado o governo, mas era da responsabilidade de quem tinha assumido o governo. Aliás, meu querido Carlos Wilson, eu, numa linguagem mais popular, sempre digo o seguinte: quando a gente casa com uma viúva, a gente não recusa a família; a gente casa com a viúva, com os filhos, com a mãe, com o pai e com as virtudes e os defeitos que a pessoa possa ter. E a recíproca é verdadeira: quando a mulher casa com o viúvo, também, leva a penca de problemas que, no primeiro momento, pensa que são soluções. Mas isso faz parte da vida.

E um desses problemas que nós enfrentamos foi a Petrobras. Os



companheiros da Petrobras estão lembrados que no meio da campanha, maio ou junho de 2002, nós compramos uma briga sobre a questão da construção da P-51 e da P-52. Eu acho que eu, sozinho, fiz umas oito reuniões com gente da Petrobras, fiz várias reuniões com a Indústria Naval Brasileira. E a cada reunião eu recebia testemunhos e documentos de que a Petrobras tinha condições de produzir a plataforma aqui. Até que fui pego de surpresa com uma matéria paga nos jornais, feita pela ex-direção da Petrobras, dizendo que eu não sabia do que estava falando, que a Petrobras não tinha condições de produzir as plataformas aqui.

Como Deus escreve certo por linhas tortas e a Petrobras tem a graça de ter, quem sabe, neste país, o melhor corpo de funcionários qualificado que uma empresa pode ter, não só a gente tomou a decisão de fazer as plataformas aqui, como a Nuclep foi recuperada e está, inclusive, fazendo os cascos dessas plataformas. E isso demonstrou o quê? Demonstrou a falta de confiança que as pessoas tinham no seu próprio país, a falta de confiança que as pessoas tinham numa indústria que, na década de 70, tinha chegado a ter 50 mil trabalhadores, que era a Indústria Naval do Rio de Janeiro, ou seja, de repente, nós passamos a filosofar e a entender que tudo que vinha de fora era melhor do que aquilo que a gente poderia construir aqui, e a gente não valorizava, não só a mão-de-obra qualificada que a gente tinha, mas a criatividade do povo brasileiro. E, aí, é um paradoxo, meu caro governador Paulo Hartung, meu caro José Eduardo. É um paradoxo.

Nessas viagens todas que eu faço pelo mundo, eu estou cansado de ver presidentes de empresas multinacionais, das mais importantes que vocês conhecem no mundo, fazerem discurso dizendo textualmente que nas pesquisas feitas em todas as empresas deles, em todos os países do mundo, a conclusão é de que a melhor qualidade e a maior criatividade é exatamente a dos trabalhadores brasileiros. E de repente, aqui, no Brasil, você percebe determinadas pessoas que têm poder de decisão achando que é melhor fazer



em tal lugar, “eles estão mais preparados, eles têm mais tecnologia, eles têm mais conhecimento”.

Bobagem. Em alguns ramos da atividade econômica, o Brasil não perde para ninguém. Em algumas atividades econômicas, o Brasil compete em igualdade de condições com qualquer país, por mais desenvolvido que ele seja. O que nós precisamos é dar um voto de confiança a nós mesmos.

Imaginem se nós levantássemos todo dia de manhã dizendo: “eu não posso. Ah, hoje o dia não vai dar certo, ah, hoje vai dar tudo errado”. Ninguém sairia de casa. Nós temos que levantar todo dia acreditando que é possível transformar aquele dia num dia melhor do que o dia anterior. E assim é que a gente vai construindo uma sociedade com pensamento positivo, com energia positiva, com disposição de decidir as coisas importantes para este país.

E, passados dois anos de governo, eu acho que nós podemos afirmar que a nossa indústria naval está recuperada. A Petrobras, que durante muito tempo teve medo ou preocupação de se embrenhar no mundo para disputar espaço, de fazer parcerias, porque num determinado momento também predominou, dentro da Petrobras, a idéia de que “vamos ficar do tamanho que a gente está mesmo, porque a gente não pode fazer alianças com gente muito grande, que a gente pode perder espaço”.

E a Petrobras é uma empresa que tem que levantar a cabeça e fazer acordo com quem ela bem entender, porque ela tem mais competência e não vai perder nunca. Ela vai ganhar se tiver ousadia, ela vai ganhar se tiver coragem. E, na medida em que a gente não tem nenhuma empresa com a competência da Petrobras para prospecção em profundidade, o mundo está precisando da Petrobras, e nós temos que ter a ousadia de ocupar esses espaços que o oceano está nos permitindo ocupar.

Foi por isso que fizemos um acordo com a PDVSA. É por isso que vamos ter que fazer acordo com outras empresas aqui, da América do Sul. É por isso que vamos ter que ver o que a gente pode fazer com Angola, o que a



gente pode fazer com Cabo Verde, com São Tomé e Príncipe, ou seja, onde tiver uma oportunidade, nós temos que estar presentes, sabendo que temos condições de ganhar, que temos condições de competir e que nós temos condições de produzir mais do que qualquer outra empresa do mundo.

E essa é uma vantagem comparativa que a gente não pode permitir que a mediocridade gerencial diminua, como foi diminuída durante muito tempo neste país.

Então, o fato de estar aqui, hoje, reconhecendo que este estado passa a se transformar, logo, logo, no segundo estado produtor de petróleo do Brasil, nos dá uma satisfação de a gente dizer: “O petróleo não é do Espírito Santo, o petróleo não é do Rio de Janeiro, o petróleo não é do estado de Sergipe, o petróleo não é do estado da Bahia. O petróleo, na verdade, é uma propriedade de 180 milhões de brasileiros, que têm o direito de usufruir dessa riqueza produzida pela Petrobras”.

E eu espero que a Petrobras tenha coragem de achar petróleo em Pernambuco e na Paraíba, pois falta dar uma pesquisadinha lá. Eu desconfio que até em Caetés, onde eu nasci, deve ter um pouquinho de petróleo. É pagar para ver. Se cavou um poço em Mossoró e achou 300 mil litros d’água de vazão por hora, por que não cava um lá em Caetés, para ver se sai, pelo menos, alguma coisinha?

Eu acho que é plenamente possível a gente ter petróleo, em todo o litoral brasileiro. E eu acho que o papel da Petrobras é esse, por isso que a Petrobras chegou à posição de destaque que ela chegou.

Mas não é apenas na questão do petróleo, meu querido Governador. Eu, de vez em quando, fico meio cauteloso, para não parecer que estou otimista demais, mas eu sou o maior vendedor de otimismo que este país já pôde produzir. Primeiro, porque acredito em cada gesto que eu faça por este país; segundo, eu acredito que o Brasil está tendo uma oportunidade histórica que há muitos anos não teve. E as que teve, jogou fora. A gente pode lembrar da



esperança que foi o Plano Cruzado, em 1986, e que acabou depois das eleições de 15 de novembro. A gente pode lembrar do que foi o sucesso do Plano Real, em 1994, e que acabou quando se aprovou a tese da reeleição neste país.

Tudo isso porque um político tem que pensar grande. E pensar grande não permite que um político pense em si mesmo. Pensar grande não permite que um político pense apenas no seu mandato. Pensar grande obriga um político a pensar um país para daqui a 30 anos, para daqui a 40 anos, para daqui a 20 anos. É pensar nas futuras gerações e não pensar apenas nas futuras eleições, como habitualmente e historicamente acontece no nosso país. Não estou preocupado, meu caro José Eduardo Dutra, pelo fato de Pernambuco ainda não ter petróleo, porque nós vamos mostrar que este país não precisa apenas de petróleo, porque o nosso Programa de Biodiesel vai deixar a Petrobras boquiaberta de ver o que a gente vai produzir de biodiesel numa região empobrecida do Brasil, que ninguém dava nenhum valor. Na caravana de 1993, visitando o Vale do Jequitinhonha e visitando o Nordeste brasileiro, eu comecei a matutar: se foi possível o presidente Roosevelt fazer o Vale do Tennessee ser o que ele é hoje, por que a gente não pode fazer o Nordeste brasileiro deixar de ser a parte pobre e começar a produzir alguma coisa? Ah, tudo bem! Não dá petróleo, não dá gás, mas dá mamona. Então, vamos produzir o biodiesel da mamona.

E, agora, com a aprovação do Protocolo de Kioto, você vai perceber que a nossa matriz energética verde vai ter um valor incomensurável. Vamos aguardar para ver o que vai acontecer no mundo nos próximos dez anos e vamos ver quem é que tem condições de competir com este país. Vamos ver quem é que tem condições de competir com o Brasil na produção de uma nova matriz energética seja do álcool, seja do biodiesel, da mamona, da palma, do girassol, da soja, ou seja, nós temos tantos produtos que, muitas vezes, lá fora, eles só têm beterraba. Nós temos tantos produtos que eu quero ver se o



mundo levar a sério o Protocolo de Kioto, quem é que vai ter condições de competir com o Brasil. Eu quero ver quem é que pode fazer o que nós fizemos.

Vocês estão lembrados, no comecinho da década de 90, este país produziu 90% de seus carros à álcool; em 2000, este país estava produzindo 0% de carro a álcool. Agora a indústria automobilística brasileira voltou a produzir carro a álcool. E eu acho que nós vamos ter que produzir cada vez mais, porque o petróleo é uma coisa tão nobre, que se o preço continuar como está, essa é a matéria-prima mais valiosa para a gente entrar na OPEP, para a gente exportar, e o José Eduardo Dutra não vai ficar apenas discutindo, aqui, com os sindicatos, o aumento de salário. Vai discutir com o príncipe da Arábia Saudita o preço do petróleo, para valorizar o petróleo brasileiro cada vez mais. É isso é que vai acontecer neste país.

E nós temos alguns programas, Governador, que serão marcantes para o Brasil. Primeiro, o Programa de Biodiesel, que vai ajudar uma parte do Norte do Brasil, que vai ajudar uma parte do Nordeste brasileiro e que vai ajudar outras regiões do nosso país, mas, sobretudo, a parte mais pobre do Brasil, porque o biodiesel começa com uma vinculação social muito grande. O objetivo, num primeiro momento, não é a gente criar grandes empresas de biodiesel, mas a gente fomentar para que a agricultura familiar do Nordeste possa se organizar em pequenas cooperativas ou grandes cooperativas, e aqueles trabalhadores tenham uma renda mensal fixa para poderem conquistar a sua cidadania. E isso vale para o Norte do país, isso vale para algumas regiões de Minas Gerais.

Depois, nós temos uma outra obra que eu considero fantástica. Obviamente que tem gente que é contra, eu respeito os que são contra. Eu já fui contra tantas vezes, por que não posso aceitar que alguém seja contra alguma coisa que eu penso? Mas é a questão das águas do rio São Francisco.

Nós temos dez milhões de famílias brasileiras que precisam de água para beber, e nós vamos levar, com toda a controvérsia que exista, neste país,



nós vamos levar, porque é uma necessidade de a gente evitar que aquelas famílias pobres continuem sendo vítimas de estelionato eleitoral, em cada eleição as pessoas prometendo. E desde 1846 que Dom Pedro pensou em fazer a transposição das águas do rio São Francisco. Nunca conseguiu fazer, porque tem sempre uma oligarquia que quer manter aquele povo na miséria, não quer que se leve a água. E nós vamos levar. Até porque eu acho que, muitas vezes, alguns que são contra não sabem o que é carregar um pote de água 18 léguas na cabeça; não sabem o que é colocar uma lata d'água, onde dois palmos são de barro, para assentar e, na hora de tomar, com uma canequinha, vê mais caramujo na lama do que água. Não sabem como é que vim de Pernambuco para São Paulo, que só tinha barriga, as perninhas desse tamanho e eu pensava que era saúde e era, na verdade, doença; era, na verdade, verme. E nós não vamos permitir que essas coisas continuem a acontecer no nosso país. Essa é a segunda obra importante.

A terceira obra vai ser a Ferrovia Transnordestina, uma ferrovia que há mais de 40 anos... uma ferrovia que interliga o Piauí ao Porto de Suape e ao Porto de Pecém, no Ceará, e que se a gente não fizer, não há nenhuma razão daquele Nordeste se desenvolver, porque tem estado que já está tão desenvolvido que a gente faz para escoar a riqueza. Mas tem estado em que nós não temos que discutir a viabilidade econômica momentânea. Tem estado que tem que ter a obra primeiro, para depois se desenvolver. E é esse o papel do Estado. O Estado não é nada mais, Irene, do que uma mãe. Mas não uma mãe que faz proselitismo. Uma mãe, se tiver dois filhos, ela vai sempre dar mais atenção para aquele que está mais fraquinho, para aquele que está mais frágil. Ela dará menos atenção – não que goste menos – para aquele que está mais robusto. E eu acho que o Nordeste brasileiro precisa de uma oportunidade que outros estados tiveram durante todo o século XX.

Então, não vamos discutir, como se discutiu outro dia, no Congresso Nacional, que não se poderia dar vantagem para a Zona Franca de Manaus.



Só é contra a Zona Franca de Manaus quem não conhece a Zona Franca de Manaus. Se a pessoa for lá, vai dizer e agradecer a quem pensou a Zona Franca de Manaus, há 30 anos atrás, com 100 mil metalúrgicos trabalhando.

Agora, as pessoas são contra porque acham que tudo tem que ir para a parte rica. A parte rica já tem as vantagens comparativas: tem as melhores estradas, tem os melhores profissionais, tem as melhores pontes, os melhores ônibus, os melhores caminhões, os melhores portos. É preciso que o Estado pense naqueles que não tiveram oportunidade.

E nós vamos pensar. Nós vamos pensar, e é por isso que essas obras da Petrobras simbolizam, um pouco, essa nova lógica do desenvolvimento nacional. Este país tem que ser pensado na sua totalidade. Quando nós falamos em desenvolvimento, nós temos que pensar no país total, depois temos que pensar no país regional para, depois, pensar no país local.

E nós não podemos permitir que metade do país continue atrasado. Nós é que temos que alavancar para que essas pessoas se desenvolvam. E o que estamos fazendo, meu caro Governador, está dando frutos, eu não digo extraordinários, mas muito além daquilo que qualquer economista pudesse dizer, há algum tempo atrás. Produção industrial: a maior, desde 1986. Geração de empregos: a maior desde 1992. Exportação: recorde, todo mês e todo ano. Saímos de um déficit primário – e vocês conhecem bem isso – saímos de um déficit de conta corrente de 32 bilhões de dólares para um superávit de 14 bilhões de dólares.

E as coisas continuam acontecendo. “Ah, mas esse Lula está querendo brigar com os Estados Unidos e com a Europa e o país vai quebrar, não vai exportar”. As nossas exportações com a América do Sul aumentaram 82%, do ano passado para este ano. As nossas exportações com o mundo árabe... A Síria nunca importou nada de nós. Da primeira visita que nós fizemos, a Síria, hoje, já importa de nós 78 milhões de dólares. Sabem por quê? Porque não temos vergonha de nós. Não temos vergonha de nos apresentar como nós



somos. Nós não temos vergonha de dizer que sabemos fazer as coisas.

Eu me lembro do Primeiro-Ministro japonês. O Primeiro-Ministro japonês veio almoçar comigo, e eu fiquei sabendo que há 28 anos o Brasil tentava vender manga para o Japão, e o Japão não comprava a manga brasileira porque a manga brasileira tinha fama de ter o “bicho da mosca”. Mas isso foi há muito tempo. Só fala mal da manga brasileira quem não conhece o pólo de fruticultura do Baixo São Francisco, quem não conhece a nossa produção.

Ah, não teve outra: o meu amigo Primeiro-Ministro sentou à mesa, eu coloquei um prato de manga lá. E expliquei para ele: “eu estou sabendo que vocês não compram manga do Brasil, eu queria que você experimentasse, para você saber se tem alguma manga no Japão melhor do que essa”. Conclusão: no mês de janeiro, agora, o Brasil exportou a sua primeira carga de mangas para o Japão.

O Presidente Putin, da Rússia, vetou a carne brasileira porque saiu uma matéria – nós somos obrigados a comunicar a uma instituição internacional quando tem um caso de febre aftosa em qualquer lugar. Como nós somos honestos, o Roberto Rodrigues comunica no dia seguinte, é uma entidade que tem sede na França. Pode ser um bezerrinho, no interior do Espírito Santo, se teve um caso de febre aftosa e o governo foi honesto e comunicou ao governo federal, a gente comunica à entidade internacional. E aí a Rússia parou de comprar carne do Brasil porque teve um caso de febre aftosa numa cidade da Amazônia, quase divisa com a Venezuela. O Putin chegou na minha sala, peguei o Putin e falei: “Presidente, eu queria lhe mostrar uma coisa”. Fui lá no mapa do Brasil e falei: “olha, Presidente, acho que vocês estão cometendo um equívoco com o Brasil. Está vendo, aqui, lá em cima, foi naquela cidadezinha que teve um caso de febre aftosa. Aquela região não tem gado, aquilo deve ser um coitado que tem 50 cabeças de gado. A região produtora de gado, Presidente, é essa daqui, é o Mato Grosso, é Minas Gerais, são os estados do Sul e do Sudeste. Aqui nós produzimos. A distância, Presidente, daqui até lá, é



muito maior do que da Rússia para a Inglaterra ou da Rússia para a Alemanha. Então, Presidente, não é possível.”

A mesma coisa com o Primeiro-Ministro japonês. Agora eu vou para o Japão, em maio. Vou chegar com uma caixa de picanha e de costela. O embaixador brasileiro sabe que tem que fazer uma churrasqueira, se não tiver na Embaixada. Vamos convidá-lo para comer uma picanha e vamos ver se depois ele vai ter problema de comprar a carne brasileira, porque se não for assim, meu caro, se a gente ficar esperando que eles venham aqui comprar, eles têm mais vendedores perto.

Carlos Wilson, vou te dizer uma coisa: você não sabe a importância do que você está fazendo nos aeroportos brasileiros. E nós vamos tomar uma decisão logo, logo, de fazer, na América do Sul, as coisas que têm que ser feitas, porque se a gente quer que um presidente do Equador, um presidente do Peru ou um presidente de um país africano venha comprar coisas no Brasil, nós temos que garantir a ele pelo menos o direito de vir ao Brasil. E aí precisa de avião, porque se ele tiver que ir à França para vir ao Brasil, ele já faz negócio com a França. Se ele tiver que ir a Miami para vir ao Brasil, ele já faz negócio em Miami, porque ele vai vir ao Brasil? Então, nós, que somos a maior economia, que temos mais tecnologia, que somos mais ricos, nós é que precisamos facilitar para que as empresas de aviação brasileira passem pelo menos uma vez por dia nessas capitais, arrebanhando quem queira fazer negócio com o Brasil, senão as coisas não acontecem. Durante 500 anos a elite brasileira ficou sentada na beira da praia olhando para a Europa e se esqueceu de desenvolver o centro do país que começou, graças a Deus, com um mineiro, chamado Juscelino Kubitschek, o grande desenvolvimento para o Centro-Oeste.

E, agora, se nós quisermos nos transformar numa grande nação, nós temos que fazer uma ligação física entre o Brasil e todos os países que fazem fronteira com o Brasil. Nós temos que fazer pontes, estradas. Não é à toa, meu



caro Camata, que eu tive o prazer de inaugurar a primeira ponte em 500 anos de história entre Brasil e Bolívia. Vamos inaugurar, agora, a primeira ponte entre o Brasil e o Peru e acabamos de financiar o gasoduto da Argentina, acabamos de financiar uma estrada na Bolívia. E por que estamos fazendo isso? Não estamos financiando com o dinheiro que a gente poderia fazer aqui, não. Estamos financiando com o dinheiro do Proex, com exportação, estamos financiando como o BNDES, igual financia o Banco Mundial.

E por que fazemos isso? Fazemos isso por uma crença: se a gente fizer o que tem que ser feito, na hora certa, a gente não vai se arrepender, porque no Brasil, toda vez que a gente fala de política social, toda vez que a gente fala de integração na América do Sul, toda vez que a gente fala em fazer alguma coisa, aparece um engraçadinho, na imprensa, na televisão, ou quem sabe no Congresso Nacional: “vai gastar muito”. Este país não foi alfabetizado na década de 50 porque ia se gastar muito; este país não faz universidades porque gasta muito; este país não resolveu o problema do ensino fundamental porque se gasta muito. Agora, a pergunta que eu faço é o seguinte: nós precisamos ter a coragem de compreender que o que a gente gasta com os pobres não significa gasto, é investimento, tanto quanto é investimento o financiamento numa empresa. Isso é investimento. O que a gente investe na melhoria da qualidade de uma escola é muito mais significativo do que a gente ter que investir numa sala, para cuidar de um adolescente na Febem, como a gente vê espalhado neste país afora. Um preço que custa quase mil reais por mês. E tem gente que lamenta que a gente esteja dando 85 reais no Bolsa-Família para seis milhões e meio de famílias.

E por isso, meus queridos, que eu queria dizer para vocês o seguinte: o Brasil tem uma oportunidade ímpar. O Brasil já teve outras, mas jogou fora, mas nós não temos o direito de jogar fora. Nós precisamos crescer, mas não crescer aquele crescimento de um vôo de galinha, onde se cresce em um mês 2%, no outro decresce 2; cresce um mês 3%, no outro decresce 3. Não, nós



não precisamos crescer 8, 9, 10% ao mês, nós precisamos sistematizar isso de forma organizada. Se é para crescer 4 ou 5%, é para crescer durante 10 anos seguidos, é para crescer durante 15 anos, basta que a gente faça as coisas certas.

Eu me lembro que, durante a eleição, faltavam 15 dias para o segundo turno das eleições do ano passado, e os juro foram aumentados. Tinha gente que dizia: mas, Lula, é uma loucura, é o segundo turno. Eu não posso governar um país para 186 milhões de habitantes pensando numa eleição de uma prefeitura, por mais que seja importante uma eleição na prefeitura. Eu não posso deixar de traçar a solidez do destino de um país pensando numa eleição, e tem, de dois em dois anos, uma aqui, no Brasil.

Portanto, estejam certos de uma coisa, meus amigos: nós, governo brasileiro, se Deus quiser, vamos seguir o exemplo da Petrobras. Cada vez com mais competência, cada vez produzindo mais, cada vez com mais solidez e cada vez mais pensando no futuro deste país.

E é por isso que eu queria terminar dizendo para vocês, apenas um dado, Camata, que de vez em quando eu vejo no jornal: "O governo não está gastando no social". E exatamente quem falava era quem já governou este país. Eu vou dar um número, aqui, para vocês verem, apenas do Ministério da Ação Social: em 2002, todo o investimento do governo foi de 7,2 bilhões em políticas sociais; em 2003, primeiro ano nosso, elevamos para 11 bilhões e 400 milhões; em 2004, elevamos para 14 bilhões e, em 2005, 17 bilhões de reais em política social, 135% a mais do que era gasto em 2002.

Se a gente quiser pegar todos os investimentos deste país, que envolvem educação e Previdência, nós vamos perceber o quê? Em 2002, se gastava 56 bilhões e 400; em 2003 nós pulamos para 63 bilhões; em 2004 pulamos para 75 bilhões; em 2005 estamos em 86 bilhões de reais.

Portanto, nós vamos continuar gastando em política social, porque o dinheiro que nós gastamos com a política social é muito mais benéfico a este



país do que o dinheiro que, muitas vezes, foi roubado, historicamente, neste país.

E vamos fazer isso com a certeza de que chegaremos, daqui a 10 ou 15 anos, a gente vai ter uma sociedade mais sadia, uma sociedade mais formada. Eu até queria pedir para os deputados, queria pedir para os senadores, Camata e Luiz, quando vocês estiverem em Brasília peçam para ir ao quartel do Exército brasileiro em Brasília, visitar o “soldado cidadão”. O Soldado Cidadão foi uma coisa que nós criamos para colocar jovens da periferia, primeiro para aprenderem cidadania; segundo, para aprenderem disciplina; terceiro, para aprenderem uma profissão. Já estão com seis meses lá. Aproveitem um dia em que estiverem em Brasília, visitem lá, para perceberem o que a gente pode fazer com pouco dinheiro e muito compromisso com este país.

Muito obrigado. Meus parabéns, meu querido Governador, e que o Espírito Santo continue crescendo dessa forma extraordinária.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na entrega de manifestos de apoio à reforma da Educação Superior**

**Palácio do Planalto, 25 de fevereiro de 2005**

Eu quero primeiro cumprimentar o nosso querido Tarso Genro, por estar promovendo esta reunião,

Segundo, cumprimentar nossa querida Ana Lucia Gazzola, nossa presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Gustavo Petta, presidente da UNE,

Cumprimentar Madalena Guasco Peixoto, coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino,

Cumprimentar o nosso querido Paulo Henrique, coordenador da Fasubra,

Cumprimentar o nosso querido Ennio Candotti, nosso querido Abi Kalil, que será, certamente, uma vanguarda da reforma universitária no Congresso Nacional,

Cumprimentar os dirigentes sindicais que estão aqui representando a Força Sindical, a CUT a CGTB e a CGT.

Bem, hoje, para mim é um dia marcante, sobretudo, porque em menos de uma hora e meia eu estou discutindo duas reformas de que eu ouço falar pelo menos há 30 anos. Eu acabo de receber do movimento sindical, dos empresários e dos trabalhadores, a proposta de reforma da estrutura sindical, que foi o resultado de um ano e meio de debates, de 400 horas de reuniões, e me apresentaram um projeto conclusivo para darmos entrada no Congresso Nacional na próxima semana. Já foi entregue ao Presidente e eu disse aos



dirigentes sindicais que agora a tarefa é convencer os deputados e a sociedade de que a reforma é importante para o Brasil neste momento.

O salto qualitativo é que nós conseguimos colocar juntos empresários e trabalhadores, o que há um tempo atrás parecia impossível. Eles se sentaram, discutiram e chegaram a um texto inédito na história de mudança da estrutura sindical brasileira.

Na verdade, o que nós estamos presenciando aqui, neste segundo ato em que se discute reforma, é também o cumprimento a uma tese que há muito tempo eu ouvi de um ministro da Educação, ainda no regime militar, o Eduardo Portela, quando ele disse que não era ministro, ele estava ministro.

Parece uma frase de efeito, mas a verdade é que se nós, estando no governo para cumprir um mandato com prazo determinado para entrar e para sair, não tivermos a compreensão de que nós precisamos retratar um pouco como se fôssemos uma caixa de ressonância daquilo que pensam os setores organizados da sociedade e, ao invés de retratarmos isso, imaginarmos que somos presidente ou que somos ministros, nos dotarmos da sabedoria absoluta e acharmos que tudo que pensamos é o que é importante e o resto é secundário, nós cometeremos todos os erros que já foram cometidos, às vezes, pensados ou impensados, neste país.

De vez em quando, por onde eu ando, vejo uma faixa assim: “Contra a Reforma Universitária”. Eu disse aos dirigentes sindicais que agora vem outra, vou ver duas faixas: uma contra a reforma universitária e outra contra a reforma da estrutura sindical.

Eu chamei o ministro Tarso Genro e disse a ele e a alguns amigos reitores, em conversas, que é preciso deixar muito visível para a sociedade e para os deputados que não é nem o Presidente da República e nem o Ministro da Educação que pedem a reforma, porque se assim fosse, nós não estaríamos discutindo a reforma, porque eu não sou professor, eu não sou estudante; portanto, isso não é uma coisa que bateria forte em mim se vocês



não se manifestassem.

Se vocês não me convencerem, não convencerem o governo de que este é um tema que tem que entrar na ordem do dia, sem permitir o debate pequeno de quem defende a reforma é contra o ensino privado e quem está contra a reforma defende o ensino privado, se a gente permitir que o debate se baseie nessa pequenez, nós estaremos entrando num caminho totalmente equivocado.

Então, nós temos que desenhar, na verdade, para a sociedade brasileira, porque é necessária uma reforma universitária. Nós queremos uma reforma universitária para garantir o quê? A autonomia significa mais responsabilidade, porque significa que a universidade vai ter o dinheiro mínimo, que sempre é mínimo, que o Estado lhe der. E vai ter que ter muita criatividade, muita coragem para enfrentar os debates internos e saber onde é que vai buscar aquilo que falta para os grandes investimentos que a universidade brasileira tem que fazer.

A garantia de que uma boa parte da sociedade brasileira terá acesso à universidade é um desafio para todos nós. O engajamento da universidade com os problemas da sociedade é um desafio para todos nós, porque é mexer com hábitos, mexer com culturas, mexer com vícios que as pessoas acumularam ao longo de muitos anos. Agora, sem perder de vista que nós não partimos do “zero”, nós partimos de um acúmulo de produção, de melhorias, de aperfeiçoamentos que, ao longo dos anos e décadas, vocês foram construindo.

Acontece que, neste momento, o Brasil é mais exigido, porque na medida em que o país começa a ter uma inserção maior nas definições das políticas internacionais, nos mais diferentes campos, a universidade brasileira ganha, também, um maior poder de fogo nessa relação internacional, nessa troca de conhecimento, que tem que ser uma coisa permanente, diuturna entre os nossos cientistas e os cientistas de outros países do mundo.

Então, essa reforma, e é importante ressaltar o que disseram as



peças que falaram antes de mim e o Tarso Genro, o que tem na verdade é um esboço, o que tem, na verdade, é um primeiro borrão, que foi feito como se fosse o início de um jogo. E este fórum, aqui, é um fórum muito qualificado, muito representativo dos vários segmentos da sociedade. E depois que tivermos todas as propostas possíveis e impossíveis de se coletar, e fizermos uma triagem sistematizada, um fórum como este poderá dizer para a sociedade brasileira: é este o modelo de reforma que nós queremos e, a partir daí, estará pronto para ganhar sua cara jurídica e entrar no Congresso Nacional para ser votado.

E aí, meu caro Candotti, é plenamente possível, todos esses atores que você citou, estarem presentes. Não em todas as reuniões como esta, mas estarem presentes, comprometidos a discutir as reformas, porque você tem razão numa coisa, se nós – e nós cunhamos aqui uma coisa que é uma proposta da ministra Marina – adotarmos a transversalidade nas ações de governo.

O que é isso? Parece uma coisa simples de fazer, mas nós cometemos erros no nosso cotidiano. Ou seja, o ministro tal pensa um projeto, discute esse projeto com os seus pares, aí quando esse projeto começa a tramitar, você descobre que teríamos que ter ouvido um outro ministro; aí, esse outro ministro é chamado, faz as emendas dele, aí você descobre que precisava ter entrado mais um outro ministro; depois que está tudo pronto, aí você tem que ter o licenciamento prévio do Ibama; aí, depois que está tudo pronto, vem o Ministério Público, entra com uma ação e embarga o “bom desejo”, e as coisas ficam paralisadas anos e anos no Brasil

Então, nós adotamos aqui uma coisa chamada transversalidade, ou seja, dependendo da magnitude do projeto, você tem 12, 13, 14, 15 ministros participando juntos, você tem o BNDES, você tem Banco do Brasil, você tem entidades da sociedade que nós convidamos para a elaboração do projeto, para que a gente deixe sempre muito claro que o projeto não é do governo, é



um projeto que a sociedade brasileira, participantes das universidades brasileiras e da sociedade querem: um outro tipo de universidade.

Se nós conseguirmos passar isso para a sociedade, certamente, não será aprovado um projeto de reforma que seja a cara da UNE, não será aprovado um projeto que seja a cara da Fasubra, não será um projeto aprovado com a cara dos companheiros que a Gazzola representa, ou o Candotti. Isso só aconteceria se nós não tivéssemos democracia, se não tivéssemos debate, se o Presidente da República encomendasse ao seu ministro da Educação, que encomendasse um trabalho para dois técnicos, que fariam o projeto e a gente daria entrada no Congresso Nacional, e o Congresso, de forma subordinada, adotaria essa política. Isso não existe no Brasil.

No Brasil, já há muito tempo, a SBPC deu contribuições históricas, extraordinárias, as coisas às vezes são debatidas, muito debatidas, a ponto de algum de nós achar que muitas vezes se debate demais a mesma coisa. Mas é também resultado dessa convivência democrática na diversidade. É que tem gente que acha que o prato já está bom e tem gente que acha que tem que colocar um pouquinho mais de pimenta ou tirar um pouquinho mais de sal, para a gente poder construir a formatação que todos nós queremos.

O que é importante é que a gente saia de um fórum como este em que estamos, hoje, com a consciência de que não estamos disputando teses entre nós, de que estamos complementando as coisas que cada um de nós pensa com os conhecimentos de outras pessoas que, até então, nós não conhecíamos. Se a gente pensar, fica muito mais fácil construir porque o difícil é quando você tem uma tese, entra numa reunião, põe o pé na parede e fala: “se não for o que eu quero não tem reforma”. Não é democrático.

Eu me lembro de um episódio, Candotti e Gazzola, eu estava num comício uma vez, em Florianópolis, e chamaram um companheiro de um partido político para falar. Tinha umas 10 mil pessoas naquela praça da matriz



lá em Floripa, e quando um cidadão foi falar, todo o plenário começou a pedir para ele não falar e começou a vaiá-lo, e gritavam: “fora, fora”. Ele pegou o microfone e ficou gritando: “vocês não são democráticos, vocês não querem me ouvir, eu preciso falar”.

Eu pus a mão no ombro dele e falei: “companheiro, não é possível que você não entenda o que é democracia. Tem 10 mil pessoas querendo que você não fale e você quer que as 10 mil te ouçam, isso é democracia?” Democracia é você entregar o microfone, permitir que chamem o próximo orador, e agradecer ao povo, ainda, por esse gesto de bondade.

Na construção de um projeto de reforma universitária vai ser a mesma coisa. Vocês vão chegar na universidade, os presidentes das entidades, os reitores, vão ter lá os manifestantes com as faixinhas: “cai fora, Candotti, traidor e “não sei das quantas”, quer fazer uma reforma da burguesia e “não sei das quantas.” Vai ter. Se nós não tivermos coragem de enfrentar isso, nós não mudamos, nós não aperfeiçoamos. Este é o desafio que está colocado para nós, fazer mutirões como este aqui para conversar com os deputados, não conversar individualmente, mas conversar com a bancada – a bancada do PT, do PMDB, do PSDB, do PP – e tentar convencer as pessoas. Não permitir, em nenhum momento, que uma notícia atravessada ou que um discurso atravessado jogue por terra uma coisa com que todos vocês sonham.

Eu me lembro que, desde o meu primeiro contato com professores universitários, na década de 70, eu já ouvia falar que era necessário fazer a reforma universitária, da mesma forma que eu comecei a minha vida sindical lutando pela reforma da estrutura sindical, mas isso já faz quase 30 anos e nunca aconteceu. Então, vamos fazer acontecer. Daqui a pouco tempo, falta pouco tempo, nem Tarso, nem eu estaremos mais aqui. Mas o que nós tivemos capacidade de produzir é o que vai ficar para o país, não é para nenhum de vocês, individualmente. Possivelmente não tem nenhuma placa de vocês em nenhuma universidade, como os maiores lutador pela reforma da universidade,



mas ela estará na consciência de milhões de pessoas que um dia – um grupo de homens e mulheres – resolveram encarar esse problema de frente, parar de se queixar, parar de cobrar do governo e dizer: nós, sociedade, queremos fazer a reforma universitária para a própria sociedade brasileira e queremos um governo como indutor, como facilitador, para que essas coisas aconteçam dentro do peso que nós podemos jogar.

E eu acho que o Candotti fez uma proposta que o Tarso já pode adotar de pronto, ou seja, criar um grupo envolvendo todos os Ministérios que for possível, as empresas que forem necessárias para participar. Chamar o setor empresarial, não apenas das universidades, mas o setor empresarial da iniciativa privada, que tenham idéias, que queiram contribuir, até porque o projeto não é de uma corrente, não é de um movimento. É um projeto para a sociedade, ou seja, é o Brasil dos anos 2050 que nós queremos deixar pronto agora.

E você já não vai ser jovem e nem presidente da UNE, só espero que não seja um ranzinza. Mas eu acho que você vai fazer progresso. E eu acho, Candotti, que, na verdade, essa reunião, aqui, é o começo do desenho do sonho. Vocês podem desenhar o sonho das universidades que vocês sonham há anos e nós trataremos de ajudar para que esses sonhos sejam executados, transformados em projetos, aprovados, transformado em lei. E aí, todos nós, mesmo depois de aprovada a lei, ainda vamos levar anos para mudar os hábitos e os costumes que existem no acúmulo de cento e poucos anos de vícios no nosso país. Então, eu acho que é assim que a gente tem que trabalhar.

Essa reforma da universidade não é uma coisa do Ministro da Educação, não é uma coisa do Presidente da República, não é uma coisa de nenhuma entidade, individualmente, não é do SBPC, não é da Fasubra, não é da Andifes. É de um conjunto imenso de pessoas que representam a sociedade brasileira, que conhecem o que querem os estudantes brasileiros, que



conhecem o que querem os educadores brasileiros, que conhecem o que querem os cientistas brasileiros, que sabem que tipo de universidade nós precisamos ter para que o Brasil possa ter cada vez mais uma participação soberana neste mundo globalizado para construirmos juntos esse sonho.

Eu estou realizado, neste dia, por conta dessas duas reuniões que eu fiz e acho que agora nós temos que ir à luta. Se algum companheiro tiver... colete apoio nas universidades, pode ser o grupo mais sectário, pode ser a reforma mais abstrata possível, vamos ouvir, vamos ter paciência. Depois aproveitamos ou não, mas vamos ter paciência e ouvir essas pessoas, até para que elas se sintam cúmplice na construção desse projeto. O que todos nós sabemos é que não pode continuar do jeito que está.

Muito obrigado e boa sorte.



**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**

**Brasília -DF, 28 de fevereiro de 2005**

Eu estou impressionado com a quantidade de máquinas fotográficas, coisa que antigamente a gente só via nas caravanas dos japoneses fazendo turismo pelo mundo. Isso significa, Manoel, que houve um avanço na melhoria da renda do pessoal, que começou a comprar sua maquininha para tirar fotografia.

Mas eu queria, companheiros, cumprimentar o nosso querido Manoel dos Santos, o nosso querido presidente da Contag que, pelo que eu fiquei sabendo, vai ser reeleito porque vai ter uma chapa única na Contag. Conseguiram construir uma chapa de unidade e eu acho muito importante que a Contag continue trabalhando nesse clima de harmonia.

Quero cumprimentar a nossa companheira Raimundinha, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag. E um aviso para as mulheres: este ano nós vamos comemorar o Dia Internacional da Mulher lá no Rio Grande do Norte, em Apodi. Nós vamos comemorar lá, com as trabalhadoras camponesas do Rio Grande do Norte.

Quero cumprimentar o meu querido companheiro Luiz Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Quero cumprimentar o nosso querido ministro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento Agrário,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Nilmário Miranda, secretário dos Direitos Humanos,

Cumprimentar o companheiro Fritsch, nosso companheiro da Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura,



Quero cumprimentar os companheiros deputados federais Assis Couto, Anselmo, Eduardo Valverde, (inaudível) e Elvino Bohn Gass,

Quero cumprimentar o companheiro Rolf, presidente do Incra, que tem um compromisso comigo, com a Bahia, até julho, não se esqueça,

Quero cumprimentar o Arnaldo Pereira, diretor da Organização Internacional do Trabalho,

Quero cumprimentar o Eduardo Buzzi, presidente da Federação Agrária da Argentina e representante da coordenadora das organizações de produtores familiares do Mercosul,

Quero cumprimentar o senhor Geraldo Iglesias, coordenador regional da União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes e Tabaco,

Quero cumprimentar o nosso querido companheiro João Paulo Rodrigues, companheiro da Direção nacional do Movimento Sem-Terra,

Quero cumprimentar os delegados e as delegadas deste Congresso da Contag que vieram passar uns dias aqui, em Brasília,

E quero, companheiro Manoel, ver se consigo falar um pouco mais baixo que o Rossetto, porque quando eu cheguei aqui, o Rossetto estava tão entusiasmado e falando com tanta ênfase que eu, ali atrás, não consegui entender as palavras que ele falou. E eu vou tentar, como a acústica aqui é complicada, falar mais calmo, vou gritar menos para ver se vocês todos me entendem. E também porque eu aprendi uma lição em 1998. Em 1998, Manoel, eu estava no Rio de Janeiro fazendo campanha política em um palanque e, quando eu fui falar o meu discurso, eu estava gritando tanto, estava tão bravo que quando terminei de falar – eu estava defendendo a reforma agrária – uma senhora se aproximou de mim e falou assim: “Lula, eu sou sua eleitora. Agora, não daria para você dizer as mesmas coisas mais tranqüilo? Você não precisa gritar tanto porque você termina assustando as pessoas que estão te ouvindo. Você poderia dizer as mesmas palavras com tranqüilidade, que a gente iria



entender e não iria ficar com medo de você.”

Eu estou dizendo isso porque logo vocês vão ter, em maio, uma grande reunião, o Grito da Terra. E toda vez que tem o Grito da Terra vocês apresentam, antes, uma pauta de reivindicação para o governo e, depois de alguns meses ou no dia do Grito da Terra, o governo se reúne com a coordenação do Grito da Terra e parte das reivindicações são atendidas, parte não, parte é discutida. Eu queria dizer para vocês que a Contag, mais do que uma reivindicação, apresentou para nós uma proposta sobre aposentadoria para o trabalhador rural brasileiro.

Eu quero dizer para o companheiro Manoel que 90% dessa proposta já está encaminhada, faltam algumas discussões e, quem sabe no mês de março, quando vocês forem entregar a proposta do Grito da Terra, a gente já tenha uma solução e, se não tiver essa solução, até pelo compromisso assumido por nós, vamos concluir isso, na pior das hipóteses, no mês de maio, quando se dará o Grito da Terra aqui, em Brasília.

Portanto, eu acho que essa é uma conquista que vem consagrar uma reivindicação histórica e a Contag, com muita seriedade e muita responsabilidade, apresentou uma proposta madura, capaz de ser compreendida por todos aqueles que entendem de previdência social e eu penso, Manoel, que nós terminaremos o Grito da Terra com uma boa compreensão e um bom acordo firmado na questão da aposentadoria. Essa é uma novidade que eu acho boa para os trabalhadores e as trabalhadoras que estão participando deste Congresso.

Mas tem outras coisas que são importantes ressaltar, aqui, neste Congresso, porque vocês vão voltar para as suas cidades, para os seus estados e muito debate vai acontecer depois do Congresso. Algumas coisas o Rossetto já falou. Certamente, seria impossível imaginar que, com apenas dois anos de mandato, já pudéssemos ter feito tudo aquilo que precisa ser feito no Brasil. Mas, certamente, os companheiros que trabalham no campo sabem o



que foi o avanço, sobretudo para a região Norte e Nordeste do país, sobre a questão do Pronaf.

Eu me lembro que há três anos o Pronaf era quase um direito do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Chegava muito pouco em São Paulo e, de São Paulo para cima, não chegava nada. Hoje, o Pronaf, no caso do Norte, chegou a subir, Miguel, 172% em contratos feitos pelos trabalhadores e no Nordeste, chegou a subir 92%. O Manoel sabe, aliás, o Marinho sabe porque me ligou, que até companheiros do Banco do Brasil tinham desaprendido a emprestar dinheiro para pequenos, porque estavam habituados a emprestar dinheiro apenas para os grandes proprietários de terra. Quando nós introduzimos o Pronaf, colocando a quantidade de dinheiro que colocamos, muitos gerentes tinham perdido o hábito de atender o trabalhador e muitos trabalhadores nem iam mais ao banco porque sabiam que teriam dificuldades de ter acesso ao dinheiro.

Essas coisas já mudaram muito e vão mudar muito mais, na medida em que os sindicatos de trabalhadores rurais comecem a organizar os trabalhadores, orientá-los a ir ao banco ou, quem sabe, o próprio sindicato vá junto com eles para que a gente possa gastar não apenas o dinheiro que está disponibilizado para financiamento, mas para que a gente possa colocar muito mais dinheiro para o próximo ano, porque o nosso desejo é que a agricultura familiar ganhe cada vez mais força na agricultura brasileira, não apenas para produzir para comer, como era um hábito no nosso país, de se plantar o seu feijãozinho, o seu milho, a sua mandioquinha para comer. Não. Nós queremos que o trabalhador da agricultura familiar possa plantar para comer, mas possa plantar para vender, porque ele precisa de dinheiro para melhorar sua casa, para comprar as coisas para dentro de casa, para vestir os filhos, para calçar os filhos, para comprar outras coisas que ele não consegue produzir dentro do campo.

E vocês sabem de uma outra coisa importante, os gaúchos que estão



aqui sabem, há muito tempo a gente não ouvia falar de uma seca no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, para os nordestinos, é terra de fartura, mas o Rio Grande do Sul está vivendo a maior seca dos últimos 40 anos. Até então, quando a gente falava em seca, a gente pensava na minha terrinha, lá em Caetés ou Garanhuns; a gente pensava em Xique-Xique; a gente pensava em Sergipe, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Maranhão. Agora, estamos vendo no Rio Grande do Sul. E o que vai acontecer? Por conta de uma coisa, Rossetto, que foi feita e aprovada, mesmo no Rio Grande do Sul, os trabalhadores que estão vivendo a seca já não vão sofrer como sofriam há cinco anos, porque agora o seguro agrícola cobre todo o prejuízo que o companheiro tiver e ele ainda vai poder ter acesso a mais 65% daquilo que era o lucro que ele poderia ter, para que ele possa continuar produzindo essa safra.

Eu quero dizer para os gaúchos que eu estarei indo ao Uruguai amanhã de manhã, já pedi para o Miguel Rossetto me apresentar um relatório e, possivelmente, por esses dias, eu vá conhecer de perto a seca lá no Rio Grande do Sul para ver o que a gente pode fazer, junto com o Ministério do Rossetto, junto com o Ministério da Integração e junto com o próprio governo do estado, para ajudar a minimizar o sofrimento de uma seca que a gente não tem controle.

Uma coisa, meu companheiro Mané, que é um sonho que nós temos que concretizar e eu estou vendo aqui, para minha agradável surpresa, é que este Congresso tem mais mulheres do que qualquer outro congresso de que eu já participei. Eu estou impressionado com a quantidade de mulheres. Mas vou dizer uma coisa para vocês: quando nós aprovamos, no ano passado, o Pronaf Mulher, a gente aprovou para que a mulher não ficasse dependente do marido. A gente aprovou o Pronaf Mulher porque a gente queria que, ao mesmo tempo que o marido fosse ao banco e pegasse o dinheiro para aquilo que ele queria plantar, que a mulher tivesse o mesmo direito de ir ao mesmo banco e pegar



outra quantia para que ela financiasse o seu projeto.

Agora, o que acontece? Entre a gente aprovar uma lei e acontecerem as coisas há uma diferença enorme, porque tem uma questão cultural. Muitas vezes, as pessoas não receberam a informação direta; muitas vezes, não houve uma combinação entre a família ou mesmo o sindicato não estava preparado para dar as orientações e, no primeiro ano, a gente não teve o sucesso que a gente queria ter. O que a gente espera é que neste segundo ano e no terceiro ano as mulheres possam ter tanto acesso aos bancos quanto os homens têm para fazer o seu crédito.

Mas fizemos mais, criamos o Pronaf Jovem. Qual era a idéia? Quem é do campo sabe muito mais do que eu que é muito difícil a gente segurar o jovem de 18 anos no campo. É muito difícil a gente segurar um jovem de 19 anos no campo, seja menina ou menino; eles querem estudar, eles querem ter acesso às maravilhas das luzes das cidades, coisa que o campo não oferece. Então, nós criamos o Pronaf Jovem para dar condições aos adolescentes que quiserem também fazer o seu projeto. Mas, muito mais do que isso, nós criamos, companheiro Mané, uma coisa que você acompanha desde o começo, o projeto Luz para Todos, que possivelmente seja o mais importante projeto que nós vamos fazer nesses anos, atendendo a 12 milhões de famílias no Brasil que não têm luz elétrica. Quem já tem ou quem já nasceu na luz elétrica não sabe o que é a falta de uma luz elétrica. Agora, quem já viveu na beira de um fogão à lenha, com o candeeiro aceso para fazer comida; quem é mulher, que teve que pregar um botão na camisa do marido na base de luz do candeeiro; quem sabe o que é levantar de madrugada para cuidar de uma criança doente à luz de um candeeiro; quem sabe o que é fazer farinha numa casa de farinha e ter que puxar com o rodinho a farinha, sabe a importância do que é a luz elétrica.

Por isso, esse é um programa que eu considero extraordinário, e é por isso, Manoel, que eu senti a sua ausência, apesar de a Contag ter estado lá; os



Sem-Terra também estavam lá; os Sem-Terra, através do Egídio; e a Contag, através do Geraldo, do Mato Grosso do Sul. Nós fomos inaugurar 56 assentamentos que receberam o Luz para Todos, colocado pelo Ministério de Minas e Energia. E, se Deus quiser, até 2008 nós vamos chegar a 12 milhões de residências no Brasil que não têm energia elétrica e a grande maioria é no campo.

A coisa está tão importante, Manoel, que nós, esses dias, tivemos que comprar uma briga com as empresas porque está faltando poste, porque estão faltando aqueles transmissores grandes, transformador, porque está faltando cabo; e as empresas, ao invés de aproveitarem que nós estamos fazendo um programa e elas vão ganhar dinheiro com base no programa, têm preços que chegaram a aumentar 300%, Mané. A ordem é a companheira Dilma chamar essas empresas que estavam ser ter o que fazer há um ano e, agora que tem serviço, estão aumentando em 300%. E nós estamos exigindo que o trabalho seja feito por trabalhadores da cidade, da região, e não levar trabalhadores de outros estados para fazer aquele trabalho.

Mas não é apenas isso, este companheiro da Pesca, o companheiro Fritsch, “comeu o pão que o diabo amassou” até agora, para que a gente estruturasse o Ministério da Pesca, porque não tinha nada, era um artigo no Ministério da Agricultura. Segundo, era preciso liberar dinheiro, tinha mais de 1 bilhão de reais do Fundo da Marinha Mercante que não se podia utilizar e não pense que o Presidente pode determinar que funcione porque tem leis, tem decretos, tem artigos, tem um monte de coisas que têm que mudar e, graças à Deus, agora isso está resolvido e a Pesca vai poder ganhar muito mais importância, não apenas para os nossos pescadores que pegam no rio, até com a possibilidade de financiar um barquinho e a minha tese é a seguinte: se a gente pode financiar um carro, porque a gente não pode financiar uma canoazinha para um companheiro sair de manhã e pegar um peixe para alimentar sua família? Sabe o companheiro Fritsch que tem que fazer um



trabalho enorme para ajudar os companheiros que têm uma terrinha, e se for possível e tiver água, a fazerem um tanque para criar peixe, porque isso vai dar mais “sustança” para a família. O cara vai poder chegar e pegar uma tilapiazinha para dar para a família, um bagre, uma piabazinha. E, ao mesmo tempo, se ele aprender a criar direito, vai poder até ter nisso uma fonte de receita para que ele possa vender.

Eu estou dizendo essas coisas porque eu sei que o Rossetto teve que falar de 80 coisas e não dá para falar de uma por uma, assim. Mas vou dizer mais, companheiros, o projeto que eu acho mais extraordinário, que vai, na minha opinião, daqui a alguns anos, colocar o nosso querido Nordeste no patamar das regiões desenvolvidas do Brasil, é o Projeto do Biodiesel com a mamona. Esse é um projeto que está iniciando e, para iniciar, a exigência é que ele comece pela região mais pobre do Brasil, que é o semi-árido nordestino. E a mamona dá em qualquer lugar. E nós queremos que a Contag, eu já falei para o Manoel: a Contag precisa organizar os sindicatos, organizar os trabalhadores em cooperativas para que a gente possa produzir não apenas mais e melhor, mas para que a gente possa fazer as moendas para moer a mamona, algumas delas em cooperativas, para gerar emprego para a nossa juventude, para gerar desenvolvimento.

Depois nós vamos fazer do dendê, do girassol, da soja, mas numa segunda etapa; a primeira etapa é a questão da mamona, para a gente ajudar a parte mais pobre do Brasil. Essa experiência de ajudar a parte mais pobre do Brasil é uma combinação da Caravana da Cidadania que eu fiz em 1993, em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e outros estados do Nordeste, Rio Grande do Norte, até a Caravana eu que fiz ao Vale do Jequitinhonha. E eu me lembrei que os Estados Unidos tinham um presidente chamado Roosevelt, e lá tinha um vale tão ou mais pobre que o Nordeste brasileiro e o governo americano tomou a atitude de desenvolver aquela região; hoje, o Vale do Tennessee é uma das regiões mais ricas dos Estados Unidos.



E eu, como sou nordestino e saí de lá por causa da seca e da fome, acho que o Nordeste brasileiro não pode continuar simbolizando a miséria deste país. Nós temos que simbolizar a fartura, nós temos que simbolizar a produção. E é só ter um pouco de tecnologia que a gente vê o que está acontecendo no Vale do São Francisco com a fruticultura, mas ainda a fruticultura empresarial. Nós precisamos levar o projeto de fruticultura para a agricultura familiar, para que o trabalhador e sua família possam produzir mais e vender.

No mês de julho eu vou a alguns estados do Brasil inaugurar algumas bases do Projeto do Biodiesel. Eu vou, por exemplo, a Vitória de Santo Antão, em Pernambuco; eu vou a Floriano, no Piauí; eu vou ao Rio Grande do Norte; eu vou a sete estados inaugurar as primeiras bases de produção do biodiesel. E como eu acho que depois da aprovação do Protocolo de Quioto os carros do mundo inteiro vão ter que poluir menos e a gasolina é muito poluente, o óleo diesel é muito poluente, eu acho que o Brasil vai tirar vantagens de ser um país que tem condições de produzir como nenhum outro país do mundo tem, não só por conta do Protocolo de Quioto, mas porque também temos terra, sol e, com um pouquinho de tecnologia, a água não faz a falta que fazia um tempo atrás.

Um outro projeto importante é a questão das águas do rio São Francisco. De vez em quando vejo esses debates e, o Mané é testemunha, os companheiros que disputam comigo há muito tempo essa luta sabem que eu nunca prometi transposição de água. Entretanto, eu talvez tenha pouco pescoço porque com sete anos de idade eu era obrigado a colocar um jumento velho que a minha mãe tinha, colocar um “caçuaá”, colocar dois potes e andar seis léguas para ir buscar um pote de água barrenta para beber, que depois colocava para assentar e, no dia seguinte, tirava com uma canequinha: metade era terra com caramujo, com fezes de animal, e a outra metade era água sem nenhum tratamento.

Quando cheguei em São Paulo eu só tinha barriga e as canelinhas deste



tamanho, e eu pensei que era saúde; na verdade, era doença, que muita gente ainda tem. Quem não tem esse problema d'água ou quem nasceu no centro de São Paulo não sabe o que é você ir num açude ou num barreiro buscar água, chegar lá e ter que disputar o metro quadrado com jumento, com cavalo, com vaca e com cabra, que estão fazendo as suas necessidades lá dentro e você tem que pegar a água e levar para casa para beber.

Então, gente, eu assumi o compromisso. Nós vamos fazer o projeto mais responsável que já foi feito neste país, vamos cuidar da revitalização porque sabemos que é preciso recuperar o rio São Francisco, porque historicamente, permitiram que o cerrado fosse cortado para fazer carvão e o rio ficou assoreado. Nós sabemos quantas cidades deste país jogam dejetos humanos e lixo dentro do rio São Francisco e nós precisamos revitalizá-lo, reflorestá-lo, fazer saneamento básico para recuperá-lo. Mas, ao mesmo tempo nós temos que levar água para 10 milhões de famílias nordestinas beberem um pouco d'água decente, limpa e tratada, sem que isso possa criar nenhum problema para a pessoa, e esse projeto se faz necessário porque eu sei que aqui tem muita gente que trabalha no campo.

Trabalhar no campo é bom. Agora, quando você trabalha num campo que não chove e passa dois, três anos, fazendo promessa para São José, e São José não traz a água; e, no ano seguinte, não traz a água e você vê a vaquinha que você tem morrer de sede, vê a cabritinha que você tem morrer de sede, vê a família fugir para a cidade, a gente não pode deixar de compreender que essas pessoas precisam mais de nós do que qualquer outra pessoa neste país; e nós vamos fazer isso porque o Brasil não pode continuar sendo vítima da indústria da seca, daqueles que têm os caminhões-pipa, que em época de seca tiram proveito ganhando dinheiro do governo para levar água para vender para os coitados que não têm como pagar. E esse projeto, se Deus quiser, nós vamos começá-lo logo, assim que o Ministério do Meio Ambiente der o licenciamento prévio.



Quero dizer para vocês uma coisa: o Manoel foi me visitar no meu gabinete, aliás, eu liguei para ele e ele estava no Ceará. Eu falei: Manoel, por favor, eu quero que você venha a Brasília para a gente discutir a questão do São Francisco. Veio o Manoel e um grupo de companheiros da Contag e depois nós mandamos à sede da Contag o companheiro Ciro Gomes, ou o seu chefe de gabinete, fazer uma discussão junto com o Dulci. Foi uma discussão extraordinária, inclusive com companheiros de estados que eram contra. Tem gente que é contra do ponto de vista ideológico, tem gente que é contra porque não quer, tem gente que é contra porque é contra. Agora, tem gente que é contra porque quando abre a geladeira tem até uma “agüinha” francesa para beber. Então, nós queremos garantir que o sertanejo que está morrendo de sede tenha o mesmo direito de tomar um copo de água limpa como eu estou tomando aqui, neste Congresso da Contag.

Uma coisa que me inquietava, meus companheiros e companheiras, e é importante porque estão Sem-Terra e Contag juntos, para eu dizer uma coisa que me inquietou a vida inteira: vira e mexe a gente lia nos jornais a seguinte manchete: “governo assenta 250 mil famílias” e, no outro dia, a gente via outra matéria: “800 mil famílias deixam o campo”, “400 mil famílias deixam o campo.” E eu fiquei pensando: que política maluca é essa? Eu faço um trabalho “desgramado” para levar 100 pessoas, coloco no assentamento e, no mês seguinte, as pessoas que já tinham terra, que já tinham casa, que já tinham família deixam o campo porque não tinha política agrícola para ajudar quem já tinha terra?

E aí eu me lembrei de uma coisa: em 1982, quando eu fui candidato ao governo do estado de São Paulo, às vezes eu chegava numa casa, a pessoa tinha dois hectares e não queria me receber, não queria nem me ver porque dizia: “já vem o demônio tomar minha terra. Ele quer fazer reforma agrária na minha terra.” Eu dizia: pelo amor de Deus, ninguém vai fazer reforma agrária em dois hectares, rapaz, ninguém pode fazer. O que nós queremos é garantir



que você sobreviva desses dois hectares, ou que arrume um pouquinho mais. E é por isso que o companheiro Miguel Rossetto assumiu a responsabilidade de dizer em alto e bom som: “Nós queremos fazer uma reforma agrária mais responsável do que já foi feito em qualquer momento da história do país.” O nosso desejo é que quando a gente coloque uma família no campo, essa família tenha luz, escola, acesso à saúde e tenha condições de se organizar em cooperativas para montar uma pequena agroindústria. Essa família tem que ter assistência técnica, tem que ter acesso ao crédito porque, senão, nós estaremos tirando um miserável urbano e transformando-o num miserável rural. E, aí, o que acontece? O companheiro fica dois, três anos, desanima e volta para a cidade outra vez. Então, nós queremos fazer alguma coisa diferente.

E eu quero terminar, companheiro Mané, porque eu tenho a convicção, aqui, na sua frente e na frente do companheiro João Paulo, de que essa reforma agrária não é medida pela quantidade de pessoas que são assentadas. Eu me lembro que o Miguel Rossetto me dizia, na primeira discussão que fizemos... acho que foi o Graziano, que trabalhava comigo, que era ministro, que dizia para mim: “Companheiro, quase 80% dos assentamentos estão recebendo cesta básica.” E eu dizia: não é possível que alguém esteja assentado e recebendo cesta básica. Se a pessoa está assentada, nós temos que dar o direito dessa pessoa produzir. Nós temos que garantir que essa pessoa possa tirar da terra o alimento para sua família, e mais ainda, que possa criar a sua galinha, o seu porquinho, a sua vaquinha, o seu cabrito e que possa viver dignamente disso. É isso que o companheiro Miguel Rossetto está empenhado em fazer, e é isso que nós vamos fazer.

Por isso, companheiro Mané, não se preocupe com o orçamento não. Eu vou lhe dizer uma coisa, Mané, eu sei que o Congresso da Contag... é todo ano ou de dois em dois anos? É de quatro em quatro anos. Pois bem, mesmo que não seja congresso, companheiro Mané, faço aqui um compromisso meu com Vossa Excelência e com o companheiro João Paulo, do Movimento Sem-Terra:



quando chegar mais ou menos em junho do ano que vem nós vamos reunir a Direção da Contag, a Direção do Movimento Sem-Terra, a Direção de outros movimentos no campo para fazermos uma avaliação concreta do que aconteceu no campo, no nosso governo. Se piorou, Mané, vocês peçam para mim: “Companheiro Lula, pede licença e vai embora.” Se melhorou, nós vamos ter que dizer: este país não vai para a frente enquanto a gente não fizer a reforma agrária como tem que ser feita e esse país não vai para a frente enquanto o agricultor familiar não tiver, do Estado brasileiro, o respeito que tem que ter, porque se o agronegócio é importante, e o é, é importante a gente salientar que a agricultura familiar é tão importante ou mais importante que qualquer outra coisa que produza neste país. Os dois são muito importantes.

E a agricultura familiar é importante não porque gera empregos, ela gera trabalho, e manter o marido, a mulher e os filhos trabalhando já é uma benção. Sabe por que, companheiros? Porque cada companheiro que estiver trabalhando no campo, a gente sabe que é, possivelmente, um desempregado a menos nas grandes regiões metropolitanas; cada menina que tiver a possibilidade de viver no campo, a gente sabe que ela não estará sendo vítima da prostituição infantil; cada menino que estiver trabalhando no campo, a gente sabe que ele não será vítima do narcotráfico ou da bandidagem nos grandes centros urbanos; cada pessoa que tiver acesso ao trabalho, a gente sabe que vai garantir uma vida melhor para todos nós, uma vida, sobretudo, com a família unida, porque para mim a base da sociedade é a família. Se a família tiver pai e mãe que estejam bem e que cuide bem dos filhos, esta família não vai criar nenhum bandido, nenhum traficante, nenhum viciado em droga. Essa família vai criar um homem honesto, uma mulher honesta. Não é a pobreza que faz as pessoas virarem bandidas, porque eu saí de Pernambuco agarrado no rabo da saia de uma mãe com oito filhos, ficamos comendo o “pão que o diabo amassou” durante muito tempo em Santos e em São Paulo, todos pobres, mas todos honrados e nenhum bandido. Sabe por quê? Porque era uma mãe que



sabia cuidar dos seus filhos, mesmo na pobreza.

Meu companheiro Mané, eu quero agradecer a vocês e lembrar que, pela primeira vez na história do país, o Brasil não tem um presidente da República, o Brasil tem um companheiro dos trabalhadores brasileiros, do campo e da cidade, ocupando um mandato por quatro anos.

Muito obrigado, gente. Bom Congresso e vamos à luta.